**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

CARLA REGINA SILVA SOARES

Relações entre família, políticas de assistência social e vulnerabilidade social:
um estudo a partir de entrevistas com mulheres usuárias do SUAS.

SÃO PAULO

2015

CARLA REGINA SILVA SOARES

Relações entre família, políticas de assistência social e vulnerabilidade social:
um estudo a partir de entrevistas com mulheres usuárias do SUAS.

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia
da Universidade de São Paulo para obtenção do
título de Mestre em Ciências.

Área de concentração: Psicologia Social e do
Trabalho

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Parodi Svartman

SÃO PAULO

2015

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES
TRABALHOS, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA
FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Soares, Carla Regina Silva.

Relações entre família, políticas de assistência social e vulnerabilidade social: um estudo a partir de entrevistas com mulheres usuárias do SUAS / Carla Regina Silva Soares; orientador Bernardo Parodi Svartman. -- São Paulo, 2015.

162 f.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social e do Trabalho) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Vulnerabilidade social 2. Assistência social 3. Família 4. Entrevista I. Título.

HM251

Nome: SOARES, Carla Regina Silva

Título: Relações entre família, políticas de assistência social e vulnerabilidade social: um estudo a partir de entrevistas com mulheres usuárias do SUAS.

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Às mulheres depoentes pela disponibilidade em colaborar e compartilhar suas histórias.

Ao Prof. Dr. Bernardo Parodi Svartman pela confiança, orientação e apoio.

Ao Prof. Dr. Luis Galeão pelas valiosas contribuições durante o Exame de Qualificação.

À Prof. Dra. Marta Carvalho de Almeida pelas valiosas contribuições durante o Exame de Qualificação e, sobretudo, pela amizade, apoio e parceria nos últimos anos.

Às minhas amadas mãe e irmãs pelo eterno incentivo e confiança e pelos laços de afeto que me permitem seguir em frente.

Ao meu amor e companheiro Dalton por estar sempre por perto e pela ajuda durante todo o percurso.

Ao METUIA/USP pela oportunidade de aprender sempre e de viver novos encontros e experiências.

Aos amigos e amigas com quem pude compartilhar mais uma etapa de minha vida.

RESUMO

SOARES, C. R. S. **Relações entre família, políticas de assistência social e vulnerabilidade social: um estudo a partir de entrevistas com mulheres usuárias do SUAS**. 2015. 162f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

A centralidade na família é uma das principais diretrizes adotadas pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) implementada por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A noção de matricialidade sociofamiliar configura-se como base para a formulação de serviços específicos de abordagem familiar nos níveis de proteção social básica e especial, que visam o acompanhamento longitudinal de famílias em situação de vulnerabilidade social, definida neste contexto pela condição de desvantagem em decorrência da pobreza, da privação de renda e de acesso aos serviços e bens públicos, da fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento. Objetivou-se com esse estudo identificar como as mulheres usuárias do SUAS percebiam e definiam as vulnerabilidades do próprio núcleo familiar, assim como verificar se a concepção de vulnerabilidade social proposta pela PNAS é condizente com as problemáticas apresentadas pelas famílias usuárias do SUAS. A pesquisa qualitativa foi executada por meio de entrevistas de longa duração com temas advindos da observação participante realizada ao longo de três anos de acompanhamento de mulheres usuárias do SUAS por meio de abordagem grupal em serviço de Assistência Social do bairro do Butantã na cidade de São Paulo. Participaram do estudo oito mulheres, acima de 18 anos, usuárias do SUAS e residentes da zona oeste de São Paulo. As depoentes têm entre 35 e 51 anos de idade, estudaram entre a 5ª e a 8ª série do Ensino Fundamental II, cinco delas são migrantes, quatro vivem com os companheiros e filhos e quatro residem com os filhos em uma organização familiar monoparental, três são beneficiárias da Previdência Social, duas estão inseridas em trabalhos formais, duas em trabalhos informais e uma não trabalha. Todas relataram ter sofrido episódios de violência e violação de direitos, principalmente observados na dificuldade de acesso a serviços sociais básicos. Os depoimentos marcaram dificuldades experimentadas ao longo da vida das mulheres e a tônica dos relatos destacou as preocupações atreladas ao papel de mãe e à luta cotidiana que enfrentam para educar, orientar, sustentar e estar junto aos filhos, sobretudo daqueles que se encontram na fase da infância e da adolescência. À luz da noção de enraizamento, proposta por Simone Weil, foi possível identificar que as depoentes apresentam e enfrentam cotidianamente dificuldades ligadas ao desenraizamento urbano, elucidado especialmente na carência de participação comunitária e política. Nesse cenário, a condição de vulnerabilidade pela qual as famílias são definidas no âmbito da política de assistência social, revela certa ambiguidade, pois ao mesmo tempo em que permite oferecer a essas famílias alguma modalidade de apoio também as coloca numa posição estigmatizada de beneficiárias das políticas públicas. Com isso, considerou-se que apesar da concepção de vulnerabilidade proposta pela PNAS ser condizente com as problemáticas apresentadas pelas usuárias, verifica-se uma lacuna em relação à dimensão subjetiva da formação de cada grupo familiar e suas necessidades específicas a fim de apoiá-los para a promoção de uma mudança efetiva.

Palavras-chave: Vulnerabilidade Social. Assistência Social. Família. Entrevista.

ABSTRACT

SOARES, C. R. S. **Relations amongst family, social assistance policies and social vulnerability: a study based on surveys with SUAS's female users.** 2015. 162f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

One of the main guidelines followed by the Política Nacional de Assistência Social (National Social Assistance Policy) and implemented by the Sistema Único de Assistência Social (Unified System of Social Assistance) is the family centrality. The notion of a social-family matriarchy sets itself up as a formulation basis for a family-approach specific services in basic social protection levels and particularly aimed at the longitudinal families follow-up, in a socially vulnerable situation, defined in this context by the disadvantage position due poverty, deprivation of income and access to public goods and services, and by the bonding and belonging tie weakening. The objective of this study is to identify how women USAS users perceived and defined the vulnerabilities of their own household, as well as verify that the idea of social vulnerability proposed by NSAP is consistent with the problems presented by the USAS family users. The qualitative research was performed through long-time interviews about issues brought by the participant observation carried out over three years of women USAS users follow-up through group approach in Social Assistance Service from the Butantã neighborhood, in São Paulo. The study included eight women, above 18 years, USAS users and residents in the West Zone of São Paulo. The interviewees are between 35 and 51 years old, they studied between the 5th and 8th grades of the Elementary School II, five of them live with their partner and children, four of them live with their children in a single-parent family institution, three of them are Social Security beneficiaries, two are hired in formal jobs, another two are hired in informal jobs and one of them doesn't work. All of them reported having suffered episodes of violence and rights violation (mainly observed in the poor access to basic social services). The statements marked difficulties experienced over their lives and the tone of the reports highlighted the concerns linked to the mother role and the daily struggle they face to instruct, guide, support and be with their children, especially those who are at the childhood and adolescence phases. In the light of the notion of rooting proposed by Simone Weil, it was possible to identify that the interviewees present and face daily difficulties concerning the urban uprooting, cleared primarily by the lack of community and politic participation. In this scenario, the vulnerable condition in which families are defines in the Social Assistance Policy reveals some ambiguity - because while it allows to offer these families a type of support, it also puts them into a stigmatized position as Public Policies beneficiaries. As follows, it is considered that although the vulnerability concept proposed by the NSAP be consistent according to the problems presented by the users, there is a gap concerning the development of each familiar group subjective dimension and their specific needs, in order to support them to promote an effective change.

Keywords: Social Vulnerability. Social Assistance. Family. Interview.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS	48
Mapa 2 - Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS 2010	55

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Apresentação das variáveis que definem população vulnerável.....	29
Quadro 2 - Tipos e Quantidade de Serviços e de Vagas ofertados pela Secretaria Municipal de Assistência Social de São Paulo, de acordo com o PLAS 2014-2017.....	56
Quadro 3 - Características das depoentes	70

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Panorama atual e metas para gestão 2014-2017 para a Supervisão de Assistência Social – SAS Butantã.....	58
--	----

LISTA DE SIGLAS

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CADÚNICO – Cadastro Único

CAPE - Central de Atendimento Permanente e de Emergência

CAS – Coordenadoria de Assistência Social

CASA - Centro de Apoio Social e Atendimento do Município de São Paulo

CCA – Centro da Crianças e do Adolescente

CEDESP - Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo para Adolescentes, Jovens e Adultos

CENTRO POP - Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua

CID - Classificação Internacional de Doenças

CIEJA – Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos

CJ – Centro de Juventude

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CRAF – Centros de Referência Ação Família

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CRECI - Centro de Referência do Idoso

DIU – Dispositivo Intrauterino

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ECCA - Espaço de Convivência para Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade Social

EMEI – Escola Municipal de Educação Infantil

FABES - Secretaria de Família e Bem Estar Social

FEBEM – Fundação Estadual do Bem Estar do Menor

FHC – Fernando Henrique Cardoso

HIV - Vírus da imunodeficiência humana

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ILPI – Instituição de Longa Permanência

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

IPEC – Instituto de Pesquisa Clínica Evandro Chagas

IPVS – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social

LBA – Legião Brasileira de Assistência
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MSE – Serviço de Medida Socioeducativa
NAF - Núcleo de Apoio à Família
NCI - Núcleo de Convivência de Idoso
NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
NPJ - Núcleo de Proteção Jurídico Social e Apoio Psicológico
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONG – Organização Não Governamental
PAEFI - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos
PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento a Família e Indivíduos
PBF – Programa Bolsa Família
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIS - Programa de Integração Social
PLASsp – Plano de Assistência Social da Cidade de São Paulo
PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
PRONAV-LBA - Programa Nacional de Voluntários da Legião Brasileira de Assistência
PROREAS - Programa de Reordenamento da Política de Assistência Social da Cidade de São Paulo
PSB – Proteção Social Básica
PSE – Proteção Social Especial
PTR – Programa de Transferência de Renda
PUC/SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SAS – Supervisão de Assistência Social
SASF - Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio
SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SDTS - Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade
SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEADS - Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social
SEAS – Serviço de Abordagem Social
SINPAS - Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social

SMADS – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UBS – Unidade Básica de Saúde

UNICSUL - Universidade Cruzeiro do Sul

UNISA - Universidade de Santo Amaro

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. Introdução: Contextualizando a pesquisa	16
2. Compreendendo o lugar da família na política de assistência social brasileira	23
2.1 A questão da centralidade na família	33
3. A Política de Assistência Social em São Paulo: o caso municipal	42
4. Sobre a vulnerabilidade social das famílias	60
5. Método da Pesquisa	64
5.1 Tipo de Pesquisa	64
5.2 Sujeitos do Estudo e Procedimentos para a Coleta de Dados	64
5.3 Roteiro de Entrevista Semiestruturada	67
5.4 Procedimento de Análise de Dados	68
6. Resultados	70
I. O começo da história: o trânsito pelas lembranças	76
II. Busca por melhores condições de vida: as várias faces da migração	82
III. Tocando em frente: alegrias e tristezas do porvir	88
A maternidade como traço de vida: o início da constituição familiar	88
Relacionamentos conjugais	96
Organização familiar: as famílias monoparentais e a relação entre pais e filhos	103
Rede de suporte	108
De trocas solidárias às trocas econômicas	111
Trabalho	112
Moradia	119
Religião	122
Adoecimento	124
Políticas públicas	126
IV. A relação com os direitos socioassistenciais: o desencontro com a cidadania	133
7. Discussão	141
Referências Bibliográficas	153
ANEXO A	161

1. Introdução: Contextualizando a pesquisa

Meus primeiros contatos com o campo da assistência social e as problemáticas pertencentes à área se deram por meio das atividades de extensão do curso de graduação em Terapia Ocupacional na Universidade de São Paulo. Atuando profissionalmente como terapeuta ocupacional do Projeto METUIA¹ desde 2010, tenho participado das atividades de ensino, pesquisa e extensão no campo da Terapia Ocupacional Social com ênfase na Assistência Social².

As atividades de extensão desenvolvidas com os estudantes, docentes e profissionais de terapia ocupacional me aproximaram da estrutura socioassistencial do município de São Paulo e mais especificamente do Butantã (Zona Oeste/São Paulo) – bairro onde está situada a Universidade de São Paulo (USP). A parceria com o Centro de Referência da Assistência Social do Butantã (CRAS), serviço socioassistencial caracterizado como porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), suscitou atenção especial à família como sujeito de ação e intervenção em terapia ocupacional.

O trabalho de campo no CRAS Butantã teve início em 2011 e rapidamente ganhou forma e força, devido à grande demanda manifestada após as propostas de ação organizadas e desenvolvidas. Os primeiros contatos com o serviço e a equipe de trabalho, composta prioritariamente por assistentes sociais, visavam conhecer o perfil populacional e as demandas acolhidas pelo CRAS para que fossem planejadas ações pertinentes.

Os profissionais do CRAS Butantã estavam divididos em duas equipes de trabalho: um grupo maior, de aproximadamente dez profissionais, que compunha a equipe de Proteção

¹ Grupo interinstitucional de estudos, extensão de serviços à comunidade e formação (graduação e pós-graduação) em Terapia Ocupacional Social (reúne docentes, terapeutas ocupacionais, estudantes e colaboradores da Universidade de São Paulo, Universidade Federal de São Carlos, Universidade Federal do Espírito Santo e Universidade Federal de São Paulo). As atividades focam pessoas, grupos e comunidades que apresentam dificuldades na realização de atividades significativas - individuais e/ou coletivas - e/ou de participação social em razão de: violação de direitos; fragilização de redes sociais, afetivas, econômicas e culturais; e vulnerabilidades ou risco social relacionados a barreiras sociais, institucionais e/ou físicas, tais como a falta de acesso à proteção social e processos de desqualificação, discriminações negativas ou preconceitos raciais, religiosos, geracionais e de gênero.

² Em junho de 2011 a Resolução nº 17 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) (BRASIL, 2011) – reconheceu as categorias profissionais de nível superior que devem atender às especificidades dos serviços socioassistenciais, bem como das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social. Dentre estas, a terapia ocupacional figura como profissão que pode integrar as equipes de referência, respeitando-se a necessidade de estruturação e composição dos serviços a partir das particularidades locais e regionais, do território e das necessidades dos usuários. Além disso, está entre as profissões preferenciais para compor a gestão do SUAS (ALMEIDA et al., 2012).

Social Básica (PSB) e dedicava-se a atender as demandas relativas a esta, próprias de um CRAS, e um grupo menor, de aproximadamente cinco assistentes sociais, responsáveis pela atenção às questões pertencentes à Proteção Social Especial (PSE)³. Além das supervisões técnicas dos serviços da rede socioassistencial do Butantã realizadas por ambas as equipes, os profissionais de Proteção Social Básica eram responsáveis pelo acolhimento no serviço e inclusão nos benefícios socioassistenciais e programas de transferência de renda. Já a equipe de Proteção Social Especial se concentrava no acompanhamento de casos específicos que requisitavam atenção individualizada devido a situações complexas de violação de direitos.

Esta organização da equipe do CRAS Butantã está configurada provisoriamente, enquanto aguardam a implementação de um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) no território, apesar da institucionalização do SUAS, desde 2005, prevendo e organizando serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais nos níveis de Proteção Social Básica e Proteção Social de Média e Alta Complexidade.

A rede socioassistencial do Butantã é composta por serviços da Proteção Social Básica: 20 Centros da Criança e do Adolescente (6 a 15 anos); 1 Clube da Turma (6 a 18 anos); 1 Circo Escola (6 a 18 anos); 2 Núcleos de Convivência de Idosos; 1 Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo para Adolescentes, Jovens e Adultos (de 15 a 59 anos); 1 Centro de Juventude (15 a 17 anos) e; 1 Serviço de Acompanhamento Social de Famílias (Famílias - PTR/BPC), e da Proteção Especial de Média e Alta Complexidade: 2 Serviços de Medidas Socioeducativas; 4 Centros de Acolhida; 1 Serviço de Abordagem Social; 1 Serviço de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítima de Violência; 1 Instituição de Longa Permanência para Idosos, além da oferta de programas de transferência de renda, benefícios eventuais e acompanhamento familiar realizados diretamente pelo CRAS Butantã.

De acordo com a NOB/SUAS (BRASIL, 2012) a ação da rede socioassistencial deve ser realizada diretamente por organizações governamentais ou mediante convênios, ajustes ou parcerias com organizações e entidades de Assistência Social, sendo este último o modo predominante no território do Butantã, seguindo os princípios de organização propostos pela cartilha de Orientações Técnicas para os CRAS (BRASIL, 2011c), que reitera a referência ao CRAS dos serviços de convivência e projetos de proteção social básica, desenvolvidos no território de abrangência. Trata-se de gerenciar, a partir do CRAS e de maneira coordenada com a rede socioassistencial, o acolhimento, a inserção, o encaminhamento e o acompanhamento dos usuários do SUAS.

³ As competências dos níveis de proteção social podem ser verificadas nas páginas 27 a 30 deste trabalho.

Logo de início, nos aproximamos da equipe de Proteção Social Especial que pretendia desenvolver algum plano de ação com a crescente demanda local de trabalho infantil. Uma das ideias dos profissionais era trabalhar por meio de abordagem grupal, a fim de potencializar o acompanhamento da população e tentar criar uma alternativa às formas individualizadas de intervenção até então predominantes no território.

As crianças e os adolescentes em situação de trabalho infantil eram abordados em seus locais de trabalho por uma equipe de Abordagem Social⁴, que visava também abordar pessoas em situação de rua. Esta equipe coletava os dados básicos da criança e do adolescente encontrado, tais como: nome, endereço, composição familiar, escolaridade, entre outros, e realizava visitas domiciliares a fim de conhecer os pais ou responsáveis e encaminhá-los ao CRAS para o primeiro atendimento com um profissional de serviço social. Neste atendimento, tentava-se compreender as características da dinâmica familiar e quais suas necessidades, sendo a maioria das famílias posteriormente encaminhadas para o cadastro nos programas de transferência de renda (PTR)⁵ e para participação nos grupos, como forma de acompanhamento familiar.

Em razão do volume crescente deste tipo de ocorrência no território, os primeiros grupos coordenados pela equipe de terapia ocupacional - formada por estudantes de

⁴ De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o denominado *Serviço Especializado em Abordagem Social* deve assegurar a busca ativa e identificação de situações como: trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes e situação de rua, entre outros, a fim de "buscar a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos" (BRASIL, 2009).

⁵ O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, foi instituído no Brasil em 1996, com base nas premissas do Programa Internacional de Eliminação do Trabalho Infantil – IPEC/OIT (Instituto de Pesquisa Clínica Evandro Chagas/Organização Internacional do Trabalho), de 1992. Trata-se, atualmente, de um programa de natureza intergovernamental e intersetorial, com ações articuladas entre as três esferas de governo e as Organizações Não Governamentais, com foco na proteção e retirada de todas as crianças e adolescentes com idade inferior a dezesseis anos de qualquer forma de trabalho (ressalvando o trabalho na condição de aprendiz) (BRASIL, 2010). A gestão do PETI pelo SUAS foi regulamentada com a aprovação da Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS) em 2005 (BRASIL, 2010), ano em que foi efetivada a integração dos programas de transferência de renda “PETI” e “Bolsa Família”. Desse modo, famílias com crianças de até dezesseis anos que atendem aos critérios de elegibilidade devem ser incluídas no programa, que lhes concede um benefício financeiro, idealmente para substituir a renda gerada pelo trabalho precoce (o valor do benefício varia de acordo com a localidade em que reside a família, o número de filhos que a compõe e seu nível de renda). Em contrapartida, as famílias devem matricular a criança na escola e comprovar uma frequência mínima de 85% da carga horária mensal. As gestantes e lactantes devem aderir à assistência pré-natal, às atividades de orientação sobre aleitamento materno e cuidados com a saúde da criança, à vacinação e ao acompanhamento do desenvolvimento de seus filhos de até 7 anos, todas ofertadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O PETI também prevê ações socioeducativas às crianças retiradas do trabalho (que têm prioridade de inserção nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), no período do contraturno escolar) e o trabalho social junto às famílias (por meio de ações articuladas entre os Serviços de Proteção Social Básica e os Serviços de Proteção Social Especial) (BRASIL, 2010).

graduação, docentes e terapeutas ocupacionais, em parceria com profissionais de serviço social - tiveram como foco a problemática do trabalho infantil. Os grupos se destinavam aos pais e/ou responsáveis das crianças e adolescentes que não recebiam o acompanhamento socioassistencial adequado e previsto pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Já para a população infanto-juvenil em situação de trabalho, o serviço de referência e acompanhamento deveria ser o Centro da Criança e do Adolescente (CCA) ou o Centro de Juventude (CJ), serviços socioassistenciais específicos para as fases de desenvolvimento e localizados no território de referência; além da inclusão ou retomada na escola.

Assim, foi organizado um plano de trabalho envolvendo a família destas crianças e adolescentes e a rede de suporte socioassistencial e intersetorial do território do Butantã, com o objetivo de ofertar apoio e encaminhamentos às diversas questões apresentadas pela população. Os grupos foram desenvolvidos no CRAS Butantã ou em serviços parceiros do território, em encontros semanais de uma hora e meia.

É importante ressaltar que, apesar do convite inicial estar direcionado aos pais ou responsáveis, desde o primeiro atendimento com o profissional de serviço social, a presença maciça era de mães ou mulheres responsáveis pelo cuidado das crianças e dos adolescentes em situação de trabalho. Pode-se dizer que, ao longo de três anos consecutivos, foram montados aproximadamente 10 grupos que se desenvolviam em encontros semanais ou mensais, com cerca de oito a 12 participantes cada. Porém, num número total de aproximadamente 100 participantes, apenas quatro eram pais.

A presença feminina também era marcante nas discussões sobre violência doméstica e intrafamiliar, negligência contra idosos e formas alternativas de geração de renda, sendo que estes temas de grupos foram abordados a partir do segundo ano de parceria.

Todos os projetos de intervenção dos terapeutas ocupacionais e assistentes sociais desenvolvidos em abordagem grupal e/ou individual foram formatados a partir de demandas territoriais e populacionais e de discussões e planejamento em equipe. No decorrer dos anos criaram-se, e ainda são criadas, novas formas de oferta de acompanhamento à população, de acordo com a leitura do contexto vigente. Para este estudo, pode-se considerar que o projeto de maior relevância foi o acompanhamento de mulheres adultas em abordagem grupal, principalmente a partir da temática do trabalho infantil, por ter sido a problemática que atingiu o maior número de usuárias do CRAS Butantã.

As mães, tias, avós, comadres, irmãs e filhas provocavam a equipe técnica a pensar sobre a ausência masculina, e, sobretudo, sobre uma vastidão de questões complexas e cotidianas. As mulheres atuavam como porta voz das demandas familiares e apresentavam-

nos um leque de problemas e impedimentos muito além da questão do trabalho infantil: violência doméstica, pobreza, preconceito, falta ou dificuldade de acesso aos serviços e políticas públicas, questões de gênero, migração, monoparentalidade, dificuldade de relacionamento entre pais e filhos, inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho, entre outros.

Esta multiplicidade de situações e assuntos fez com que o processo grupal fosse organizado mutuamente entre participantes e coordenadoras, a fim de se caracterizar como espaço significativo de diálogo e de ampliação do repertório individual e grupal para o enfrentamento de tais questões. A cada encontro pretendia-se discutir um tema apontado como relevante no cotidiano das participantes e criar, de maneira conjunta, estratégias objetivas para lidar com a questão a partir da experiência das mulheres e da construção grupal acerca do assunto. Visava-se a configuração de momentos de troca de experiências e escuta que promovessem a possibilidade de planejar novos modos de vida e de organização do cotidiano de forma subjetiva e objetiva.

Para as questões que excediam a possibilidade de discussão no grupo, ofertava-se um espaço de escuta e acompanhamento individual, também realizado pela equipe de terapia ocupacional em parceria com as assistentes sociais.

Ao final de cada semestre ou ano discutia-se com as participantes a permanência nos grupos. Para tanto, as coordenadoras consideravam não só a saída da criança e do adolescente da situação de trabalho, mas também as demandas para a continuidade do acompanhamento de cada família. As mulheres, por sua vez, colocavam suas necessidades e planos, e assim se redesenhavam os projetos de acompanhamento social de cada uma.

Para aquelas que demonstravam interesse era possível permanecer ou entrar diretamente em um grupo dedicado a trabalhar com formas alternativas de geração de renda. Nele, as mulheres tinham a oportunidade de potencializar as habilidades manuais e exercitá-las compartilhando com o grupo. A maior parte das integrantes conhecia técnicas de artesanato e apresentava o desejo de aprimorá-las, a fim de transformá-las em fonte de renda. As participantes e as coordenadoras se reuniam semanalmente e planejavam, além de uma agenda de troca de conhecimentos e técnicas específicas, estratégias de venda e exposição dos produtos confeccionados.

O grupo denominado Arteiras funcionava de forma mais independente e flexível. As participantes negociavam os dias de frequência com as coordenadoras, levavam os materiais para realizar os trabalhos em casa e transitavam pelo grupo de maneira mais autônoma. O enquadre grupal era menos rígido e permitia às mulheres escolher a forma de participação no

grupo, já que algumas delas trabalhavam ou alternavam a presença no grupo com algum outro compromisso.

Apesar dos encontros funcionarem como momentos de organização de novas formas de geração de renda, o acompanhamento individual e familiar permanecia ativo e ainda mais intenso, já que o grupo estabeleceu laços fortes e tornou-se um espaço de convivência e colaboração mútua, tanto nas técnicas de trabalho quanto nas estratégias de enfrentamento dos problemas do cotidiano.

Enquanto faziam suas atividades as mulheres conversavam entre si e com as coordenadoras, expondo acontecimentos e dificuldades diárias e solicitando ajuda quando necessário. Em geral, os pedidos de intervenção relacionavam-se à necessidade de apoio para lidar com as demandas específicas de cada membro da família, à rotina familiar e às dificuldades provenientes das condições precárias de moradia, saúde, trabalho, cultura, lazer e educação.

Mesmo em diferentes grupos e em diferentes momentos, os problemas relatados pelas mulheres pareciam se repetir. A gravidade e complexidade também. Todas as mulheres ali reunidas procuravam por algum tipo de apoio para lidar com as questões deste cotidiano complexo. Nós, por outro lado, buscávamos organizar junto a elas alguns caminhos possíveis para alcançar a mudança almejada. No entanto, a cada nova queixa as dificuldades em responder pareciam aumentar: os problemas explicitados pelas mulheres sobre elas e suas famílias apresentavam-se mais abrangentes, diversos e profundos do que aqueles descritos na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) como necessidades específicas da população usuária desta política.

Além disso, tornavam-se cada vez mais nítidos os limites impostos aos trabalhadores das políticas públicas brasileiras que, além de sofrerem com a precarização das condições de trabalho, encontram inúmeras barreiras relativas à articulação com as políticas intersetoriais, à lentidão de procedimentos, à ineficácia de determinados órgãos, ao volume de demanda, à dificuldade de desenvolvimento de ações de enfrentamento e à superação dos problemas da população de acordo com as prerrogativas da Política Nacional de Assistência Social⁶.

Ao longo deste processo de trabalho, despontaram os questionamentos acerca dos problemas apresentados pelas mulheres e famílias acompanhadas no CRAS e suas possibilidades de enfrentamento, bem como as respostas fornecidas pela política de assistência social. A necessidade de conhecer a história das mulheres e de suas famílias, além

⁶ Para aprofundamento no assunto consultar ARAÚJO, M.E. A Atuação do psicólogo no CRAS e o enfrentamento da situação de vulnerabilidade social. Dissertação – Mestrado. São Paulo, 2014.

da compreensão delas sobre esta realidade de vida que se mostrou tão diferente e complexa, transformou-se na mobilização para esta pesquisa que pretende: (1) identificar como as mulheres usuárias do SUAS definem a situação social em que o núcleo familiar se encontra e as vulnerabilidades percebidas; e, (2) verificar se a concepção de vulnerabilidade social proposta pela Política Nacional de Assistência Social é condizente com as problemáticas apresentadas pelas famílias usuárias do SUAS.

Nesse sentido, algumas perguntas auxiliaram a nortear o percurso teórico realizado nos capítulos iniciais:

Como a Política de Assistência Social brasileira e, especificamente, a Política Nacional de Assistência Social de 2004, têm se reportado à família?

O que está compreendido na noção de "família em situação de vulnerabilidade"?

O que podemos entender sobre vulnerabilidade segundo autores e pesquisadores que têm se dedicado ao estudo do tema?

Em seguida, no quinto tópico, foi descrita a metodologia utilizada para a realização de oito entrevistas semiestruturadas posteriormente apresentadas no item 6, organizadas a partir de quatro eixos: (I) O começo da história: o trânsito pelas lembranças; (II) Busca por melhores condições de vida: as várias faces da migração; (III) Tocando em frente: alegrias e tristezas do porvir; e, (IV) A relação com os direitos socioassistenciais: o desencontro com a cidadania.

Por fim, realizou-se uma discussão tendo como ponto de partida a seguinte questão: "a concepção de vulnerabilidade social proposta pela Política Nacional de Assistência Social é condizente com as problemáticas apresentadas pelas famílias usuárias do SUAS?"

Compreendendo o lugar da família na política de assistência social brasileira

A Política Nacional de Assistência Social vigente no Brasil desde 2004 elencou a família como centro das ações de proteção social. Desde então, a noção de matricialidade sociofamiliar tem sido enfatizada por diversos atores sociais integrados ao campo da assistência social, em busca do desenvolvimento de metodologias e práticas de intervenção com foco na família.

No entanto, de forma mais ampliada na história brasileira, o Estado e o campo de assistência social fizeram referência à família em momentos específicos e com finalidades determinadas, a depender do contexto sociopolítico vigente. Pretende-se, neste capítulo, apresentar alguns pontos relevantes da história da família na assistência social brasileira e a discussão atual sobre o tema, abordando por fim a questão da matricialidade sociofamiliar.

A primeira aparição da família no campo da assistência social data da década de 1940, nos documentos oficiais de organização da Legião Brasileira de Assistência (LBA). Até então, a assistência social brasileira era regida sob os princípios inaugurados na Idade Média e liderada por entidades religiosas e filantrópicas. As ações de ajuda e doação tinham cunho individualista e eram destinadas a grupos populacionais minoritários marcados pela pobreza. Tal condição era compreendida como disfunção pessoal dos indivíduos e o corpo social disseminava uma imagem negativa e desqualificada do pobre como sinônimo de sujeira, doença, degradação, imoralidade e subversão (SPOSATI et al., 2010). Do mesmo modo, às famílias de classes populares também eram dirigidos rótulos pejorativos, tais como negligentes, incapazes e indignos (PATTO, 1999).

Em 1942, o então presidente Getúlio Vargas fundou a LBA, coordenada pela primeira dama Darcy Vargas e identificada como a primeira grande instituição de assistência social. A LBA foi reconhecida como órgão de colaboração com o Estado e compunha o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), tendo como finalidade promover a execução da Política Nacional de Assistência Social e orientar as entidades executoras, segundo o Relatório Oficial de 1984 da LBA (SPOSATI et al., 2010).

A criação da LBA inaugurou o aspecto assistencialista, clientelista e benemerente vinculado à política assistencial brasileira, consagrando as primeiras damas como gerenciadoras das ações de distribuição de bens de direito como privilégio dos desfavorecidos economicamente (COUTO, 2010).

As ações previstas pela LBA consistiam em ofertar assistência às famílias dos soldados de guerra e à população pobre, prioritariamente na área materno-infantil:

Assistência ao menor (creches, projetos e colônias de férias); assistência social complementar (aquisição de material escolar e uniforme às crianças); assistência social geral (atividades socioeducativas com famílias e grupos comunitários); educação para o trabalho; legalização do homem brasileiro (fornecimento de documentos); atenção primária à saúde; assistência às pessoas com deficiência, aos idosos e o Programa Nacional de Voluntários (PRONAV-LBA) (SPOSATI et al., 2010, p.87).

No que diz respeito ao trabalho com famílias, o Estatuto da LBA, no *Art. 2º do Capítulo I*, previa o acesso das famílias de baixa renda aos programas de assistência social com vistas à melhoria das condições de vida (BRASIL, 1991).

De acordo com Sposati et al. (2010) e Couto (2010), mesmo com a fundação e organização da LBA, a fragmentação das ações é característica marcante no campo da assistência social brasileira, resultando em "um conjunto de providências e ajudas parciais que terminam por prestar um atendimento paliativo" (SPOSATI et al., 2010, p.90), sem promover alterações qualitativas no acompanhamento e no cenário social.

Desse modo, após uma grande lacuna, a família volta a aparecer nos documentos de assistência social apenas no trecho dedicado a esta política pública na Constituição Federal de 1988, sendo destacada pelo direito de proteção social:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

- I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II – o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III – a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV – a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

(BRASIL, 1988)

Cabe ressaltar que, de acordo com Castanho (2012), a chamada Constituição Cidadã, ainda vigente no Brasil e regida pelos preceitos do Estado de Bem Estar Social, colocou uma nova perspectiva para a família ao passo que a compreendeu como instituição social, o que exigiu a regulamentação de seus direitos e deveres na esfera social.

A Constituição foi expandida ao reconhecer não apenas as famílias originadas pelo casamento civil, mas as demais entidades familiares de formações distintas, tais como as

uniões estáveis e as famílias monoparentais. Também inovou nos aspectos de filiação, entidade familiar e livre planejamento familiar⁷, além de estabelecer a cogestão da sociedade conjugal, retirando a autoridade exclusiva do homem e igualando a noção de direitos e deveres em termos de responsabilidade (CASTANHO, 2012).

Assim como nos anteriores, o documento de 1988 manteve o caráter da família sob especial proteção do Estado, "o que indica que o poder público desempenha um papel decisivo no desenvolvimento de programas e políticas públicas voltadas à família a fim de assegurar seus direitos e garantir-lhes efetividade" (CASTANHO, 2012, p. 200).

O progresso textual da Constituição, no entanto, apresentou inúmeras dificuldades para se concretizar, pois apesar de zelar pela garantia de um sistema de proteção social, "as condições deterioradas do financiamento do setor público inviabilizaram a ampliação dos gastos sociais e execução de políticas públicas" (GOMES, 2006, p.228).

No caso da assistência social tal lentidão pôde ser verificada pelo intervalo de 5 anos entre a promulgação da Constituição Federal e a aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), nº 8.742/93, em 1993. Estruturada a partir dos artigos 194 e 203 da Constituição Federal de 1988, a LOAS normatizou a Assistência Social como direito social, componente do campo da Seguridade Social, da qual cabe destacar a centralidade do Estado na provisão social e garantia de direitos como um dos aspectos mais importantes e inovadores (COUTO, 2010).

A LOAS (1993) fez breve menção à família, dirigindo-se a ela apenas no *Capítulo I – Das definições e dos objetivos*, ao explicitar os objetivos e a população-alvo da política pública; na *Seção I Dos Princípios*, no *Capítulo II – Dos Princípios e das Diretrizes*, ao alegar o respeito à convivência familiar e comunitária; e no *Capítulo IV Dos Benefícios, dos Serviços, dos Programas e dos Projetos de Assistência Social*, tanto na *Seção I – Do Benefício de Prestação Continuada* – que deve ser ofertado àquele que não possui meios de prover o próprio sustento e também não conta com a provisão de recursos financeiros advindos da família, quanto na *Seção II – Dos Benefícios Eventuais*. Neste último capítulo, houve a delimitação do conceito de família: "entende-se por família a unidade mononuclear, vivendo sob o mesmo teto, cuja economia é mantida pela contribuição de seus integrantes" (BRASIL, 1993).

⁷ O aspecto do livre planejamento familiar deve ser destacado, pois a partir dele, as famílias passaram a poder planejar livremente a composição familiar em relação a ter ou não filhos, bem como a quantidade e o intervalo de tempo entre eles (CASTANHO, 2012).

Em sequência, a próxima alusão à família foi feita no documento “Uma estratégia de desenvolvimento social”, lançado em 1996, durante o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC). Com o intuito de planejar as ações para a política social brasileira, a proposta foi desenvolvida a partir de três eixos: (1) os serviços sociais básicos de vocação universal e de responsabilidade pública, (2) os programas básicos e (3) o programa de enfrentamento à pobreza, efetivado pelo Programa Comunidade Solidária com foco nos critérios territorial (municípios) e de renda (familiar) (DRAIBE, 2003).

Além de ser iniciado com a consideração da ocorrência de "importantes mudanças nos valores e comportamentos que se refletem na estrutura da família e na dinâmica de sua constituição" (p.7), o texto também ressaltou que as transformações socioculturais em curso alteraram o papel da mulher na sociedade e colocaram, principalmente pelo crescente número de famílias chefiadas por mulheres, novas exigências a serem enfrentadas pelos programas de proteção social (BRASIL, 1996).

A família foi majoritariamente mencionada nos itens correspondentes à saúde, reforma agrária, saneamento básico e habitação. Já no que tange à assistência social, a família foi citada no item "*Renda Mínima para Idosos e Deficientes*", que previa o pagamento de um salário-mínimo mensal para idosos de 70 anos ou mais e pessoas com deficiência pertencentes a famílias de baixa renda⁸; e no item "*Brasil Criança-Cidadã*", com vistas a desenvolver ações de apoio e orientação familiar e destinar determinado valor monetário a famílias que matriculassem os filhos na escola e os mantivessem fora da situação de trabalho infantil (BRASIL, 1996).

O governo FHC não aderiu às prerrogativas da LOAS, mas foi composto de estratégias de agrupamento e apresentação dos programas sociais e modificação no campo da política de enfrentamento da pobreza adotando a ênfase nos programas de transferência direta de renda para famílias pobres. A frente de combate à pobreza era desenvolvida pelo Fundo de Combate à Pobreza, iniciado em 2000, e os programas de transferência de renda: Bolsa-Alimentação (2000), Agente Jovem (2000) e o Auxílio-gás (2002) foram acoplados aos programas preexistentes: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (1995) e Bolsa-Escola (1998). A Rede Brasileira de Proteção Social focalizava, então, a inclusão de indivíduos e famílias com baixa renda em programas de transferência de renda, a fim de protegê-los das circunstâncias

⁸ Famílias com renda mensal "per capita" de até um salário mínimo (R\$112,00) (BRASIL, 1996).

de risco e vulnerabilidade social. A implantação do Cadastro Único⁹ (CadÚnico) data deste mesmo período, bem como o início das parcerias com as organizações não governamentais (ONGs) como prestadores de serviços assistenciais (DRAIBE, 2003).

Em 2003, no início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi criado em caráter de Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, posteriormente convertida na Lei nº 10.836, o Programa Bolsa Família (PBF) com vistas à transferência direta de renda, com condicionalidades, a indivíduos e famílias pobres e extremamente pobres (FREITAS, 2007).

A criação do PBF tinha como objetivo complementar o sistema de proteção social brasileiro considerando a complexidade da realidade do país, de acordo com Freitas (2007), e estabeleceu a tentativa de unificar os programas de transferência de renda existentes no governo FHC, bem como potencializar o Cadastro Único como instrumento para formalizar o acompanhamento e a avaliação de políticas públicas de combate à pobreza.

Após esta longa trajetória, em 2004, a aprovação da Política Nacional de Assistência Social e a institucionalização do Sistema Único de Assistência Social alteraram notadamente a integração da família no campo da assistência social, ao defini-la como núcleo centralizador das ações executadas e ao ampliar as formas de atenção para além dos programas de transferência de renda (BRASIL, 2004).

A perspectiva de aproximação do cotidiano dos usuários para melhor reconhecimento das vulnerabilidades indicou na PNAS a necessidade de relacionar o indivíduo ao território e à família como parte das circunstâncias que permeiam a vida diária, defendendo que "a unidade sociofamiliar, permite o exame da realidade a partir das necessidades, mas também dos recursos de cada núcleo/domicílio" (BRASIL, 2004, p.15). A PNAS assumiu a centralidade sociofamiliar no âmbito de suas ações, compreendendo e discutindo as transformações que este núcleo social tem sofrido nos últimos anos, e considerando especialmente o índice crescente de mulheres como a pessoa de referência da família (BRASIL, 2004).

⁹ De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (site, 2015), "o Cadastro Único é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda (renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa), possibilitando o conhecimento da realidade socioeconômica e as informações de todo núcleo familiar, das características do domicílio e das formas de acesso a serviços públicos essenciais". Suas informações são regulamentadas pelo Decreto nº 6.135/07, pelas Portarias nº 177, de 16 de junho de 2011, e nº 274, de 10 de outubro de 2011, e Instruções Normativas nº 1 e nº 2, de 26 de agosto de 2011, e as Instruções Normativas nº 3 e nº 4, de 14 de outubro de 2011, e podem também ser utilizadas pelos governos estaduais e municipais para obter o diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas, possibilitando o desenvolvimento de políticas sociais locais.

De acordo com a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social, (BRASIL, 2005), o princípio de matricialidade sociofamiliar propõe que:

- a família é o núcleo básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social;
- a defesa do direito à convivência familiar, na proteção de Assistência Social, supera o conceito de família como unidade econômica, mera referência de cálculo de rendimento per capita e a entende como núcleo afetivo, vinculado por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade, que circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero;
- a família deve ser apoiada e ter acesso a condições para responder ao seu papel no sustento, na guarda e na educação de suas crianças e adolescentes, bem como na proteção de seus idosos e portadores de deficiência;
- o fortalecimento de possibilidades de convívio, educação e proteção social, na própria família, não restringe as responsabilidades públicas de proteção social para com os indivíduos e a sociedade.

(BRASIL, 2005, p.90)

A partir das diretrizes de matricialidade sociofamiliar e territorialização¹⁰, a organização da rede de serviços socioassistenciais deve considerar o número de famílias/habitante referenciadas no território a fim de estabelecer um leque de recursos e ofertas assistenciais capaz de suprir as necessidades locais (BRASIL, 2008). A relação entre o número de habitantes e famílias por localidade compõe a estrutura que permite planejar e executar a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios do SUAS em cada território, visando a adequação da complexidade de proteção social e dos programas condizentes com as regiões de implantação (BRASIL, 2004).

A vigilância socioassistencial atua como fonte de identificação dos 'territórios de incidência', ou seja, de regiões caracterizadas por condições precárias promotoras de altos índices de vulnerabilidade e situações de risco pessoal e social, a fim de compor a rede socioassistencial específica para responder às demandas de cada território (BRASIL, 2005, p.93).

O conceito de vulnerabilidade social utilizado pela PNAS (BRASIL, 2004) foi definido ao se examinar a presença de ao menos uma das características do Quadro 1, considerando que "a combinação dessas características comporá a Taxa de Vulnerabilidade Social em um determinado território" (BRASIL, 2005, p. 135).

¹⁰ O princípio de territorialização prevê "o reconhecimento da presença de múltiplos fatores sociais e econômicos, que levam o indivíduo e a família a uma situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social" (BRASIL, 2005, p.92) e defende que as especificidades locais sejam consideradas como indicativos da cultura, da identidade, das características socioeconômicas e das desigualdades existentes em cada território (BRASIL, 2008).

VARIÁVEIS	FONTE	ANO
Famílias que residem em domicílio com serviços de infraestrutura inadequados. Conforme definição do IBGE ¹¹ , trata-se dos domicílios particulares permanentes com abastecimento de água proveniente de poço ou nascente ou outra forma, sem banheiro e sanitário ou com escoadouro ligado à fossa rudimentar, vala, rio, lago, mar ou outra forma e lixo queimado, enterrado ou jogado em terreno baldio ou logradouro, em rio, lago ou mar ou outro destino e mais de 2 moradores por dormitório.	IBGE, Censo Demográfico PNAD	2000 (2001 em diante)
Família com renda familiar per capita inferior a um quarto de salário mínimo.	IBGE, Censo Demográfico PNAD	2000 (2001 em diante)
Família com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo, com pessoas de 0 a 14 anos e responsável com menos de 4 anos de estudo.	IBGE, Censo Demográfico PNAD	2000 (2001 em diante)
Família na qual há uma chefe mulher, sem cônjuge, com filhos menores de 15 anos e analfabeta.	IBGE, Censo Demográfico PNAD	2000 (2001 em diante)
Família na qual há uma pessoa com 16 anos ou mais, desocupada (procurando trabalho) com 4 ou menos anos de estudo.	IBGE, Censo Demográfico PNAD	2000 (2001 em diante)
Família na qual há uma pessoa com 10 a 15 anos que trabalhe.	IBGE, Censo Demográfico PNAD	2000 (2001 em diante)
Família na qual há uma pessoa com 4 a 14 anos que não estude.	IBGE, Censo Demográfico PNAD	2000 (2001 em diante)
Família com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo, com pessoas de 60 anos ou mais.	IBGE, Censo Demográfico PNAD	2000 (2001 em diante)
Família com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo, com uma pessoa com deficiência.	IBGE, Censo Demográfico PNAD	2000 (2001 em diante)

Quadro 1: Apresentação das variáveis que definem população vulnerável. Fonte: NOB-SUAS, 2005, p.135.

Tendo como ponto de partida a Taxa de Vulnerabilidade Social municipal, a rede socioassistencial deve ser composta de acordo com as demandas específicas dos territórios, a fim de garantir maior aproximação entre as necessidades locais e a qualidade e especialidade dos serviços ofertados. Para tanto, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, publicada em 2009, pela Resolução nº 109, apresenta-se como documento essencial para a execução do SUAS, com o objetivo de organizar e padronizar os serviços ofertados segundo o nível de complexidade da proteção social. Os serviços destinados à proteção social das famílias também estão normatizados por este documento.

A Proteção Social Básica é realizada diretamente pelo Centro de Referência de Assistência Social¹² e indiretamente por outras unidades básicas e públicas de assistência social, bem como pelas instituições e organizações de assistência social da área de abrangência dos CRAS. Têm por objetivos a prevenção de riscos e o fortalecimento dos

¹¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

¹² O CRAS é uma unidade pública estatal de base territorial, situado em área de vulnerabilidade social, responsável por executar serviços de proteção social básica e organizar e coordenar a rede local de serviços socioassistenciais, a fim de prover assistência a até 1.000 famílias/ano (BRASIL, 2004, p.35).

vínculos familiares e comunitários. A operacionalização inclui o acolhimento e acompanhamento de indivíduos, famílias, idosos e pessoas com deficiência, a partir da oferta e inserção em projetos, programas e benefícios socioassistenciais eventuais e continuados. Neste âmbito, vale destacar o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), cujo objetivo maior é o acompanhamento integral de famílias em situação de risco (BRASIL, 2004).

O cadastro e acompanhamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC), dos benefícios eventuais e dos programas de transferência de renda, também são atribuições do CRAS, sublinhando o caráter não contributivo da assistência social que assim busca efetivar a provisão de renda àqueles que se enquadrem nos critérios de renda per capita dispostos na LOAS (BRASIL, 2004).

A articulação com as demais políticas públicas, com os serviços da proteção social especial e com a rede socioassistencial territorial está prevista como possibilidade de superar a situação de vulnerabilidade e prevenir as situações de risco potencial, a partir da composição de uma rede de apoio ao indivíduo e à família (BRASIL, 2004).

De acordo com a PNAS (BRASIL, 2004, p.33) a PSB

destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

Nos casos de acompanhamento familiar, o trabalho na proteção social básica exige uma compreensão ampliada de família, ao enfatizar a existência de diferentes arranjos familiares e superar a concepção de um modelo pautado na família nuclear. Como funções básicas da família a PNAS aponta: "prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado" (BRASIL, 2004, p.35). Ressalta ainda que as famílias podem ou não dar conta de suprir suas funções básicas e que o trabalho na proteção social deve compreender o contexto social e os recursos simbólicos e afetivos, bem como sua singularidade, a fim de atuar de acordo com as necessidades e dificuldades próprias de cada núcleo familiar (BRASIL, 2004).

Além do suporte e acompanhamento destinados às famílias, o CRAS também deve ofertar orientações para a população de abrangência e se articular à rede de proteção social local a fim de garantir os direitos de cidadania e evitar a ocorrência de violação de direitos dos usuários (BRASIL, 2004).

Os serviços de proteção social básica têm como premissa o reforço da família como unidade de referência por meio do incentivo à socialização, convivência e fortalecimento de vínculos, bem como a promoção e integração ao mercado de trabalho (BRASIL, 2004).

Já a Proteção Social Especial caracteriza-se como modalidade de atendimento assistencial a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, tendo como objetivo a promoção de atenção socioassistencial. Exige maior complexidade de ação em função da condição de exclusão social resultante de um processo de precarização de vínculos afetivos e de suporte somado a condições de pobreza e desigualdade (BRASIL, 2004).

Para a PNAS, a dificuldade da família em cumprir suas funções básicas de proteção e socialização pode desencadear situações de violação de direitos dos seus membros que demandarão da PSE o provimento de acesso aos serviços e a inclusão em redes sociais de apoio e acompanhamento. Nesses casos, a intervenção é ainda mais específica do que no nível de proteção social básica, objetivando a reestruturação do núcleo familiar, a elaboração de novos grupos de referência e a inserção e o fortalecimento das redes de apoio social (BRASIL, 2004).

A PSE tem como prioridade as ações de abrigamento de indivíduos que apresentem os direitos violados e "cuja convivência com a família de origem seja considerada prejudicial a sua proteção e ao seu desenvolvimento" (BRASIL, 2004, p.37).

A população alvo da proteção social especial está descrita da seguinte forma:

[...] as famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras (BRASIL, 2004, p.37).

Os serviços apresentam interface com o sistema de garantia de direitos e costumam requerer acompanhamento individual e maior flexibilidade nas propostas de ação, além de encaminhamentos monitorados, aspirando à reinserção e aumento da atenção protetiva (BRASIL, 2004).

O nível de proteção social especial está dividido em média e alta complexidade. Os serviços de média complexidade estão voltados ao atendimento de famílias e indivíduos com direitos violados, sem, no entanto, apresentar rompimento dos vínculos familiares e comunitários. O serviço de referência desta complexidade é o Centro de Referência

Especializado de Assistência Social¹³, e tem por objetivo a orientação e o fortalecimento ou reconstituição do convívio sociofamiliar comunitário, direcionado ao atendimento de situações de violação de direitos (BRASIL, 2004).

A Proteção Social Especial de alta complexidade prevê a garantia de proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido – para famílias e indivíduos em situação de ameaça, violação de direitos e sem referência familiar e comunitária. Os serviços desta complexidade são ofertados pela rede socioassistencial do território de abrangência (BRASIL, 2004).

A PNAS finaliza seu texto apontando o enfrentamento à pobreza e a erradicação da fome como dois aspectos basais do trabalho a ser desenvolvido na área da Assistência Social, ressaltando a necessidade de "articular distribuição de renda com trabalho social e projetos de geração de renda com as famílias" (BRASIL, 2004, p.60).

Por fim, a Lei 12.435, publicada em 2011, pode ser apontada como o documento mais atual em que a família foi destacada. A lei alterou a LOAS incluindo o SUAS e dando maior ênfase ao atendimento da família (QUINONERO et al., 2013). Como novidade ao texto, a família foi incluída como receptora dos serviços da assistência social nos *Artigos 2º e 3º do Capítulo I – Das Definições e dos Objetivos*; no *Capítulo III – Da Organização e da Gestão*, foi destacada como usuária do SUAS nos níveis de proteção social básica e proteção social especial, com relevância para o PAIF e PAEFI¹⁴; e, no *Capítulo IV – Dos Benefícios, dos Serviços, dos Programas e dos Projetos de Assistência Social*, teve redefinida sua concepção de família a ser considerada para a provisão de benefícios socioassistenciais:

§ 1º Para os efeitos do disposto no caput, a família é composta pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto (BRASIL, 2011b).

Após essa breve contextualização acerca da relação estabelecida entre a família e o campo brasileiro de assistência social, pretende-se abordar a questão da matricialidade sociofamiliar na tentativa de elucidar aspectos importantes da discussão atual sobre o papel, a relevância e a efetividade da PNAS.

¹³ O CREAS é uma unidade pública estatal de abrangência municipal ou regional responsável por executar serviços de proteção social especial especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos. Deve ofertar obrigatoriamente o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos (BRASIL, 2011d).

¹⁴ PAEFI - Programa de Atenção Especializada Integral à Família

2.1 A questão da centralidade na família

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004), destaca-se que a matricialidade sociofamiliar:

[...] se refere à centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social. [...] está ancorada na premissa de que a centralidade da família e a superação da focalização, no âmbito da política de Assistência Social, repousam no pressuposto de que para a família prevenir, proteger, promover e incluir seus membros é necessário, em primeiro lugar, garantir condições de sustentabilidade para tal. Nesse sentido, a formulação da política de Assistência Social é pautada nas necessidades das famílias, seus membros e dos indivíduos (BRASIL, 2004, p.40 - 41).

O texto de aprovação da PNAS, em 2004, apresentou como aspecto inovador a assunção da família como a unidade para a qual devem ser orientados os projetos, benefícios, programas e serviços, com vistas à superação da focalização e da individualização historicamente praticadas na assistência social brasileira. Conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, pela Lei Orgânica de Assistência Social e pelo Estatuto do Idoso, a família foi então reconhecida e denominada como “sujeito de direitos” (BRASIL, 2004, p.42).

A noção de família utilizada pela PNAS a descreve como um conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade, influenciado em sua dinâmica e configuração pelas transformações societárias (BRASIL, 2004). O documento compreende que ao mesmo tempo em que família atua como instância provedora de cuidados aos seus membros e mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, entre o público e o privado, também é esfera de conflitos e desigualdades que demanda cuidado e proteção.

Para as situações de fragilização dos vínculos familiares e comunitários e de vulnerabilidade à pobreza, a política de Assistência Social indicou seu papel na emancipação e proteção social das famílias brasileiras por meio de propostas específicas traçadas na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009): o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos organizados nos níveis de proteção social básica e especial, respectivamente. Ambos os serviços visam o acompanhamento territorial continuado de famílias com dificuldade para enfrentar a situação de vulnerabilidade e devem ser executados pelo CRAS e pelo CREAS de cada região.

Além das normativas e documentos desenvolvidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), diversos autores e pesquisadores têm se dedicado ao estudo da centralidade da família na PNAS e levantado pontos relevantes para o aprofundamento e problematização deste tema. Entretanto, para compreender a atual questão da matricialidade sociofamiliar, faz-se necessário aprofundar a discussão da família em relação às políticas sociais brasileiras.

O debate sustentado por Gomes (2006) e Carvalho e Almeida (2003) aponta que nos países em que não há políticas sociais efetivas e abrangentes, as condições de subsistência das famílias são determinadas pelas características específicas e pelo nível de rendimento do grupo familiar. Ao analisar o modelo do Estado de Bem-Estar Social no Brasil, Gomes (2006) relata a constituição de um sistema de proteção social limitado a implementação de algumas políticas de bem-estar social, que evidenciaram a impossibilidade de considerá-lo como um sistema de seguridade social próximo ao modelo que ficou conhecido como Welfare State¹⁵. Para o autor,

[...] os limites estruturais ao sistema previdenciário brasileiro eram: a concentração dos interesses em torno dos diversos projetos voltados para a industrialização; as fragilidades financeiras do Estado e das empresas, limitando a expansão do sistema para atender as demandas crescentes de serviços assistenciais e previdenciários; e a fragilidade do poder de barganha da classe trabalhadora (GOMES, 2006, p.225).

O traço repressor do Estado e a oferta de pacotes de programas sociais desarticulados mantiveram-se vigentes desde a década de 1930 até o período do golpe militar de 1964, acarretando a ausência de avanços na construção de um sistema de seguridade social. Durante o regime militar os aparelhos previdenciários foram remodelados e a política de habitação popular também ganhou espaço. No entanto, todo o processo foi marcado por traços autoritários e arbitrários, distante da classe trabalhadora e longe de se configurar como um sistema de cobertura universal, forte característica dos Estados de Bem-Estar Social europeus (GOMES, 2006).

¹⁵ De acordo com Gomes (2006, p.203) a definição de Welfare State pode ser compreendida como "um conjunto de serviços e benefícios sociais de alcance universal promovidos pelo Estado com a finalidade de garantir uma certa 'harmonia' entre o avanço das forças de mercado e uma relativa estabilidade social, suprimindo a sociedade de benefícios sociais que significam segurança aos indivíduos para manterem um mínimo de base material e níveis de padrão de vida, que possam enfrentar os efeitos deletérios de uma estrutura de produção capitalista desenvolvida e excludente".

Já no início da década de 1980, as mudanças na conjuntura econômica internacional e a segunda grande crise do petróleo resultaram em desequilíbrios e crises nos países da América Latina e, particularmente no Brasil, ocasionando um dos períodos mais críticos da história econômica do país. As políticas de bem-estar sofreram perdas consideráveis, que pouco foram recuperadas no período iniciado com a Constituição Federal de 1988, devido à perspectiva neoliberal em curso. Segundo Gomes (2006, p.229), os principais fatores que colaboraram com o fracasso do novo modelo de seguridade social proposto foram: “a centralização dos novos recursos no Tesouro Nacional e o atraso em seus repasses; cortes expressivos nos valores reais; e a falta de indexação das despesas públicas referentes aos gastos correntes e de investimentos previstos no Orçamento Geral da União”. Além disso, o autor ressalta que a abertura democrática ainda não aparecia como possibilidade de luta, reivindicação e articulação da sociedade brasileira, e principalmente, das classes trabalhadoras.

A manutenção deste quadro pôde ser observada ao longo da década de 1990, que se iniciou com o desmonte do aparelho estatal federal realizado pelo governo Collor de Mello e continuou com as políticas de liberalização econômica e reestruturação produtiva do Estado. “O processo de privatização, a reforma administrativa-gerencial do setor público, a extinção de vários órgãos e autarquias (...) são os traços responsáveis por assegurar uma transformação radical das relações entre Estado e sociedade rumo a uma concepção liberal de mercado” (GOMES, 2006, p. 230).

O modelo econômico neoliberal adotado desde então promoveu fortes impactos no papel do setor público e nas políticas sociais brasileiras que ficaram a cargo de organizações sociais e do mercado, tendo como "palavras de ordem: descentralização, terceirização, privatização e flexibilização" (GOMES, 2006, p.231). Nesse cenário de ausência do Estado atrelado à crise econômica resultando em aumento das taxas de desemprego e precário ou nulo acesso às políticas sociais, os grupos familiares brasileiros, em especial das classes trabalhadoras, sofreram grandes impactos em sua organização e condição de vida, afetando negativamente a capacidade de atender às necessidades básicas de seus membros.

Goldani (2002) incrementa a análise ao ponderar que o aumento das taxas de desemprego e pobreza desafiou o governo a ajustar os programas sociais e econômicos de forma a se adaptar às mudanças econômicas mundiais. No quadro de diminuição dos recursos do Estado e da desmontagem do sistema de proteções e garantias vinculadas ao emprego, as famílias foram apontadas como um elemento fundamental de proteção social para seus membros e, como tal, passaram a ser foco e destinatárias de políticas sociais. Para a autora,

num contexto de Estado mínimo a família assumiu ainda maior importância como fonte de suporte material e afetiva para seus membros.

Ribeiro (2004) aponta também que diante da crise do Estado de Bem-Estar e crescente custo dos diferentes serviços públicos e privados “requer-se a solução familiar (ao menos parcial) visando reduzir sua dependência dos serviços coletivos e aumentar ou redescobrir a autonomia e iniciativa pessoal/familiar” (p.660).

Goldani (2002) ressalta que, apesar de no caso brasileiro o regime de Bem-Estar Social calcar sua história na família, as políticas sociais apresentavam-se de forma extremadamente setorializadas, centralistas e institucionalizadas, tomando o indivíduo como elemento central e portador de direitos. No universo do Welfare State, a maioria dos pensadores priorizou a relação Estado-Mercado, que, por sua vez, se refletia sobre uma determinada divisão sexual do trabalho intimamente ligada à ideia de família patriarcal, na qual o homem caracteriza-se como provedor e a mulher como cuidadora e responsável pelas atividades domésticas. Apenas após as críticas e contribuições das estudiosas feministas¹⁶, foi incorporada às teorizações prévias a questão da família e de gênero como princípios fundamentais de suas formulações (DRAIBE, 2007).

Assim, no contexto brasileiro da década de 1990 as famílias foram acionadas não só como importante suporte para seus membros, mas, também, como fonte de organização central na nova forma de divisão da riqueza social. Ao focalizar as famílias e não as pessoas, estes programas justificam que a pobreza se define no âmbito da família. Enfim, a orientação mais ampla é de que, para o Estado, as famílias se constituíam em uma instância mediadora das iniciativas destinadas à promoção da equidade com direitos humanos básicos e à integração dos indivíduos em redes sociais e comunitárias (GOLDANI, 2002).

Carvalho e Almeida (2003) e Goldani (2002) destacam que, com a crise dos anos 1980, além do advento da participação da mulher no mercado de trabalho, verificou-se a crescente participação dos filhos jovens em atividades do setor informal. Ainda assim, são os adultos das famílias que carregam o maior ônus das demandas de seus dependentes que, cada vez mais, dependem de poucos adultos trabalhando e em condições precárias, sendo de fundamental importância refletir sobre as possibilidades de proteção social delegada às famílias e suas dificuldades no cumprimento destas tarefas (GOLDANI, 2002).

Cabe ressaltar a reflexão acenada por Barros, Camargo e Mendonça (1995) de que a população infanto-juvenil brasileira compõe um conjunto de pessoas dependentes e, portanto,

¹⁶ Orloff, 1996; Lewis, 1992; Sainsbury, 1999.

tem seu bem-estar completamente determinado por transferências advindas dos adultos. Estas transferências ocorreriam, em sua quase totalidade, no interior das famílias. Assim, o bem-estar de cada membro sem renda é totalmente determinado pelos recursos da família à que pertence.

Mais um aspecto desse novo arranjo refere-se à condição da mulher, já que, segundo Goldani (2002), foram elas que enfrentaram o elevado custo da dupla jornada: "cuidar" e "prover" as suas famílias. Cada vez mais, as mulheres se encontram no papel de provedoras e não apenas como fonte de renda adicional. Além disso, a autora afirma que as famílias em etapas de formação e expansão, com pouca capacidade de mão de obra, bem como as famílias com chefes mulheres com filhos pequenos, foram as mais afetadas.

Outro ponto relevante para a compreensão da família nesta discussão compete, para Costa (2011), aos Anos Internacionais promovidos pelas Nações Unidas. Segundo o autor, reporta-se a eles importante papel no campo dos direitos humanos no que diz respeito à mobilização ética, social e política em torno de um tema, resultando em avanços na normatização e na forma de enfrentamento dos problemas a ele relacionados.

Assim como o Ano Internacional da Mulher, em 1975, e o Ano Internacional da Criança, em 1979, tiveram impactos significativos para a constituição de políticas públicas brasileiras de atenção ao problema, o Ano Internacional da Família, em 1994, emergiu como uma grande oportunidade de consolidação e avanço dos direitos humanos nesta esfera. Costa (2011) considera a importância deste marco ao defender não só que "todas as problemáticas relacionadas à pessoa encontram seu desaguadouro natural na grande questão da família", mas que "o tema família estava sendo historicamente relegado a um plano secundário na evolução das lutas sociais" (COSTA, 2011, p. 21).

Nos documentos produzidos com essa temática, a família foi destacada como unidade básica da sociedade e como tal deveria ser fortalecida. Foram reconhecidas as diversas formas de família, em diferentes sistemas culturais, sociais e políticos, bem como as importantes mudanças na composição e vida familiar, decorrentes do processo de transformação demográfica e socioeconômica. Recomendou-se aos governos a formulação e promoção de políticas sociais de apoio e proteção às famílias, considerando sua pluralidade, além da elaboração de políticas e leis que contribuíssem para a sua estabilidade e promovessem a igualdade de oportunidades para os membros da família, em especial das mulheres e crianças (RIBEIRO, 2004).

Pautada nessas análises e na tentativa de compreender o contexto da matricialidade sociofamiliar, tal como sugere Carvalho (2006, 2010), propõe-se definir a dinâmica

estabelecida no Brasil na década de 1990 como o movimento de Welfare Mix - caracterizado pela divisão de responsabilidades entre Estado, iniciativa privada e sociedade civil.

O Welfare Mix é uma combinação de recursos e de meios mobilizáveis na esfera do Estado, do mercado, das organizações sociais sem fins lucrativos e, ainda, aqueles derivados das microssolidariedades originárias nas famílias, nas igrejas, no local, de modo que as políticas sociais se apresentam hoje como responsabilidades partilhadas (CARVALHO, 2010, p. 270).

Para a autora, atualmente, as demandas de proteção social requerem soluções partilhadas entre Estado e sociedade, demonstrando que "tanto a família quanto o Estado são instituições imprescindíveis ao bom funcionamento das sociedades capitalistas" (CARVALHO, 2010, p.268), ao exercerem funções correlatas para o desenvolvimento e proteção social dos indivíduos.

Os indivíduos necessitam consumir, além de bens e mercadorias, serviços que não podem ser obtidos pela via do mercado. Para alguns destes, dependem dos serviços públicos ofertados pelo Estado; para outros bens e serviços dependem da família, pela via de sua condição de provedora de afeto, socialização, apoio mútuo e proteção (CARVALHO, 2010, p.268).

Nesse sentido, as políticas sociais e a família se assemelham nas funções de reprodução e proteção social dos indivíduos pelos quais são responsáveis, e as políticas de seguridade social – principalmente a de saúde e de assistência social – têm apresentado uma ênfase estratégica em compor com a família projetos e processos mais efetivos na proteção social (CARVALHO, 2010).

[...] a família ganha um lugar de destaque na política pública. Sua inclusão num cenário de partilha de responsabilidades entre Estado, sociedade civil e iniciativa privada, aliada a processos de descentralização e fortalecimento da gestão local (municipal), desenham as novas tendências na condução da política social deste final de século (CARVALHO, 2006, p.21).

Ao destacar a tendência dos governos em tomar a família como alvo privilegiado das políticas de assistência social, Carvalho (2006) afirma que o núcleo familiar não se constitui apenas como elemento central, a grande inovação é o seu papel de parceira na implementação destas políticas apoiada na perspectiva acentuada de partilha de responsabilidades e solidariedades públicas e privadas. "O mais importante a se observar é que a família retoma um lugar de destaque na política social. Ela é ao mesmo tempo beneficiária, parceira e pode-

se dizer mini-prestadora de serviços de proteção e inclusão social" (CARVALHO, 2006, p.18). Para Pereira (2008), ao colocar a família como responsável em primeira instância pelos seus membros, a política de assistência social limita a ação protetiva do Estado aos casos de vulnerabilidade e risco (PEREIRA, 2008).

Teixeira (2010, p.5) considera que a noção de matricialidade sociofamiliar reforça a "tendência familista"¹⁷ da política social brasileira ao ampliar e contar com a proteção da família. Tal estratégia tem função relevante no contexto de redução de gastos sociais, tendo em vista que "se pode contar com a parceria da família para potencializar a proteção social oferecida, mesmo quando não ocorre em quantidade nem qualidade suficiente para suprir todas as atenções necessárias e demandadas" (TEIXEIRA, 2010, p.10).

Um dos principais problemas e prejuízos inerentes à opção de tomar a família como centro das políticas públicas refere-se à análise isolada das funções sociais da família sem considerar as condições contemporâneas de funcionamento da sociedade e do Estado (PEREIRA, 2010). Ao deixar responsabilidades que são de natureza pública para o universo privado, o Estado, ao mesmo tempo em que entende a família como a principal e mais importante esfera social, por vezes também a culpabiliza diante de situações e problemáticas sociais (MARQUES, 2014).

A culpabilização da família, no entanto, orientou o Estado a realizar ações direcionadas a grupos específicos: crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência, por exemplo, tornando a atenção à família periférica e acionada em situações-limite avaliadas a partir da classificação entre famílias capazes e incapazes de desempenhar as funções que lhes são atribuídas pela sociedade, sendo a intervenção do Estado restrita aos casos em que a família se mostra insuficiente no cumprimento do cuidado e proteção dos seus membros (MIOTO, CAMPOS e LIMA, 2006).

A gestão compartilhada da assistência social entre Estado e sociedade, além de sobrecarregar a família, onera sobremaneira a mulher, devolvendo a ela encargos situados na esfera dos cuidados antes assumidos pelo Estado (PEREIRA, 2008). Stechi (2013) ressalta que o problema da referência familiar estar vinculada a apenas um único membro, na maioria das situações, à figura da mãe, é que esta acaba assumindo, exclusivamente, a responsabilidade pelos encaminhamentos repassados aos outros membros familiares. Para a

¹⁷ Como destaca Esping-Andersen (1999), o "familismo" ou tendência familista da política social refere-se a uma perspectiva de maior responsabilização da família pelo bem-estar de seus membros, incentivado pelas políticas públicas, seja pelo seu subdesenvolvimento em serviços de apoio à família, por benefícios poucos generosos ou pelo princípio da subsidiaridade do Estado, recaindo sobre a família a responsabilidade pelos serviços de proteção social (TEIXEIRA, 2010b).

autora, o trabalho social com famílias deve incluir atendimento e encaminhamentos a todos os seus membros, com responsabilidades pactuadas em conjunto, a fim de que a matricialidade sociofamiliar ocorra de fato. Ao se concentrar a responsabilidade pela família apenas em um membro deste núcleo, não se constrói uma relação com outros membros familiares no sentido de reconhecer as características, potencialidades e história da família, não havendo respeito ao princípio de matricialidade sociofamiliar (STECHI, 2013).

Assim, como destaca Vasconcelos (apud TEIXEIRA, 2009b), o princípio da matricialidade sociofamiliar pode incorrer em:

- Responsabilizar e culpabilizar a família, e dentro dela a mulher, pela miséria, pela ausência do cuidado ou falhas na socialização de seus membros;
- Re-normatização, disciplinarização e busca de uma volta idílica aos padrões da família nuclear tradicional, considerados ideais;
- "Psicologizar" a realidade das famílias, ocultando a sua dura realidade social e econômica atual em função de apenas de suas características psicológicas;
- Reprivatizar o cuidado social como dever de cada família, e dentro dela, da mulher, como forma de ocultar o descompromisso das agências públicas com a produção de cuidado social de qualidade e acessível para todos.

Nesse sentido a família compreendida como âncora principal para a “garantia de vínculos relacionais que previnam riscos de isolamento decorrentes, principalmente, da ausência de trabalho” (CARVALHO, 2006, p.18) foi revalorizada em sua função socializadora, protetiva e de inclusão social, e convocada a exercer autoridade e limites. No entanto, a centralidade da família como eixo estruturante do SUAS, permite desenvolver estratégias de emancipação familiar bem como superar a perspectiva setorial e a trajetória das grandes internações que separavam os indivíduos do seu contexto familiar e comunitário.

Sposati (2011) defende que é necessário reconhecer quais são as situações de desproteção familiar alcançáveis pela política de assistência social, como ponto primordial para orientar a alçada da política e sua afirmação através de resultados palpáveis. A autora argumenta que a família deve ser compreendida como um sujeito coletivo e não como a somatória de seus membros isolados, e chama a atenção para o desafio colocado, uma vez que a assistência social apresenta escassez de conhecimento no âmbito de ações coletivas de proteção social que visam transpor a individualização da intervenção tanto no nível de proteção social básica quanto no especial.

Para Sposati (2011) a discussão sobre seguridade social e matricialidade sociofamiliar carece de aprofundamento, já que cada uma das políticas de seguridade social tem concepções próprias sobre família, sendo fundamental para o avanço no tema, não só discriminar as

expectativas de responsabilidades e papéis familiares em cada campo, mas também as possibilidades reais das famílias brasileiras em corresponderem.

3. A Política de Assistência Social em São Paulo: o caso municipal

Na cidade de São Paulo, as práticas de assistência social não se constituíram de forma diferente do restante do país. Muito antes da regulamentação da assistência social como política pública integrante da Seguridade Social - Constituição Federal de 1988 -, se disseminavam pelo município ações de caridade e benemerência gerenciadas pelas primeiras damas, em continuidade ao trabalho iniciado na década de 1950, por Leonor Mendes de Barros, esposa do então presidente Ademar de Barros (SPOSATI, 2002). A família demorou a ser incorporada nesse cenário, sendo destinatária de ações pontuais e que contemplavam primordialmente as crianças e os jovens adultos.

As creches e os serviços de capacitação e formação para o trabalho foram os eixos prioritários da assistência social paulistana. Entre as décadas de 1950 e 2000 o órgão municipal oficial de assistência social passou por diversas configurações e formatações que dificultaram a constituição de um sistema uniforme e estruturado. As prioridades de ações e a população alvo eram elencadas de acordo com as premissas das gestões de governo, sendo o trabalho segmentado entre gestão direta e formação de convênios durante todo o percurso.

A Lei Orgânica do Município de São Paulo foi aprovada em 04 de Abril de 1990, e declarou, no artigo 221 que a assistência social é dever do Município, visando ao atendimento a população de baixa renda, com atenção especial às crianças, aos adolescentes e à população em estado de abandono e marginalização (BRASIL, 1990).

Ainda que durante o mandato de Paulo Maluf (1993-1997) tenha sido criada a Secretaria de Família e Bem Estar Social (FABES), responsável pela direção do Centro de Apoio Social e Atendimento do Município de São Paulo (CASA), presidido por Sílvia Maluf e organizador de serviços de atenção à criança e ao adolescente em risco, o órgão gestor foi pouco atuante no sentido de legitimar a política pública de Assistência Social, permanecendo ativa sob a lógica do assistencialismo e do primeiro-damismo (SPOSATI, 2002).

De acordo com Yazbek (2004, p.16), ao longo das gestões Maluf e Pitta (1997-2001), São Paulo manteve-se "apartada das conquistas e dos avanços observados em outros municípios do país no processo de implementação da LOAS". A autora afirma que houve um desinvestimento profundo nas políticas sociais componentes da Seguridade Social. Uma das características que comprova o atraso da cidade, é o fato de São Paulo ter sido a última capital

do país a realizar a implantação da LOAS. "Foram oito anos para que a Assistência Social na Metrópole paulistana atendesse aos dispositivos da LOAS" (YAZBEK, 2004, p.18).

Efetivamente, a família recebeu destaque nos documentos provenientes da IV Conferência Municipal de Assistência Social, realizada em 2001, na qual demandas específicas da mulher também foram alvo de atenção:

- foco preferencial na família com ênfase na prevenção, além das ações emergenciais;
- implantação de programas de apoio integral interdisciplinar para os vários segmentos de famílias com portadores de HIV e de hanseníase;
- implantação de Casas da Mulher, destinadas a vítimas de violência, com atendimento social, jurídico e psicológico, contemplando todas as regiões da cidade.

(SÃO PAULO, 2002/2003, p.10)

As premissas do Programa de Reordenamento da Política de Assistência Social da Cidade de São Paulo (PROREAS)¹⁸ somadas às proposições da IV Conferência Municipal de Assistência Social, constituíram o Plano de Assistência Social da Cidade de São Paulo - PLASsp/2002-2003, organizado em blocos temáticos¹⁹. No trecho em que descreve sua população alvo, o documento cita a família e a mulher como demandatárias de atenção por parte da Assistência Social, frisando que

[...] as 'famílias reais' não têm a constituição padrão de pai, mãe e filhos. São múltiplos os arranjos familiares. Não há hora de almoço ou de jantar quando todos se reúnem. O meio urbano, a distância entre trabalho e moradia geram novas formas de relações familiares (SÃO PAULO, 2002/2003, p.12).

A análise contextual efetuada pelo PLASsp 2002/2003 constatou o aumento do percentual de domicílios chefiados por mulheres em toda a cidade de São Paulo, ao mesmo tempo em que problematizou a naturalização da dupla jornada realizada pela mulher e o alto índice de trabalho doméstico infantil realizado por filhas e filhos mais velhos que assumiam

¹⁸ Em 2002, com a assunção de Aldaíza Sposati como secretaria de Assistência Social, foi instalado o PROREAS que constituiu a base do Plano de Assistência Social da Cidade de São Paulo 2002/2003 (PLASsp), introduzindo a organização por distritos das ações da Secretaria de Assistência Social no município, permitindo a reestruturação da Supervisão de Assistência Social (SAS) regional de acordo com as necessidades dos distritos correspondentes (YAZBEK, 2004).

¹⁹ O conteúdo do PLASsp 2002/2003 foi apresentado em cinco grandes blocos temáticos com respectivas metas detalhadas para consolidar as propostas:

- prioridades de demandas na cidade, a partir dos riscos sociais na busca da distritalização da cidade;
- prioridades de reorganização institucional da gestão da assistência social;
- reordenamento programático da política municipal de assistência social;
- reorientação da política de recursos humanos;
- proposta orçamentária para 2003 e desempenho em 2002.

não só o cuidado da casa, mas a responsabilidade pelos irmãos, enquanto as mães trabalhavam fora. O plano também registrou os números alarmantes de violência doméstica e sexual contra a mulher, alegando que "[...] para este diagnóstico, é considerado como maior risco social a associação entre as baixas condições de renda dos chefes de família e os indicadores de mortalidade na infância e mortalidade juvenil" (SÃO PAULO, 2002/2003, p.15).

Diante deste diagnóstico foi traçado um conjunto de 9 metas para São Paulo, a fim de aprimorar a análise dos riscos e vulnerabilidades da população. Dentre todas, a meta 7 configurou-se pela necessidade de “estudar as condições das relações familiares nos grupos de baixa renda e de risco” (SÃO PAULO, 2002/2003, p.17).

Em 2002, foi assinado um convênio entre a Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social (SEADS) responsável pelo programa de transferência de renda Renda Cidadã²⁰ e a Secretaria de Assistência Social da Prefeitura do Município de São Paulo, para o desenvolvimento do programa municipal Fortalecendo a Família que visava prestar acompanhamento social das famílias inscritas no Renda Cidadã. Foram atendidas cerca de 14 mil famílias (aproximadamente 56 mil pessoas) residentes de áreas com alto índice de exclusão social, sendo a maior parte dos beneficiários do programa mulheres chefes de família (SÃO PAULO, 2002/2003).

O programa Fortalecendo a Família foi desenvolvido durante o ano de 2002 em parceria com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), a Universidade de Santo Amaro (UNISA) e a Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL) e entidades especializadas no atendimento à população em situação de rua, já que 720 famílias beneficiárias do programa viviam nesta condição (SÃO PAULO, 2002/2003). O propósito do Fortalecendo a Família era, além de desenvolver uma pesquisa-ação para montagem de um sistema de monitoramento e avaliação, construir uma metodologia para o trabalho com famílias em grupos de até 20 participantes no território de moradia, cujos filhos estavam em risco proveniente de situações como: situação de rua, trabalho infantil, centros de acolhida, vivência de violência doméstica, sem o acesso a três refeições/dia e moradoras de áreas de risco. Segundo a descrição do PLASp 2002/2003 (SÃO PAULO, 2002/2003, p.40)

[...] além da transferência de renda, buscava-se apoiar e fortalecer as famílias e particularmente a mulher/mãe no que diz respeito a seus direitos sociais, a sua

²⁰ De acordo com o PLASp 2002/2003 (SÃO PAULO, 2002/2003), o programa Renda Cidadã, financiado pelo Governo do Estado, compreendia a transferência de R\$60,00 (sessenta reais) mês/família, podendo ser complementado até o limite máximo de R\$220,00 (duzentos e vinte reais) pelo Programa de Garantia de Renda Mínima do Município.

autonomia, ao acesso às políticas sociais, atividades de lazer, ampliação de suas informações e apropriação do território e da cidade.

Outra iniciativa de contemplação das famílias em situação de exclusão social foi a instalação de dezessete Núcleos de Apoio à Família (NAF), sendo 15 comunitários e 2 rodoviários²¹ que previam atendimento de 2.000 a 108 mil pessoas/ano, respectivamente, com vistas ao favorecimento do desenvolvimento pessoal e social.

Ainda que haja experiências e tentativas de trabalho com foco na inclusão de famílias no acompanhamento social, o principal objetivo da política de assistência social era a atenção à criança e ao adolescente, atendendo ao disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na LOAS (inciso único do artigo 23), a fim de concretizar o processo de municipalização iniciado em 2002.

Para atingir suas metas e como proposição inovadora, o PLASp indicou a ação em rede de modo direto e em parcerias entre a SAS e as Organizações Sociais responsáveis pelos convênios. “A Rede Socioassistencial é constituída por um conjunto de serviços hierarquizados de atenção básica e especializada para prover acolhida, proteção, prevenção, reinserção e inclusão social [...] destinando-se a pessoas e famílias em situação de risco e vulnerabilidade social.” (SAS, 2003 apud YAZBEK, 2004, p.44). O trabalho em rede tinha por objetivo prestar atendimento e viabilizar a presença da SAS em todo território municipal, intensificando sua atuação de acordo com as áreas de maior necessidade, sob a égide de ampliação e democratização de ações da Assistência Social.

Nesse sentido, o PLASp teve importante papel na ruptura com o assistencialismo e as práticas de caridade até então praticadas na cidade de São Paulo, cujo objetivo maior era a construção da política de Assistência Social. Dentre as diretrizes programáticas estabelecidas para a Secretaria de Assistência Social em 2002 e fortalecendo as deliberações da IV Conferência Municipal de Assistência Social, a família apareceu como um dos focos de intervenção no seguinte tópico: “Introduzir o eixo programático família, além de segmentos em risco social e pessoal, cidadãos com necessidades especiais; defesa da equidade, de etnia, etária, gênero, opção sexual e de vigilância das exclusões sociais” (SÃO PAULO, 2002/2003, p.32). E mais adiante, o papel da mulher também foi destacado:

²¹ O Núcleo de Apoio à Família Rodoviário visava o trabalho social com até 108 mil pessoas/ano em situação de severa exclusão social. Foram implantados no distrito de Santana e no Terminal Rodoviário do Tietê, com retaguarda de serviços na região (SÃO PAULO, 2002/2003).

[...] a estrutura organizacional e programática da Secretaria de Assistência Social deve equacionar programas, projetos, benefícios e serviços de acolhida, convívio, autonomia, garantia de renda, travessia e protagonismo, por meio de ações articuladas e mutuamente complementares voltadas para [...] a família, aí destacando-se a centralidade e o protagonismo da mulher, especialmente nas camadas de baixa renda (SÃO PAULO, 2002/2003, p.31).

A inclusão da família como população alvo também gerou a criação de programas de transferência de renda específicos para essa demanda. O trabalho foi iniciado em 2001 pela Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade (SDTS), tendo como perspectiva “fortalecer as estratégias de rompimento do ciclo estrutural da pobreza e da desigualdade de renda na cidade de São Paulo” (YAZBEK, 2004, p.51). As estratégias de atuação foram divididas em três eixos: (1) programas de natureza redistributiva voltados a garantir às famílias complementação de renda suficiente para superar a linha da pobreza: Renda Mínima; Bolsa Trabalho; Operação Trabalho e Começar de Novo²², (2) ações direcionadas à geração de ocupação e renda, operadas simultaneamente para os beneficiários dos programas redistributivos; (3) programas de apoio ao desenvolvimento local, principalmente nas regiões de habitação dos beneficiários dos programas redistributivos, com vistas à reorganização do mercado de trabalho e a valorização do desenvolvimento local.

Os programas foram amplamente difundidos, e no ano de 2002, alcançaram 300 mil famílias de 13 distritos de São Paulo, correspondendo a 1,2 milhão de pessoas e 12% da população paulistana (SDTS, 2002 apud YAZBEK, 2004, p.53). Os maiores impactos percebidos envolviam os aspectos socioeconômicos – elevação do rendimento mensal da população beneficiária; educacionais – melhoria dos indicadores de escolaridade e; socioculturais – inclusão bancária, diminuição da violência etc.

O Plano Plurianual de Assistência Social 2002-2005 e o PLASp 2002/2003 constituíram os marcos legais da Assistência Social em São Paulo que permitiram sua progressiva adesão ao SUAS – estabelecido em 2005 em âmbito nacional.

Em 2006, em consonância com o Plano Municipal Plurianual da Assistência Social/2006-2008, foi publicado o Plano Municipal de Assistência Social – PLASp/2006. A secretaria municipal foi renomeada com a forma que se apresenta até hoje: Secretaria

²² O programa Renda Mínima era destinado à famílias de baixa renda com dependentes de 0 a 15 anos de idade; o Bolsa Trabalho voltado aos jovens entre 16 e 20 anos, de baixa renda e desempregados, visava a garantia de renda associada a ampliação da escolaridade e a participação em atividades comunitárias; a Operação Trabalho contemplava a população de baixa renda e desempregada de longa data entre 21 e 39 anos e; o programa Começar de Novo visava atender adultos desempregados e de baixa renda acima de 40 anos. Os dois últimos programas associavam garantia temporária de renda e educação para atividades comunitárias, capacitação para o trabalho e incubação de empreendimentos populares. Para o cálculo de baixa renda era tomada como referência a renda bruta familiar abaixo de três salários mínimos.

Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS). Um dos principais objetivos da nova edição do PLASsp era a conformação da Assistência Social Municipal às proposições do SUAS e a adequação à Norma Operacional Básica/2005. Neste momento, colocaram-se como diretrizes da PNAS: a descentralização com comando único; a participação da população nas decisões e no controle; a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política; e a centralidade na família – ou seja, programas, projetos, serviços e benefícios formulados e executados com ênfase na família.

Para realizar o diagnóstico social da cidade, o PLASsp 2006 utilizou como referência os dados extraídos do Índice Paulista de Vulnerabilidade²³ Social (IPVS) (FERREIRA, DINI e FERREIRA, 2006), desenvolvido pela Fundação SEADE em 2001. A pesquisa agrupou condições socioeconômicas ao ciclo de vida familiar e categorizou a população paulistana em diferentes níveis de carências socioeconômicas e estrutura etária. Conforme a combinação desses dois fatores foi possível definir seis grupos de vulnerabilidade que seguem uma escala crescente de Nível: 1 – Nenhuma Vulnerabilidade ao Nível 6 – Vulnerabilidade muito alta, ilustrado no mapa 1. O índice funcionou como norteador de regiões nas quais havia necessidade de intensificação na atuação da SMADS.

²³ A noção de vulnerabilidade social de pessoas, famílias ou comunidades, é entendida como uma combinação de fatores que possam produzir uma deterioração de sua qualidade de vida, em consequência da exposição a riscos. "A vulnerabilidade de um indivíduo, família ou grupos sociais refere-se à maior ou menor capacidade de controlar as forças que afetam seu bem-estar, ou seja, a posse ou controle de ativos que constituem os recursos requeridos para o aproveitamento das oportunidades propiciadas pelo Estado, mercado ou sociedade. Assim, a vulnerabilidade à pobreza não se limita em considerar a privação de renda, central nas medições baseadas em linhas de pobreza, mas também a composição familiar, as condições de saúde e o acesso a serviços médicos, o acesso e a qualidade do sistema educacional, a possibilidade de obter trabalho com qualidade e remuneração adequadas, a existência de garantias legais e políticas" (FERREIRA, DINI e FERREIRA, 2006, p.7).

Mapa 1 - Índice Paulista de Vulnerabilidade Social - IPVS
Fonte: Fundação SEADE, IPVS, 2004.
Elaboração: SMADS - Coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais.

Mapa 1: Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS. Fonte: Fundação SEADE, IPVS, 2004.

Ao ter explicitado a família como unidade de ação, o PLASp levantou que das 338.172 famílias²⁴ residentes em regiões de alta e muito alta vulnerabilidade no município de São Paulo, a maior proporção (87,76% - 1.878 famílias do total distrital de 2.140) concentrava-se em Marsilac. Em seguida foram elencados os distritos de Parelheiros e

²⁴ “A noção de família aqui considerada é de unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuem laços de parentesco ou de afinidade, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros” (SÃO PAULO, 2009-2012, 2010, p.27)

Lajeado, com 49% e 37,57% de famílias vulneráveis, respectivamente. De acordo com o PLASsp 2006 (SÃO PAULO, 2006, p.21):

O alto número de famílias residentes em setores censitários de vulnerabilidade alta e muito alta justifica plenamente a prioridade da SMADS para ação preventiva focalizada nestes territórios; além de tornar mais eficiente a alocação dos recursos públicos, que passaria a beneficiar os mais pobres entre os mais pobres, a opção por uma maior concentração territorial na oferta de serviços e na concessão dos benefícios pode, associada a outras políticas de apoio à família e de desenvolvimento local, favorecer a dinamização da economia nesses distritos e contribuir de forma mais efetiva para a superação das condições de vulnerabilidade a que está submetida esta população.

Outro dado importante refere-se à formação das famílias paulistanas e ao papel da mulher no período de referência. O PLASsp 2006 apontou que, de acordo com o Censo de 2000, do IBGE, apesar da maior participação feminina na sociedade e no mercado de trabalho e do aumento dos níveis de escolaridade, a chefia familiar era prioritariamente masculina (70,1% das famílias do município eram chefiadas por homens em oposição a 29,9% chefiadas por mulheres), ressaltando, no entanto, que o índice havia sofrido aumento em comparação com o início dos anos 90 (em 1991, os valores correspondentes eram 77,1% e 22,8%, respectivamente). Quanto à população geral, o PLASsp 2006 ressaltou que 13%, equivalente a 1.345.577 pessoas, estava em situação de alta vulnerabilidade social, concentrada nas regiões periféricas da cidade.

Nesse contexto, a política municipal de Assistência Social aderiu às prerrogativas do SUAS e passou a atuar na garantia de proteção social por meio da hierarquia organizada em básica e especial e segundo os níveis de complexidade. Dentre as metas estabelecidas para a gestão, o PLASsp 2006 (SÃO PAULO, 2006, p.36) especificou a necessidade de “mapear a oferta de Políticas Públicas e de serviços sociais para atendimento das demandas das famílias em vulnerabilidade e risco social nos setores censitários 5 e 6, até dez. 2006”.

Com o intuito de organizar a dinâmica dos serviços socioassistenciais foram instituídos os programas (1) São Paulo Protege e (2) Ação Família – viver em comunidade, tendo como base a presença social pela ação de agentes de proteção social, oferta de retaguarda e intersetorialidade. O primeiro foi planejado com foco na atenção à criança em situação de trabalho nas ruas, adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, crianças e adolescentes vítimas de maus tratos, abuso e exploração, e à população em situação de rua em condição de risco social e pessoal.

Já o Programa Ação Família – viver em comunidade, segundo sua cartilha, elegeu a família como “unidade de ação” (SÃO PAULO, 2006b, p.7) ao entendê-la como “base da sociedade” (p.8), “mediadora das relações entre seus membros e a coletividade e núcleo de administração de conflitos e afetos” (p.10) e “sistema dinamizador de mudanças frente às situações de vulnerabilidade presentes nos processos de exclusão” (p.9). O objetivo do programa era promover o fortalecimento e a autonomia das famílias residentes em áreas de alta e muito alta vulnerabilidade social²⁵ e garantir o atendimento prioritário deles junto à rede de serviços públicos governamentais e não governamentais, bem como a inclusão nos programas de transferência de renda (SÃO PAULO, 2006b). Como resultado final almejava-se o fortalecimento do convívio no bairro, o estímulo à economia solidária e a ampliação das formas de geração de renda, a criação e adesão comunitária em programas de atenção à criança e ao adolescente e a promoção do desenvolvimento local (SÃO PAULO, 2006b).

O Programa Ação Família foi construído sobre três eixos: (1) Vida em Família – compreendendo a família como importante grupo social, previa-se a adoção de técnicas de intervenção promotoras do fortalecimento das relações, dos laços e dos vínculos familiares; (2) Família na Comunidade – envolvia a utilização de técnicas de fortalecimento das relações entre os membros da comunidade a fim de propiciar a constituição de redes de apoio; e (3) Vida de Direitos e Deveres – visava a conscientização acerca dos direitos e deveres. Horários de atendimento para acolher as necessidades de cada família e visitas domiciliares mensais realizadas pelos Agentes de Proteção Social também faziam parte da metodologia de trabalho (SÃO PAULO, 2006b, p.21-22).

Os critérios de elegibilidade para inclusão das famílias no Ação Família determinavam as seguintes características: “residir nos setores censitários 5 e 6 – índice IPVS; ter filhos na faixa etária entre 0 e 16 anos e; residir na cidade de São Paulo há pelo menos 2 anos” (SÃO PAULO, 2006b, p.13). Além dessas, para a seleção final das famílias, ainda eram consideradas as seguintes características:

- Ter renda insuficiente ou desemprego que a incapacite para suprir as necessidades cotidianas, principalmente a de alimentação;
- Ter chefe de família com menos de quatro anos de estudo;
- Ser família monoparental chefiada por mulher;
- Ter prole numerosa com menos de 21 anos;
- Ser residente em área de risco ou em domicílio com serviços de infraestrutura inadequados;

²⁵ Para a definição conceitual de vulnerabilidade, o programa Ação Família utilizou como referência a descrição apresentada pelo IPVS (FERREIRA, DINI e FERREIRA, 2006).

- Ter crianças, adolescentes, jovens inseridos nos serviços de proteção especial: vítimas do trabalho infantil; adolescentes em conflito com a lei, vítimas de violência, abusos e exploração sexual;
- Ter vítima de violência doméstica, ou de perdas circunstanciais decorrentes de rupturas familiares, por situações de ameaça a vida;
- Ter pessoas com deficiência ou idosos dependentes de cuidados especiais;
- Ter membros com comprometimento da saúde mental e ou alcoolismo;
- Ter adulto cumprindo pena ou egresso do sistema penitenciário.

(SÃO PAULO, 2006b, p.13)

O programa também previa a contrapartida pela família, cumprindo as condicionalidades estipuladas: participar das atividades socioeducativas promovidas pelo programa; participação dos filhos nos serviços de contraturno escolar; manter a carteira de vacinação atualizada e não ter filhos menores de 16 em situação de trabalho, exceto nos casos do Programa Jovem Aprendiz com início aos 14 anos (SÃO PAULO, 2006b). O tempo de permanência de cada família no programa era de 12 meses, sendo a possibilidade de continuidade avaliada entre a equipe técnica e a família ao final deste período.

As famílias-alvo do Ação Família residiam em bairros periféricos e tinham acesso precário à rede de serviços públicos, alimentando o ciclo de vulnerabilidade. Para a execução do programa, além da atuação direta desenvolvida pelos CRAS, foram selados convênios com organizações sociais, totalizando a abertura de 19 Centros de Referência Ação Família (CRAF). Vislumbrava-se a inclusão de 30.000 famílias nos Programas de Transferência de Renda até dezembro de 2006.

De acordo com a proposição do SUAS, os CRAS tiveram sua ação potencializada e definida como organizadora da rede socioassistencial local, foram reestruturados em relação aos recursos humanos e tiveram seus serviços expandidos pela implantação do programa Ação Família – viver em comunidade por meio dos CRAFs. Tinham como principal meta atender 100 mil famílias/ano.

Além do CRAS, a rede de serviços socioassistencial também foi revisada e organizada de acordo com a hierarquia de proteção social básica e especial, descrita pela PNAS e executada pelo SUAS. Os serviços de proteção social básica tiveram sua estrutura pautada na noção de centralidade na família e pretendiam potencializá-la como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos e incentivando o seu protagonismo. As crianças, adolescentes e idosos também foram contemplados com a oferta e execução de serviços específicos.

No âmbito da proteção social básica, os serviços de assistência à família foram especificados como: (a) Centro de Referência – Ação Família/CRAF: geridos por

organizações conveniadas com experiência no acompanhamento de famílias de alta e muito alta vulnerabilidade segundo o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social, tendo como meta de atendimento 30.000 famílias; (b) Centro de Convivência Intergeracional: espaços de uso diversificado com oferta de atividades de cultura, lazer, esportivas e educacionais para crianças a partir de 7 anos até idosos acima de 60 anos, tinham como meta o atendimento de 8.470 pessoas; (c) Núcleos de Atendimento e Trabalho Socioeducativo com Famílias: oferta de atendimento social, atividades socioeducativas e inserção de famílias em programas da rede socioassistencial. Os três programas tinham o município como fonte orçamentária e recebiam complementação estadual e federal.

Além dos serviços ofertados pela proteção social básica, a família poderia ser contemplada por três benefícios socioassistenciais: Renda Mínima, Bolsa Família e Renda Cidadã. Tais benefícios priorizavam o atendimento das famílias residentes nos setores censitários 5 e 6 do IPVS e visavam ofertar segurança social de renda.

Dando continuidade à organização dos planos Municipais de Assistência Social, o PLASsp 2009-2012 foi publicado em outubro de 2010. Dentre os principais desafios, a família obteve destaque no item "consolidação da rede de serviços com foco na família, no território e na articulação intersetorial" (SÃO PAULO, 2010, p.18).

Na época, haviam 969 serviços ofertados mediante convênio com organizações privadas, disponibilizando 170 mil vagas mensais, em oposição a 35 serviços de gestão direta, sendo 32 CRAS e 3 CREAS. Os benefícios de transferência de renda direta atendiam 238.034 mil famílias e o BPC totalizava uma cobertura de 139.012 mil beneficiários (SÃO PAULO, 2010).

O Plano se dedicou a aprofundar e compreender conceitualmente as questões de vulnerabilidade e risco social, ponderando que o fator renda não deveria ser considerado como indicador único para determinação do estado real de privações familiares. Apontou a necessidade de diferenciar situações de pobreza como fator fundamental para seguir o princípio de equidade proposto pelas políticas públicas. Novamente tomou como referência o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social produzido pela Fundação SEADE em 2004, sem, no entanto, atualizar os dados da pesquisa, citando que este instrumento conferiu à pobreza um novo conceito, o de vulnerabilidade²⁶ (SÃO PAULO, 2010, p.23).

O texto aprofundou o estudo pelas faixas etárias, pela questão étnica e de gênero, apresentou os dados sobre violência nos territórios abrangidos pelo IPVS e sobre a população

²⁶ Vide a definição do conceito de vulnerabilidade na nota de rodapé nº23 deste texto.

em situação de rua. Justificou a nova organização da SMADS em cinco Coordenadorias de Assistência Social (CAS), motivada pela diversidade entre as regiões paulistanas. Houve continuidade do processo de municipalização dos serviços socioassistenciais e consequente adequação do mesmo às diretrizes da Política de Assistência Social do município.

Em relação ao acompanhamento de famílias, no âmbito da proteção social básica, o CRAS adotou como objetivo central o trabalho socioeducativo com as famílias e instaurou como eixo principal o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, com a proposta de oferecer para as famílias atividades socioeducativas buscando o fortalecimento dos vínculos e das estratégias familiares. Neste contexto a família foi compreendida como “núcleo básico de afetividade, acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e referência no processo de desenvolvimento e reconhecimento do cidadão. O Estado tem o dever de prover proteção social, respeitada a autonomia dos arranjos familiares” (SÃO PAULO, 2010, p.58). Para tanto, o objetivo da SMADS consistia em:

[...] oferecer para as famílias atividades de natureza socioeducativa, participativas e colaborativas, com estratégias específicas capazes de: enriquecer e ampliar as dimensões pessoais, comunitárias e profissionais; promover o fortalecimento da autoestima e a noção de direitos e deveres; favorecer o protagonismo; desenvolver habilidades para a inserção no mundo do trabalho, a geração de renda e ampliação da autonomia como forma de prevenir situações de risco; desenvolver potencialidades, propiciar aquisições e fortalecer vínculos familiares e comunitários, face às incidências de vulnerabilidade social, objetivando instrumentalizar essas famílias para que se tornem os principais agentes do seu próprio desenvolvimento. (SÃO PAULO, 2010, p.58-59)

Após avaliação do quadro situacional das famílias acompanhadas no Programa Ação Família – Viver em Comunidade, a SMADS lançou no PLASp 2009-2012 a proposta da substituição pelo Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio à luz da metodologia do PAIF-CRAS, tendo como meta a implantação de 15 unidades do novo serviço. A nova estratégia propôs o reordenamento do fluxo estrutural do trabalho com as famílias em vulnerabilidade social, ressaltando a prioridade em dirigir sua execução nas áreas com maior concentração de beneficiários dos programas de transferência de renda e do Benefício de Prestação Continuada.

Quanto à proteção social especial, tendo como eixo a matricialidade sociofamiliar, era desenvolvido o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos, com objetivo de oferecer “apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos” (SÃO PAULO, 2010, p.87).

Na gestão de benefícios, de responsabilidade da SMADS desde 2005, no período contemplado pelo PLASp 2009-2012, São Paulo contava com os seguintes PTR's: Renda Mínima Municipal; Ação Jovem; Renda Cidadã; Erradicação do Trabalho Infantil; Benefício de Prestação Continuada; e Bolsa Família (SÃO PAULO, 2010). A maior parte dos PTR's incluía, em seu contrato com os beneficiários, o acompanhamento de condicionalidades reconhecendo-as como a "participação efetiva das famílias no processo educacional e nos programas de saúde, de forma a promover a melhoria das condições de vida na perspectiva da inclusão social" (p.150).

Em Setembro de 2013 foi realizada a X Conferência Municipal de Assistência Social, e de acordo com os dados apresentados pela SMADS, representada pela Secretária Luciana Temer, na presente data, havia em São Paulo 501.469 domicílios com renda per capita de até ½ salário mínimo; 726.229 famílias cadastradas no CadÚnico (em Julho/2013); 773.127 famílias com perfil baixa renda (renda per capita até R\$255 ou ½ salário mínimo); 285.954 famílias cadastradas no CadÚnico Beneficiárias do Programa Bolsa Família; 51 CRAS, 24 CREAS, 2 CENTROS POP e meta de implantação de 60 CRAS, 7 CREAS, 5 CENTROS POP.

Ainda no mesmo ano, o relatório "Rede Socioassistencial SMADS", de dezembro de 2013, contabilizou 76 serviços de gestão direta, sendo: 49 CRAS; 24 CREAS; 2 CENTROS POP e 1 Central de Atendimento Permanente e de Emergência (CAPE). A rede de gestão indireta do município contava com 1.178 convênios distribuídos entre 374 organizações sociais privadas e com capacidade de atendimento de 222.772 vagas.

O vigente Plano Municipal de Assistência Social compreende o período entre 2014 e 2017 e tem como base os dados renovados do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social, atualizado segundo informações do Censo 2010, a fim de priorizar as regiões com maior índice de vulnerabilidade (vide Mapa 2). O documento apresentou como foco: "(I) expansão da cobertura de CadÚnico e Bolsa Família; (II) expansão setorial da rede de CRAS; e (III) qualificação das ofertas de acolhimento, convívio, autonomia e protagonismo" (PLAS 2014-2017, p.7).

Mapa 2: Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS 2010. Fonte: Site Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, 2013c.

Em relação ao acompanhamento das famílias, o Plano apontou a necessidade de maior efetividade da proteção social básica, respeitando as necessidades das famílias e o princípio de matricialidade sociofamiliar. As previsões consideraram o aprimoramento e o avanço na oferta de proteção social às famílias mais vulneráveis, a partir das seguintes metas:

- (i) ampliar a cobertura da proteção social básica, por meio da unidade estatal CRAS;
- (ii) aprimorar o acompanhamento pelo PAIF das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em fase de suspensão por descumprimento de condicionalidades;
- (iii) aprimorar o acompanhamento das famílias dos beneficiários do Programa BPC na Escola e BPC Trabalho; e
- (iv) reordenar os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos quanto à concepção, metodologia de convívio e inclusão do público prioritário (PLAS 2014-2017, p.15).

No âmbito da proteção social especial, o documento propôs que o acompanhamento às famílias continue a ser realizado pelo PAEFI, tendo como principais objetivos:

- (i) fortalecimento da família no desempenho de sua função protetiva;
- (ii) inclusão das famílias no sistema de proteção social e nos serviços públicos, conforme necessidades;
- (iii) preservação da integridade e as condições de autonomia dos usuários;
- (iv) rompimento dos padrões violadores de direitos no interior da família;
- (v) reparação de danos e da incidência de violação de direitos; e
- (v) prevenção da reincidência de violações de direitos. (PLAS 2014-2017, p.26)

O quadro de serviços apresentado no PLAS 2014-2017 ilustra o atual panorama da oferta de serviços de assistência social na cidade de São Paulo:

Proteção Social Básica		
Tipo de Serviço	Quantidade	Vagas
Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio (SASF)	64	64.000
Serviço de Alimentação Domiciliar a Pessoas Idosas	1	180
Núcleo de Convivência de Idoso - NCI	98	12.910
Centro de Referência do Idoso (CRECI)	1	400
Núcleo do Migrante	1	1500
Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo para Adolescentes, Jovens e Adultos (CEDESP)	44	7.100
Centro para a Juventude (CJ)	88	9.730
Centro para Crianças e Adolescente (CCA)	493	71.780
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Modalidade Convivendo e Aprendendo	1	540
Restaurante Escola	1	60
Serviços de Convivência Municipalizados	11	8.520
Proteção Social Especial – Média Complexidade		
Bagageiro – boxes	1	272
Serviço especializado de Abordagem a Adultos em Situação de Rua - SEAS	7	3.050
Serviço especializado de Abordagem a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua - SEAS	5	810
Espaço de Convivência para adultos em situação de rua – Tenda	5	1.350

Espaço de Convivência para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social (ECCA)	2	300
Serviço de Medida Socioeducativa em Meio Aberto - MSE	60	6.030
Núcleo de Proteção Jurídico Social e Apoio Psicológico (NPJ)	27	3.240
Serviço de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência	17	1.280
Centro de Referência da Diversidade	1	1.000
Núcleo de Convivência para Adultos em Situação de Rua	9	1.722
Centro de Capacitação Técnica para Adultos em Situação de Rua	2	500
Núcleo de Convivência com Restaurante Comunitário para Adultos em Situação de Rua	1	500
Centro de Defesa e de Convivência da Mulher	15	1.610
Serviço de Inclusão Social e Produtiva	2	200
Núcleo de Apoio a Inclusão Social para Pessoas com Deficiência	37	2.430
Proteção Social Especial – Alta Complexidade		
Serviço de Acolhimento Institucional à Criança e ao Adolescente	130	2.600
Serviço de Acolhimento Institucional à Criança e ao Adolescente – Central de Apoio	8	160
Acolhida Emergencial	2	80
República para Jovem	8	48
República para Adultos	14	220
Oficina Boracéia	1	640
Centro de Acolhida Especial Mulheres	5	496
Centro de Acolhida para Mulheres em Situação de Violência	5	100
Centro de Acolhida para Gestantes, Mães e Bebês	1	100
Centro de Acolhida Especial para pessoas em Período de Convalescença	2	93
Centro de Acolhida para Idosos	7	700
Centro de Acolhida para Famílias	1	80
Projeto Família em Foco	4	210
Centro de Acolhida para Adultos I por 16h	8	1.372
Centro de Acolhida para Adultos II por 24h	32	7.645
Centro de Acolhida para Catadores 24h	1	55
Centro de Acolhimento com Inserção Produtiva para Adultos II por 24h	1	160
Centro de Acolhida para Imigrantes	1	190
Projeto Autonomia em Foco	2	300
Instituição de Longa Permanência para Idosos – ILPI	9	330
Residência Inclusiva	6	60
Centro de Acolhida para Jovens e Adultos com Deficiência	2	70

Quadro 2: Tipos e Quantidade de Serviços e de Vagas ofertados pela Secretaria Municipal de Assistência Social de São Paulo, de acordo com o PLAS 2014-2017. Fonte: PLAS 2014-2017.

Segundo o documento, em agosto de 2013 o total de beneficiários por programa de transferência de renda no município de São Paulo era: sob responsabilidade do município, 89.389 beneficiários do Renda Mínima Municipal; sob responsabilidade do estado, 8.511 e 24.931 beneficiários do Ação Jovem e do Renda Cidadã, respectivamente; e 1.122 beneficiários do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e 284.993 do Bolsa Família, sob responsabilidade do governo federal (PLAS 2014-2017, p.36).

Por fim, o PLAS 2014-2017 apresentou o quadro atualizado de serviços por Supervisão de Assistência Social (SAS) e as respectivas metas para o período. No caso da SAS Butantã, os dados informaram o seguinte panorama:

SAS BUTANTÃ

SAS Butantã		
Distritos	Butantã Morumbi Raposo Tavares	
	Rio Pequeno Vila Sônia	
REDE ESTATAL		
CRAS	1	Butantã
CREAS	0	Não há
Centro Pop	0	Não há
REDE CONVENIADA	Serviços	Vagas
Rede da Proteção Social Básica Jun/2013	28	5620
Rede da Proteção Social Especial Média Complexidade Jun/2013	3	290
Rede da Proteção Social Especial Alta Complexidade Jun/2013	8	290
DEMANDA		
População de Baixa Renda (estimativa Metodologia MDS) Jul/2012	27.314	
Domicílios com Rendimento nominal mensal de até 1/8 do salário mínimo (extrema pobreza – IBGE 2010)	945	
Famílias incluídas no CADÚnico Jan/2013	18.671	
Beneficiários do Programa Bolsa Família Fev/2013	6.990	
Beneficiários do Programa Renda Cidadã Fev/ 2013	1.119	
Beneficiários do Programa Renda Mínima Fev/2013	2.526	
Benefícios de Prestação Continuada Pessoa com Deficiência Jan/2013	1.872	
Benefícios de Prestação Continuada Idoso Jan/2013	3.562	

META DE IMPLANTAÇÃO 2014 – 2017

SAS Butantã		
Proteção Social Básica		
Distrito	Quantidade	Serviço
Morumbi	1	CCA
Raposo Tavares	1	CRAS
Raposo Tavares	1	CCA
Rio Pequeno	1	CRAS
Rio Pequeno	1	CCA
Vila Sônia	1	CCA
Vila Sônia	1	NCI
Proteção Social Especial		
SAS	Quantidade	Serviço
Butantã	1	CREAS
Butantã	1	NPJ
Butantã	1	MSE
Butantã	1	SPVV
Butantã	1	CDCM
Butantã	1	Centro Dia Idoso
Butantã	1	Centro de Acolhida

Figura 1: Panorama atual e metas para gestão 2014-2017 para a Supervisão de Assistência Social – SAS Butantã. Fonte: PLAS 2014-2017.

O panorama atual da Assistência Social na cidade de São Paulo está refletido na forma como a política pública foi lentamente organizada e sistematizada no município. De acordo com o relatório “Análise e Caracterização de Vazios Socioassistenciais” publicado em junho de 2013 pela Coordenadoria de Observatório de Políticas Sociais, a rede de serviços socioassistenciais é mais densa na região central e no centro expandido e mais escassa nas regiões periféricas, nas quais se concentram o maior volume de população em situação de vulnerabilidade e risco social (SÃO PAULO, 2013b).

Ainda assim, o quadro atual representa um avanço gradativo na área assistencial que tem somado esforços para aprimorar tanto a estrutura e consolidação das políticas públicas de Assistência Social, quanto a avaliação e o monitoramento das ações.

4. Sobre a vulnerabilidade social das famílias

As considerações apresentadas acerca do perfil familiar brasileiro e a formatação da política pública de Assistência Social nacional conduzem à indagação de quais características indicam a condição de vulnerabilidade social da família. A qual família a Política Nacional de Assistência Social tem se reportado e quais variáveis delimitam tal condição?

Paugam (2001), que estuda a sociedade francesa contemporânea, apresenta o conceito de desqualificação social para caracterizar o movimento de exclusão gradativa do mercado de trabalho associado às “experiências vividas na relação de assistência, ocorridas durante as diferentes fases desse processo” (p.68). Para ele, a desqualificação social é processual e comporta elementos como a fragilização dos vínculos sociais e as dificuldades de inserção e manutenção no mercado de trabalho. A diminuição de renda ocasionada pela não inserção no mercado de trabalho resulta na necessidade de lançar mão de serviços assistenciais que possam compensar as dificuldades. À medida que o auxílio assistencial mostra-se insuficiente para suprir as necessidades familiares, aumenta-se a fragilidade dos vínculos relacionais de proteção, podendo transformar a pobreza em sinônimo de marginalização do indivíduo, sendo essa a última fase do processo de desqualificação.

Nesse processo, a necessidade de auxílio permanente da assistência social altera a identidade dos indivíduos e os estigmatiza nas relações sociais, em decorrência do status social desvalorizado. Para Paugam (2001), as características que explicam o crescente recurso à assistência consistem “na degradação do mercado de trabalho; na fragilidade dos vínculos sociais; em um estado social que assegura à maioria um elevado nível de vida, cujos modos de intervenção junto às populações desfavorecidas revelam-se inadaptados” (p.71).

O sociólogo francês, Robert Castel (1997) também propôs um modelo para a compreensão da dinâmica de marginalidade e adesão a medidas de assistência e políticas sociais. Ele ressalta a pobreza como uma das bases constituintes da situação de marginalidade. No entanto, pontua que a dimensão exclusivamente econômica do problema não é suficiente para a adoção de critérios para definir os indivíduos necessitados de apoio assistencial. Além disso, é preciso ressaltar que nem toda pobreza suscita problemas. A categoria denominada 'pobreza integrada', por exemplo, é considerada autônoma e autossuficiente no que tange a capacidade de gerar e produzir bens capazes de suprir a sobrevivência, ainda que desprovidos de reserva e acúmulo financeiro, os indivíduos dispensam as medidas especiais e políticas

sociais específicas. Há ainda a categoria "indigência integrada" identificada como um patamar que ainda não atingiu a marginalidade, composto por grupos populacionais situados abaixo do nível da pobreza e inaptos ao trabalho, que se beneficiam de certa estabilidade decorrente do apoio e da assistência do Estado (CASTEL, 1997, p.21).

O modelo proposto por Castel (1997) para compreender a condição de desintegração foi estruturado em eixos transversais e processuais que indicam a marginalidade como o fim de uma dupla operação de desligamento: em relação ao trabalho e à inserção relacional.

A representação constituída por três zonas de inserção: "a zona de integração (trabalho estável e forte inserção relacional); a zona de vulnerabilidade (trabalho precário e fragilidade dos apoios relacionais); e a zona de desfiliação (ausência de trabalho e isolamento relacional)" (CASTEL, 1997, p.23), se estabelecida gradualmente, pode conduzir a trajetória individual à zona da assistência, compondo a quarta zona fundamentada no princípio da caridade.

Castel considera desigual a assistência e o tratamento dirigido aos inaptos ao trabalho (idosos e pessoas com deficiência, por exemplo) e aos considerados "vagabundos", sendo ofertado ao indivíduo incapaz de trabalhar a proteção aproximada procedente da zona de assistência. Os grupos populacionais inaptos ao trabalho recebem maior proteção devido ao longo histórico de preocupação permanente das instâncias responsáveis por ofertar apoio e proteção. Já os indivíduos aptos ao trabalho, porém não integrados ao mercado, caracterizam um grupo de identificação "rejeitado e estigmatizado" (CASTEL, 1997, p.24).

De acordo com a delimitação de populações-alvo são criados serviços sociais para oferta de proteção social, para os quais são dirigidos recursos, instituições e programas específicos de acompanhamento, conforme Castel (1997). Os grupos populacionais historicamente reconhecidos como usuários deste sistema incluem as crianças e adolescentes institucionalizados, as pessoas com deficiência, idosos, entre outros. Atualmente o leque populacional tem sido alargado pelos desempregados, famílias monoparentais e outros grupos desadaptados dos padrões sociais vigentes.

A lógica dos serviços assistenciais tem mostrado aspectos positivos no acompanhamento, apesar de estar sujeita ao risco de estabelecer, além de um caráter estigmatizante aos usuários, "uma espécie de destino social e institucional definitivo" responsável pela criação incessante de novas formas de marginalidade provenientes de problemáticas transversais que não determinam uma categoria específica, mas o trânsito entre as variáveis (CASTEL, 1997).

O "direito ao socorro" descrito por Castel (1997, p.27) como um fenômeno inaugurado no final do século XIX significa o progresso da assistência para garantir a prestação de

serviço uniforme e legalmente exigível aos beneficiários já delineados nas classificações de 'indigência assistida' pautada na incapacidade para o trabalho. Ademais, o recurso do seguro social como estratégia de cobertura contra a pobreza também, desde então, tem atuado imperativamente para a ampliação de medidas de proteção que garantem a sociabilidade daqueles que não estão inseridos no campo do trabalho.

As esferas qualitativas da pobreza e as zonas de integração devem ser percebidas como um processo dinâmico e transitório. A zona de vulnerabilidade destaca-se como a posição constituída por um "espaço social de instabilidade, de turbulências, povoado de indivíduos em situação precária na sua relação com o trabalho e frágeis em sua inserção relacional “[...] é a vulnerabilidade que alimenta a grande marginalidade ou a desfiliação” (CASTEL, 1997, p.26).

A marginalidade aparece, então, como o fim do percurso. Pode assumir duas formas principais: a marginalidade livre, caracterizada pela não inserção no trabalho regular e pela não solicitação de apoio das medidas assistenciais, na qual o indivíduo organiza uma existência precária, estabelecendo apenas relações pontuais com os serviços sociais. E a marginalidade institucionalizada em espaços separados, sendo a população-alvo demarcada por situações de doença ou deficiência exigindo apoio da proteção social especializada.

A condição de marginalidade também mencionada por Paugam (2001) é considerada por Castel como "uma categoria de dependentes incapacitados de suprirem suas próprias necessidades, que adquire um estatuto consequente da utilização regular dos direitos à assistência e aos serviços sociais" (p.28), estatuto este com lugar específico no processo de produção e diferente do estatuto dos marginais propriamente ditos, categoria em que estão inseridos aqueles que vivem sem trabalho e sem domicílio.

Lúcio Kowarick (2002), em perspectiva similar, propõe o conceito de vulnerabilidade socioeconômica e vulnerabilidade civil frisando a questão da marginalidade advinda dos processos excludentes do sistema produtivo como responsável pelo processo de fragilização da cidadania, "entendida como perda ou ausência de direitos e como precarização de serviços coletivos que garantiam uma gama mínima de proteção pública para grupos carentes de recursos privados" (p.15).

No entanto, ao considerar a questão da vulnerabilidade social, Kowarick (2002), adotando as premissas de Robert Castel, ressalta que no caso brasileiro seria mais apropriado utilizar o conceito de desfiliação para compreender os fenômenos decorrentes de deslocamentos migratórios para os centros urbanos, nos quais "o ponto de chegada caracteriza-se por situações de perda e percepções negativas em relação ao ponto de partida"

(p.22), ou seja, moradias mais precárias do que as anteriores, inserção em trabalho informal e mal remunerado, falta de acesso aos serviços públicos básicos de saúde e educação, entre outros.

Já para embasar a leitura de casos de desenraizamento social e econômico, ou seja, denominados por Castel de desfiliação, Kowarick (2009) sugere a noção de "desenraizamento do assalariado formal" (p.86), pois discute que o Brasil não alcançou a estruturação e a consolidação dos direitos sociais básicos e de políticas sociais de alcance massivo, apesar da Constituição Federal de 1988. Para ele, a luta por direitos do trabalhador não atingiu a força necessária para garantir sua efetivação. Portanto, "não foram tanto as práticas de luta do mundo fabril e sindical que se perderam, mas a experiência de regularidade quanto a rendimentos provenientes de trabalho contínuo conferida pela previsibilidade em relação à aposentadoria por tempo de serviço" (p.86). O desenraizamento da condição do assalariado formal pode ser visto, então, por meio da crescente parcela de trabalhadores inseridos no mercado de trabalho informal, instável e precário e do montante de desempregados.

Kowarick indica a noção de desenraizamento relacionada tanto aos processos do mundo do trabalho quanto da situação social verificada na sociabilidade familiar e comunitária, considerando a importância desses últimos no enfrentamento da fragilidade dos direitos sociais que evidenciam a fraca presença da ação estatal.

Sobre a situação de exclusão, Kowarick (2009) ressalta que esta não deve ser confundida com a noção de desfiliação. Para o autor, a exclusão trata-se de uma condição de "desposseção de direitos civis" (p.89) acompanhada de um processo de desqualificação e destituição do sujeito tido como adverso ou ameaçador. Ou seja, está ligada ao processo de estigmatização e discriminação e, em última instância, de negação de direitos.

Diante das considerações apresentadas pelos três autores cabe retomar a reflexão acerca da condição vulnerabilidade reconhecida e utilizada como parâmetro para as ações socioassistenciais no cenário nacional, ressaltando tanto a necessidade de ampliação do critério eleito para a definição da população-alvo da assistência social brasileira hoje, como a de compreensão aprofundada das consequências de tal condição para os modos de vida da população usuária do SUAS.

5. Método da Pesquisa

5.1 Tipo de Pesquisa

Esta investigação se insere no campo das investigações qualitativas em Psicologia Social, pois se trata de conhecer de forma aprofundada alguns aspectos das famílias usuárias do sistema brasileiro de Assistência Social e as relações que se estabelecem no campo assistencial a partir da perspectiva das mulheres participantes. A metodologia utilizada contou com a realização de oito entrevistas semiestruturadas com questões advindas da observação participante realizada anteriormente pela pesquisadora. De acordo com Gonçalves Filho (2005), a elaboração do roteiro de entrevistas de longa duração inclui temas e questões acerca de aspectos relevantes da experiência de observação participante prévia.

A realização de entrevistas de longa duração pressupõe proximidade entre o pesquisador e o depoente, e a entrevista "precisa emergir de condições que são as condições de uma conversa, as únicas a permitir que o depoente dedique-se livremente a uma narrativa" (GONÇALVES FILHO, 2005, p.15), buscando-se recolher depoimentos sobre a experiência das mulheres sobre suas famílias e seus modos de vida e suas compreensões acerca da situação de vulnerabilidade.

5.2 Sujeitos do Estudo e Procedimentos para a Coleta de Dados

Nessa pesquisa foram considerados sujeitos do estudo mulheres com 18 anos de idade ou mais, usuárias do Sistema Único de Assistência Social do distrito²⁷ do Butantã e acompanhadas pelo projeto de extensão “Proteção Social, terapia ocupacional e famílias em situação de vulnerabilidade social”, coordenado pelo Projeto METUIA.

A iniciativa pertence ao curso de Terapia Ocupacional do Departamento de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Desde 2002, docentes, estudantes e pesquisadores do curso de

²⁷ O distrito do Butantã compreende os bairros: Vila Sônia, Butantã, Raposo Tavares, Morumbi e Rio Pequeno.

terapia ocupacional, bem como terapeutas ocupacionais do METUIA, vêm desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão no campo da Terapia Ocupacional Social. A partir de 2010, o projeto passou a desenvolver propostas de extensão envolvendo pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade usuárias da rede socioassistencial do distrito Butantã. Os encontros semanais se configuram enquanto oportunidades de reflexão e ação coletivas, de vivências culturais, de aprendizagem informal, de elaboração de projetos de vida e de intercâmbio de saberes e experiências, apoiando-se na consciência individual e coletiva acerca das potencialidades e fragilidades dos participantes, bem como na identificação de recursos pessoais e sociais para o enfrentamento dos problemas vivenciados.

Os sujeitos convidados a participar dessa pesquisa estão vinculados ao projeto “Proteção Social, terapia ocupacional e famílias em situação de vulnerabilidade social”, financiado pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP, nos anos de 2012 e 2013. O projeto encontra-se em andamento com o objetivo de desenvolver ações de terapia ocupacional junto a mulheres que apresentam suas atividades cotidianas comprometidas por complexas situações de vulnerabilidade, violação de direitos e exclusão social. São realizados acompanhamentos e intervenções individuais e em grupo, adotando-se as metodologias próprias da terapia ocupacional, ou seja, explorando as potencialidades formadoras e transformadoras implicadas na realização individual e grupal de atividades expressivas, lúdicas, artesanais, culturais, sociais e de trabalho.

Após aprovação pelo Comitê de Ética do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, com número de parecer consubstanciado 615.971, foram realizadas três entrevistas-piloto a fim de auxiliarem a revisão e finalização do roteiro para as entrevistas seguintes. Cabe considerar que as entrevistas não foram apoiadas em um questionário rígido e inflexível, pois deveriam suscitar a narrativa sobre uma experiência retomada pela memória do depoente (GONÇALVES FILHO, 2005).

Segundo Minayo (2007), o roteiro para entrevista semiestruturada deve conter tópicos indispensáveis que delineiam a forma e o conteúdo da compreensão abrangente do objeto de investigação, a fim de orientar o pesquisador a ouvir e conduzir com flexibilidade a explicitação do ponto de vista do entrevistado. A autora ressalta que o roteiro deve permitir a conversa sobre a experiência do depoente e um processo reflexivo do pesquisador atento à apresentação relevante de tópicos significativos que não compunham o roteiro, resultando na possibilidade de alteração do mesmo ao longo da execução da pesquisa. O roteiro não continha um número fixo de questões, mas tópicos fundamentais para delinearem a forma e o conteúdo da entrevista.

Foram sujeitos do estudo somente aquelas mulheres que assentiram com a proposta desse trabalho, sendo estas convidadas pessoalmente e individualmente pela pesquisadora responsável. Tal convite foi realizado por meio de contato direto e pessoal ou via telefone com as mulheres que participam ou participaram dos encontros grupais e atendimentos individuais coordenados pelo METUIA. Foram realizados oito convites, sendo diversificados entre três mulheres que permaneciam em acompanhamento grupal e individual no momento da entrevista e cinco mulheres assíduas no acompanhamento grupal e individual, porém já tendo encerrado a participação no projeto. Todas aceitaram participar do estudo. Foram realizadas tentativas de contato telefônico com outras cinco mulheres que não responderam ao chamado ou tiveram o número de telefone alterado.

Durante o processo de agendamento das entrevistas, apenas uma participante apresentou maior dificuldade em realizá-la, alegando problemas de saúde na família. Para as outras sete, tanto o agendamento quanto o encontro para a entrevista aconteceram de forma acessível e sem dificuldades.

As entrevistas ocorreram em local privado de escolha da participante, realizadas pela pesquisadora executante do projeto de pesquisa com base no roteiro de entrevista semiestruturada, previamente elaborado. Do montante de oito entrevistas, três foram realizadas no CRAS Butantã, duas na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, por estar mais próxima ao local de trabalho das depoentes e três nas residências das depoentes. Todas respeitaram a condição de privacidade proposta pelo TCLE, sendo realizadas em sala separada e isolada do restante dos frequentadores dos locais. A todas as depoentes foi oferecida a possibilidade de realizar a entrevista a domicílio, mas cinco preferiram marcá-las nas instituições mencionadas, sendo o local uma característica relevante do contexto das entrevistas.

A duração das entrevistas variou entre as depoentes, mas a maior parte realizou-se em média de 90 minutos. Antes de convidar as depoentes a participar da pesquisa, a pesquisadora relatou os objetivos do estudo, garantindo-lhes o anonimato e sigilo absoluto da identidade, bem como a liberdade em participar ou não do estudo. Foi solicitado às mulheres que assinassem o termo de consentimento antes do início da entrevista.

Após a análise dos depoentes, considerou-se suficiente o número previamente estimado de oito entrevistas para a realização do estudo, já que segundo Minayo (2007, p. 198), o investigador pressupõe um "montante de entrevistas a serem balizadas em campo" a partir do critério de saturação que permite compreender se os conhecimentos formulados pelo

pesquisador são capazes de abarcar a lógica interna dos depoentes a respeito do objetivo do estudo.

5.3 Roteiro de Entrevista Semiestruturada

O roteiro de entrevista semiestruturada era composto por duas partes: a primeira visava conhecer a história de vida das depoentes, levantando desde aspectos da história familiar pregressa até a formação da composição familiar atual. Os tópicos que compunham este item são:

- História e contexto familiar

- Conte um pouco sobre sua história de vida
- Quem são os membros da sua família?
- Qual é o local de moradia da família e quais são as condições de habitação?
- Quais são as atividades realizadas pelos membros da família e como é a rotina familiar?
- Qual é a rede de suporte familiar e com quem são estabelecidos os laços de convivência e afeto?

O segundo tópico preocupava-se em levantar as dificuldades percebidas pelas mulheres como dificuldades delas e de suas famílias, além dos sentimentos experimentados em relação às mesmas. A composição da rede de suporte social e socioassistencial também foi verificada, pretendendo-se identificar o papel dos serviços públicos e, principalmente do CRAS, no apoio às dificuldades relatadas.

- Dificuldades enfrentadas pela família

- Neste percurso de história familiar, quais foram as maiores dificuldades enfrentadas pela família?

- Sentimentos experimentados

- Como você e sua família se sentiram diante dessa (s) situação (ões) de dificuldade?

- Constituição da rede de suporte e proteção social

- Nos momentos de dificuldade para quem/onde pediram ajuda?
- Você ou algum membro de sua família frequentam algum serviço da Assistência Social (rede socioassistencial)? Qual (is)?
- Como conheceram esses serviços

5.4 Procedimento de Análise de Dados

Os dados foram coletados por meio de entrevistas gravadas e posteriormente transcritas.

Segundo Minayo (2007), na entrevista semiestruturada o pesquisador é orientado por um esquema de tópicos que visa delinear aspectos do objeto de estudo, porém não obedece a uma sequência rígida de assuntos, podendo absorver os temas levantados pelo depoente de acordo com a relevância agregada por ele. Neste sentido, a autora frisa que a quantidade de material produzido é grande, densa e profunda, contribuindo para o enriquecimento da análise e da reflexão.

Após a transcrição, os depoimentos foram devolvidos às participantes para confirmação de autorização do texto. Em seguida, a pesquisadora se dedicou a leitura de cada entrevista, anotando as primeiras impressões e construindo categorias empíricas por temas ou unidades de sentido. Posteriormente o conteúdo foi agrupado em um número menor de unidades de sentido ao passo em que foi realizada a tentativa de compreensão do exposto, apresentando ao fim um quadro complexo de respostas com encontros e divergências de perspectivas, com o intuito de elaborar uma ordem de compreensão conjunta do problema (MINAYO, 2007, p.358; GONÇALVES FILHO, 2005).

A fim de respeitar o sigilo em relação às identidades das depoentes e das pessoas citadas em seus depoimentos, os verdadeiros nomes foram trocados por fictícios.

Os depoimentos foram interpretados como continuidade ao "exame já iniciado pelos depoentes" (GONÇALVES FILHO, 2005, p.18), pois, de acordo com o caminho metodológico proposto por Gonçalves Filho (2005), trata-se da confrontação entre a lembrança e a discussão dos depoentes com lembranças e discussões do próprio pesquisador e de autores dedicados ao assunto. O autor sugere então que "proporemos como tese apenas o que houver rigorosamente atravessado a memória do fenômeno e o diálogo alargado" (p.18). Apenas desse modo pode-se caminhar para uma compreensão do fenômeno que será construída conjuntamente.

Ainda segundo o autor

[...] o pesquisador deverá esforçar-se por, transitando através das várias perspectivas, alcançar uma ordem de inteligibilidade por elas mesmas preparada: uma ordem cada vez mais complexa de impoção do problema, uma ordem preparada pelo encontro e desencontro das perspectivas, pelos acordos e conflitos entre elas, mas nunca pela supressão de quaisquer delas (GONÇALVES FILHO, 2005, p.19).

Desse modo, não se pretendeu realizar um processo de sobreposição de conhecimentos, mas “a comunicação de uma perspectiva com as demais” (GONÇALVES FILHO, 2005, p.18), para então, tornar-se possível propor uma compreensão do fenômeno construída em conjunto. Nesse sentido Minayo (2007) afirma que na abordagem qualitativa o material obtido não deve ser compreendido como um somatório de depoimentos, mas com uma unidade de significação “construída por significados que conformam uma lógica própria do grupo ou, mesmo, suas múltiplas lógicas” (p.192).

6. Resultados

Foram realizadas oito entrevistas com usuárias do Sistema Único de Assistência Social com o objetivo de compreender o entendimento das mulheres participantes do estudo sobre a situação social enfrentada por elas e pelas suas famílias. A fase de obtenção dos depoimentos foi compreendida entre Junho e Agosto de 2014 e posteriormente entre Abril e Maio de 2015. A relação prévia e a partilha de algumas passagens de vida entre a pesquisadora e as depoentes possibilitaram o diálogo sobre diversos temas que permeiam o cotidiano dessas mulheres e de suas famílias, corroborando com a consideração de Ecléa Bosi: "Da qualidade do vínculo vai depender a qualidade da entrevista" (2004, p.60).

A fim de tornar mais compreensíveis os depoimentos que serão discutidos, será apresentada no Quadro 3 uma breve caracterização²⁸ e um resumo da história das depoentes, a seguir:

Depoente	Daniela	Laura	Suzana	Ana	Claudia	Cilene	Elisa	Heloísa
Idade	51 anos	44 anos	49 anos	36 anos	42 anos	45 anos	35 anos	49 anos
Local origem	Pernambuco	Bahia	São Paulo	Pernambuco	Paraíba	São Paulo	São Paulo	Piauí
Escolaridade	8ª série Ens. Fund.	5ª série Ens. Fund.	7ª série Ens. Fund.	8ª série Ens. Fund.	5ª série Ens. Fund.	5ª série Ens. Fund.	8ª série Ens. Fund.	5ª série Ens. Fund.
Profissão	Acomp. de idosos	Empregada doméstica	Empregada doméstica	Encarregada de limpeza	Auxiliar de limpeza	Dona de casa	Empregada doméstica	Ajudante de cozinha
Situação profissional	Afastada por doença	Vínculo formal	Desemp.	Vínculo informal	Afastada por acidente doméstico	Afastada por doença	Vínculo informal	Vínculo formal e atividade informal
Programa de Transferência de Renda	Benefício Prestação Continuada	Bolsa Família	Bolsa Família	Bolsa Família	Bolsa Família e Renda Mínima	Benefício Prestação Continuada	Bolsa Família	Bolsa Família
Estado civil	Solteira	Solteira	Solteira	Casada	Casada	Casada	Solteira	Casada
Filhos	9 filhos	4 filhos	6 filhos	4 filhos	5 filhos	2 filhos	4 filhos	3 filhos
Religião	Evangélica	Evangélica	Evangélica	Católica	Católica	Evangélica	Espírita	Evangélica
Residência	Paraisópolis – Morumbi	Paraisópolis – Morumbi	Rio Pequeno – Butantã	Rio Pequeno – Butantã	São Remo – Butantã	Rio Pequeno – Butantã	Rio Pequeno – Butantã	Porto Seguro – Morumbi

Quadro 3: Características das depoentes

²⁸ Considerou-se, no momento de avaliação da pesquisa, a importância da obtenção da autodeclaração de cor ou raça das depoentes. No entanto, não houve recolhimento dos dados no momento das entrevistas.

- As depoentes em acompanhamento individual ou grupal ativo no momento da entrevista:

1. Suzana, 49 anos, nascida na cidade de São Paulo, empregada doméstica, atualmente desempregada, cursou até a 7ª série do Ensino Fundamental, evangélica, 6 filhos, solteira, reside no Rio Pequeno – Butantã.

Suzana nasceu na capital de São Paulo e durante a infância cuidou dos irmãos mais novos para ajudar os pais. Aos dez anos passou a trabalhar como empregada doméstica e babá. Interrompeu os estudos aos 17 anos, quando engravidou de sua primeira filha e foi morar na casa do companheiro. Após dois anos se separou e voltou para a casa dos pais com dois filhos pequenos: Camila (30) e Josias (29). Passou a trabalhar como empregada doméstica e se mudou com os filhos para um "barraco" no Rio Pequeno, mesmo bairro onde conseguiu sua casa própria. Teve a terceira filha, Amanda (22) em um relacionamento breve. Viveu 14 anos com o último companheiro, Ari, com quem teve três filhos, Tatiana (15), Felipe (14) e Danilo (13). Desde então, parou de trabalhar para cuidar dos filhos e da casa.

2. Daniela, 51 anos, nascida em Timbaúba/Pernambuco, acompanhante de idosos, beneficiária do BPC por diagnóstico de câncer, 9 filhos, solteira, evangélica, cursou até a 8ª série do Ensino Fundamental, reside em Paraisópolis – Morumbi.

Daniela nasceu em Timbaúba/Pernambuco onde estudou até a 8ª série do Ensino Fundamental e auxiliou a mãe nos cuidados da casa e nos serviços de costura. Aos 15 anos migrou para São Paulo com planos de estudar e trabalhar. Morou com a irmã na Zona Leste da cidade enquanto trabalhava como auxiliar de cozinha. Aos 16 anos engravidou de sua filha mais velha, Isabel (31) e mudou-se para a residência onde trabalhava como empregada doméstica. Cuidou sozinha de sua filha até conhecer Chico, com quem foi morar no Jardim Ângela e juntos tiveram 2 filhos: Alice (28) e Léo (26). Após o término do relacionamento, Daniela mudou-se para Paraisópolis para morar com o novo companheiro João, com quem teve 4 filhos: Joaquim (22), Bete (20), Junior (18) e Marcelo (17). Com seu último companheiro, José, com quem viveu por dez anos, Daniela teve os 2 filhos mais novos, Ricardo e Joana, atualmente com 11 e 10 anos. Há 5 anos Daniela desenvolveu câncer na bexiga, para o qual faz acompanhamento no Hospital do Câncer, e passou a receber o Benefício de Prestação Continuada, por estar impossibilitada de trabalhar. Atualmente reside com os filhos Léo, Ricardo e Joana e trabalha informalmente como cuidadora de idosos para complementar a renda e sustentar a família.

3. Laura, 44 anos, nascida em Inhambupe – Bahia, empregada doméstica, evangélica, solteira, 4 filhos, cursou até a 5ª série do Ensino Fundamental, reside em Paraisópolis – Morumbi.

Laura nasceu em Inhampube/Bahia e trabalhava na roça e na plantação para colaborar no sustento da família. Aos 12 anos de idade, após o falecimento da mãe, Laura e uma irmã foram trazidas para São Paulo pela irmã mais velha, que já morava na capital. Desde a chegada Laura morou em Paraisópolis com a irmã mais velha e ajudava no cuidado da sobrinha, até aproximadamente os 17 anos, quando decidiu começar a trabalhar formalmente. Seu primeiro emprego foi como empregada doméstica. Laura voltou a estudar e cursou até a 5ª série do Ensino Fundamental. Aos 26 anos passou a morar com seu ex-companheiro, Wagner, e junto tiveram quatro filhos: Diego (18), Deise (17), Débora (14) e Leandro (11). Laura e Wagner se separaram há 10 anos. Atualmente ela trabalha formalmente como empregada doméstica e sustenta autonomamente a família.

- As depoentes que haviam finalizado o acompanhamento individual ou grupal no momento da entrevista:

4. Claudia, 42 anos, nascida em Teixeira/Paraíba, auxiliar de limpeza afastada do trabalho por acidente doméstico (fratura de Úmero), cursou até a 5ª série do Ensino Fundamental, casada, católica, 5 filhos, reside na comunidade de São Remo - Butantã.

Claudia nasceu em Teixeira/Paraíba e morou com a avó paterna a maior parte da infância. Lá estudou até a 5ª série do Ensino Fundamental e trabalhou na roça, na feira, como babá e empregada doméstica. Em 1991, aos 19 anos, se casou e foi morar em Campina Grande. Após três meses se separou, mas permaneceu na cidade por 8 meses, trabalhando como empregada doméstica, até retornar para Teixeira onde morou com a tia e o pai. Em 2003 migrou para São Paulo, após um convite para trabalhar como empregada doméstica. Conheceu Beto, com quem está casada até hoje e 1 ano depois teve seu primeiro filho, Maurício (21). Claudia começou a trabalhar formalmente como auxiliar de limpeza e teve mais quatro filhos: Andressa (19), Ivan (17), Adriano (14) e Alexandre (6). Atualmente Claudia cuida da casa e dos filhos e está afastada do trabalho por conta do tratamento de saúde.

5. Cilene, 45 anos, nascida em Rinópolis/São Paulo, dona de casa, beneficiária do BPC por diagnóstico de Transtorno Afetivo Bipolar, cursou até a 5ª série do Ensino Fundamental, casada, evangélica, 2 filhos, reside no Rio Pequeno – Butantã.

Cilene nasceu em Rinópolis, interior de São Paulo, onde morava com a avó para ficar mais perto da escola e trabalhava na roça para ajudar no sustento da família. Aos 17 anos foi chamada para trabalhar como babá e empregada doméstica da dona de um circo que estava na cidade. Após autorização do pai, Cilene partiu com o grupo e lá conheceu Rodrigo, com quem está casada até hoje. Ao engravidar do primeiro filho, Sandro (26), Cilene e Rodrigo se mudaram para São Paulo em busca de moradia fixa. Chegando à cidade moraram na casa da sogra até comprarem a casa própria no Rio Pequeno, onde residem até hoje. Nessa época Cilene trabalhou como empregada doméstica. Tiveram mais um filho, Eduardo (10). Atualmente Rodrigo trabalha na feira e Cilene recebe o BPC devido ao diagnóstico de Transtorno Afetivo Bipolar, para o qual faz tratamento na UBS de referência. Ela cuida da casa e do filho mais novo, que ainda reside com o casal.

6. Ana, 36 anos, nascida em Jupi/Pernambuco, encarregada de limpeza, atualmente desempregada e trabalhando como empregada doméstica diarista, casada, católica, cursou até a 8ª série do Ensino Fundamental, 4 filhos, reside no Rio Pequeno - Butantã.

Ana nasceu em Jupi/Pernambuco e foi criada pelos avós maternos, porque os pais migraram para São Paulo quando ela era bebê. Frequentou a escola até a 8ª série do Ensino Fundamental, mesmo após ter engravidado de sua primeira filha, Joice (20), aos 14 anos de idade. O companheiro passou a morar com ela na casa dos avós e juntos tiveram mais um filho, Pedro (18). Após 6 anos de relacionamento se separaram. Ana conheceu Valter, com quem vive há 17 anos e migrou para São Paulo a convite dele. Ele também era de Pernambuco, mas já estava em São Paulo trabalhando como ajudante em uma chácara. Ao chegar à cidade, Ana morou de favor na casa da cunhada no bairro do Jaguaré, já que não podia trabalhar porque não tinha com quem deixar Pedro, que ainda era bebê. Ela e Valter tiveram o primeiro filho juntos, Luciano (15). Após dez anos em São Paulo, Ana conseguiu um emprego formal como encarregada de limpeza, mas a empresa faliu e ela não foi recontratada, pois estava grávida de seu filho mais novo, Josué (3). Na época em que trabalhou formalmente, Ana e Valter conseguiram comprar a casa onde residem no Rio Pequeno. Atualmente Valter é guarda de rua e ela faz "bicos" como empregada doméstica diarista, pois não está conseguindo um emprego formal.

7. Elisa, 35 anos, nascida na cidade de São Paulo, empregada doméstica, atualmente trabalha informalmente como diarista, solteira, espírita da Umbanda, cursou até a 8ª série do Ensino Fundamental, 4 filhos, reside no Rio Pequeno – Butantã.

Elisa nasceu na capital de São Paulo e até os 7 anos morou com a mãe e os irmãos, enfrentando uma situação de pobreza severa. Dos 7 aos 14 anos de idade viveu em um orfanato na Zona Norte da cidade, onde cursou a maior parte da educação escolar e começou a trabalhar como babá e empregada doméstica diarista. Voltou a morar com a mãe no Rio Pequeno e em seguida, aos 15 anos, engravidou de sua primeira filha, Ângela (19), período em que retornou ao trabalho de diarista para se sustentar. A mãe de Elisa a ajudou com o cuidado da filha mais velha, já que não recebeu apoio do pai da criança. Aos 19 anos engravidou do segundo filho, Carlos (15), e aos 23 da terceira filha, Juliana (12). Nessa época Elisa conseguiu alugar uma casa e se mudou com os filhos. Foi então que conheceu o pai de sua última filha, Adriana (6), com quem permaneceu casada por aproximadamente 4 anos. Elisa conta ter tido dificuldades com os companheiros devido ao uso de drogas, dois dos pais de seus filhos já faleceram por este problema e com os outros dois, ela não mantém contato. Atualmente Elisa mora com Carlos e Adriana em uma casa construída em um terreno invadido e trabalha informalmente como diarista de 2ª a 6ª feira.

8. Heloísa, 49 anos, nascida em Patos do Piauí/Piauí, atualmente trabalha formalmente como ajudante de cozinha e informalmente como feirante, casada, evangélica, cursou até a 5ª série do Ensino Fundamental, 3 filhos, reside na comunidade Porto Seguro – Morumbi.

Heloísa nasceu em Patos do Piauí/Piauí. Filha mais velha de uma prole de 11 filhos, Heloísa sofreu durante toda infância e adolescência com a violência doméstica praticada pelo pai contra a mãe. Trabalhava na roça para ajudar no sustento da casa e ainda pequena se responsabilizou pelos cuidados da mãe enferma. Após a separação dos pais devido aos diversos relacionamentos extraconjugais do pai e às apostas nos jogos de cartas, Heloísa parou de estudar e passou a ajudar a mãe a cuidar dos irmãos mais novos. Ainda jovem, aos 14 anos, começou a namorar e engravidou de sua primeira filha, Luiza (30). O namorado era bem mais velho e fugitivo da polícia, então não a ajudou na criação da criança que ficou morando com Heloísa na casa dos avós. Durante a juventude, Heloísa trabalhou temporariamente em São Paulo para conseguir dinheiro para sustentar sua filha. Aos 35 anos, após conhecer o atual marido, Heloísa migrou definitivamente, trazendo a filha mais velha para morar com o casal. Após algum tempo, a patroa de Heloísa comprou a casa em que ela reside até hoje na comunidade Porto Seguro. Juntos o casal teve dois filhos: Lia (15) e Rodolfo (14). Essa mesma patroa paga escola privada dos jovens até hoje. Atualmente Heloísa trabalha como auxiliar de cozinha em um serviço da Assistência Social próximo a sua casa e para complementar a renda trabalha informalmente vendendo sanduíches e marmitas na

feira. Além disso, cuida da casa onde reside com o marido e os dois filhos mais novos, auxilia a filha mais velha nos cuidados com o neto e frequenta assiduamente a igreja.

As depoentes têm entre 35 e 51 anos de idade, cinco delas são migrantes, quatro vivem com os companheiros e filhos e quatro residem com os filhos em uma organização familiar monoparental, três são beneficiárias da Previdência Social, duas estão inseridas em trabalhos formais, duas em trabalhos informais e uma não trabalha. Duas concluíram o Ensino Fundamental II e seis interromperam a educação escolar entre a 5ª e a 7ª série. Todas sofreram episódios de violência e violação de direitos.

O primeiro contato com os depoimentos possibilitou identificar e valorizar a complexidade de significados, acontecimentos e sentimentos que envolvem as histórias relatadas por essas mulheres. Complexidade esta que requer sutileza e delicadeza na leitura e interpretação dos fenômenos apontados. São processos de vida ímpares contados por alguém que, de acordo com Gonçalves Filho (2005), já não narra mais a coisa vivida: "o que foi vivido vem misturado com quem o viveu, vem modulado por seu sentimento e por alguma resposta sua: o que foi vivido vem como aquilo que alguém sofre e interroga" (p.8). Bosi (2004) chama atenção para outro fator importante ao dizer que "para os depoimentos que são autobiografias vale considerar que estas são, além de testemunho histórico, a evolução da pessoa no tempo" (p.56). Tal história temporal permite entrelaçar os acontecimentos e conduzir à compreensão do estado e situação atual da pessoa.

Ainda na tentativa de descrever o sentimento da pesquisadora e o sentido do momento inicial de contato com as histórias, por meio da entrevista, as palavras de Bosi (2004) podem ser mencionadas:

Narrador e ouvinte irão participar de uma aventura comum e provarão, no final, um sentimento de gratidão pelo que ocorreu: o ouvinte, pelo que aprendeu; o narrador, pelo justo orgulho de ter um passado tão digno de lembrar quanto o das pessoas ditas importantes. Ambos sairão transformados pela convivência [...]. (BOSI, 2004, p.61)

Após a transcrição das entrevistas, a pesquisadora debruçou-se sobre a tarefa de ler atentamente e agrupar em tópicos alargados os assuntos de maior proximidade e recorrência nos depoimentos, bem como organizá-los em eixos fundamentais para a compreensão do objeto desta pesquisa, a fim de respeitar o que propõe Gonçalves Filho (2005, p.20) acerca da interpretação dos depoimentos:

Na interpretação de depoimentos, o investimento de teorias e conceitos deve evitar preceder e menos ainda excluir a interpretação espontânea dos próprios depoentes. É preciso pôr em diálogo autores e depoentes, o diálogo convergente, complementar e divergente. É preciso reservar às palavras de todos o mesmo grau de dignidade comunicativa: dão-nos todos o que pensar.

Nesse sentido, propõe-se nesse momento, apresentar em quatro grandes eixos os temas que nortearam as entrevistas, com vistas a organizá-los para o diálogo com a pesquisadora e com os estudiosos da área em reflexão posterior.

I. O começo da história: o trânsito pelas lembranças

Ao iniciarmos as entrevistas, o primeiro pedido feito às mulheres foi que contassem sobre sua história de vida, desde os tempos de criança até o momento atual. Os aspectos positivos da infância, a relação com os pais e familiares e a vida na cidade natal foram lembrados por algumas delas. Ana destacou a memória da infância junto aos avós, as brincadeiras e a escola, afirmando com satisfação que teve uma infância normal. Elisa também se lembrou da escola e das brincadeiras na época em que morou no orfanato como acontecimentos bons e alternativos para a pobreza experimentada na casa da mãe. Daniela, por sua vez, afirmou o lado divertido de sua infância e recordou a figura do pai presente e trabalhador.

Ana: Eu nasci no Pernambuco numa cidade pequenininha chamada Jupi e a minha infância foi legal. Eu tive todo o carinho dos meus avós que também chamo pai e mãe. Com eles, ia pra escola, brincava. Um dia normal!

Elisa: Da minha infância? Ah, eu não posso reclamar não, eu tive uma infância boa tanto com a minha mãe apesar da pobreza, tanto no orfanato. Que no orfanato que eu tive a formação de caráter e pra mim foi muito importante. Gostei muito, brinquei muito. Na verdade, eu gosto da parte boa, a parte ruim eu prefiro esquecer. Então, pra mim foi boa. Foi onde eu estudei, também.

Daniela: Minha infância foi uma infância boa, bastante divertida. Mas também nossa família era uma família humilde, mas não aquela família que passava necessidade. Meu pai era

trabalhador, pernambucano, trabalhava é... pedreiro. Ele teve bastante filho, mas não deixou nada faltar pra gente, dava o máximo que podia.

De modo mais maleável, Laura, Cilene e Claudia transitaram entre memórias de situações boas e ruins. Por vezes, foi possível observar a percepção de certa ausência da infância caracterizada pelo início das atividades de trabalho e pela interrupção dos estudos. As dificuldades relacionadas a estes fatos, contudo, não tamponaram as lembranças das relações de afeto e cuidado que se revelaram aos poucos.

Cilene: Minha infância foi muito... assim, foi boa! Mas assim, eu não pude aproveitar assim pra brincar, não! Eu chegava... Eu estudava. Eu andava 5 km pra poder chegar na escola, eu estudava de manhã, eu saía às 5h de casa pra chegar às 7h lá. Um sacrifício pra estudar! E quando eu chegava da escola, eu não queria almoçar, mas minha finada vó ainda era viva e eu ficava na casa dela pra poder estudar pra poder ficar mais perto, porque onde eu morava mesmo tinha mais 2 km. Então, eu ficava lá, aí ela fazia aquele paozão caseiro, né? Então eu chegava e ela fazia chá mate e eu falava assim: “vó, eu não quero almoçar, eu só quero um pedaço de pão”, aí tomava com um copo de chá e ela falava “Pronto! Agora você vai pra roça, sua tia e seu tio já estão na roça apanhando café”. Aí ficavam os troncos de pé de café pra mim limpar, assim, sabe? Tem que tirar assim em volta, sabe? Pra depois rastelar. Aí eu chegava lá e tinha um monte de rua pra mim limpar, e eu ficava até às 5h da tarde lá limpando tronco de pé de café. Aí chegava em casa, na casa da minha avó, tomava banho, minha tia ponhava água pra esquentar, que era aquele chuveiro de antigamente, né? Que esquentava água na lenha, depois ponhava lá e ligava a torneirinha. Aí eu tomava banho, aí minha vó preparava janta, aí eu jantava... Aí nessa época a minha vó já tinha conseguido comprar televisão, aí a gente assistia um pouco de novela até umas horas lá, e depois a gente ia dormir e eu dormia com a minha avó.

Claudia: (...) eu fui criada com meus avós, né? Minha avó, minha tia, meu pai. O estilo de vida que eu tive, não tive infância, só trabalhando, né? Aos 7 anos de idade trabalhava na roça, estudei pouco porque tinha duas opção na minha vida, pra mim ou estudar, afinal não tinha o que comer em casa então tinha mais que trabalhar de que estudar. Então o estudo foi muito pouco por causa desse fato aí. Então, era uma vida muito difícil que eu levei, né? Hoje, a vida que eu tive de antigamente, pra mim tá bem melhor, mas a minha infância não tive, meu passado foi trabalhar, né? E... lutei, batalhei, fui feirante, trabalhei de doméstica,

trabalhei de babá na época lá, quando eu era pequena, é, na roça. Mas, o principal foi a roça que foi de pequena, e assim foi minha vida.

Já para Suzana e Heloísa os depoimentos em torno da infância versaram sobre tempos duros, revelando uma história de precariedade, pobreza e muita luta. As maiores dificuldades foram apresentadas pela necessidade de cuidado dos irmãos mais novos, pelo trabalho infantil, a violência intrafamiliar e a descontinuidade dos estudos.

Heloísa: Então, eu não tive infância. Quando ele²⁹ saiu, eu tive que me virar pra cuidar da minha casa, da casa da minha mãe. Eu tinha que me virar de todas as maneiras pra dar comida pra meus irmãos, trabalhava em lanchonete pra ganhar mixaria, sabe? Pra ganhar comida que eles não queriam mais, pros meus irmãos não passar fome. Eu não tive uma infância que prestasse. Eu acho, acho não, tenho certeza que não tô te contando tudo, só por cima, muito sofrimento.

Em meio a memórias felizes e tristes, e respeitando a singularidade das trajetórias, condições semelhantes puderam ser notadas nos depoimentos das mulheres acerca das atividades de trabalho e da escolaridade. Heloísa, Cilene, Claudia, Elisa, Laura, Daniela e Suzana relataram ter trabalhado em diversas atividades durante a infância: na roça, na feira, com costura, como babá ou empregada doméstica, e até mesmo como responsável pelo cuidado da própria casa e dos irmãos mais novos para ajudar no sustento da família. Três delas interromperam os estudos na 5ª série do Ensino Fundamental e o restante em séries subsequentes, sendo que nenhuma das depoentes estudou além da 8ª série do Ensino Fundamental. Apesar de ter sido apontado como o principal fator para a interrupção da escola, o trabalho não foi o motivo exclusivo. A gravidez na adolescência foi relatada por Elisa e também por Suzana, que vislumbrou na gestação a possibilidade de sair da casa dos pais e iniciar uma nova história.

Suzana: Eu parei de estudar porque...é o que eu te disse, eu queria me ver livre do meu pai porque ele batia muito na gente, né? Sem a gente fazer nada, que ele bebia. E aí eu arrumei a Camila. Fiquei grávida com 17 anos.

²⁹ Referindo-se ao pai.

Elisa: Como fui seguir as meninas, eu fiquei com muitos meninos. Às vezes eu nem queria ficar, mas só pra seguir eu acabei indo, que é o que eu vejo que as meninas estão fazendo hoje, só porque cantou a música, vou ali ficar com 5 meninos, elas vão lá e ficam. Chegam vários vídeos no meu whatsapp, meninas bonitas, novas, lindas, ficando com 5 meninos de uma vez só. Na minha época, graças a Deus que não aconteceu, senão eu estaria igual a essas meninas de hoje, todo mundo tá fazendo, eu vou fazer também, tá na moda. Nisso eu fui meio lesada. “Elisa, você não precisa fazer igual todo mundo faz porque você não é todo mundo”. Eles não explicaram pra gente. Não fui só eu, todo mundo que saiu do orfanato, engravidou. Foi uma coisa assim, todo mundo! Eles não explicaram “você tem que estudar”, eles falavam, mas você chega aqui no mundo e ninguém estuda. As meninas de onde eu moro não querem estudar, só você vai estudar, bobona? Tanto que eu saí do orfanato e parei de estudar. Voltei bem depois pra acabar o ensino fundamental. Nessa parte, é onde eu falo que me ferrei.

Ainda sobre as semelhanças, as dúvidas e desorientações experimentadas na adolescência e os episódios de alcoolismo e violência intrafamiliar parecem fazer parte de um leque abrangente e complexo de dificuldades retratadas pelas depoentes, também composto por conflitos no relacionamento conjugal dos pais, machismo, violência doméstica, falta de dinheiro, falta de comida, entre outros. Nesses aspectos, o sofrimento nos depoimentos ilustra tanto algumas aproximações nos acontecimentos da infância e da juventude, quanto certa semelhança numa história pregressa de fragilidades e precariedade.

Heloísa recordou com muita tristeza o tempo em que tentava defender a mãe das tentativas de agressão do pai e dos relacionamentos extraconjugais dele, que pareciam validados pelo contexto machista da região onde viviam. Aspectos como machismo e violência doméstica foram explicitados em seu depoimento, fazendo com que a depoente revivesse com pesar essa fase da vida.

Heloísa: Eu fui a que mais sofreu porque, eu como sou a mais velha, antes de eu nascer, o outro dela morreu e eu sempre vivi naquilo. Uns espalhou para outro lugar, outros ficaram em casa. Nem todos espalharam, então eu ficava quase todo dia entre um e outro pra não ver o pior. Meu pai discutia com a minha mãe, minha mãe não ficava calada e eu falava “calma, para, não fala mais”, “minha mãe, cala a boca”, pra não ver acontecer até mesmo violência dentro de casa, de fazer algo pior. Então, quando minha mãe calava, meu pai começava, eu ficava no meio de um e de outro, pedia pra meu pai calar a boca, meu pai calava e minha

mãe começava. Nossa, era aquilo quase todo dia, sabe? Eu não tive uma infância, foi muito ruim, ele me colocava na roça.

A falta de dinheiro e a dificuldade para se alimentar foram pontuadas nas memórias de Suzana, que emocionada contou sobre a necessidade de trabalhar.

Suzana: E assim, era muita dificuldade, nós passamos fome, né? Porque meu pai... era muita criança e meu pai não podia dar tudo o que a gente precisava, né? E assim eu comecei a trabalhar eu tinha acho que com uns 7 anos de idade nas casas dos outros.

Os episódios de violência foram lembrados com mais intensidade por Suzana e Heloísa, apesar de todas as depoentes contarem histórias de violência física durante o período da infância.

Heloísa: Eu apanhei muito, não sei se você já ouviu falar de umas palmatórias de pau. É assim redonda, mais ou menos dois dedos, um negócio de madeira com cabo grosso. Minha mãe batia tanto, a gente apanhava com isso nas mãos. Ela batia muito, muito, minha mão ficava inchadona. E quando eu fechava a mão, ela vinha pra cá, eu fechava de novo e ela vinha pra cá. Pau de vassoura na cabeça, concha, nossa..., mas eu gosto dela.

Cilene, Claudia, Ana e Elisa vivenciaram a experiência de crescer separadas dos pais, sendo cuidadas pelas avós, tias e até mesmo em orfanato, como contou Elisa. Essa situação foi justificada tanto pela melhor condição que representava às crianças – estar mais perto da escola, como na história de Cilene - quanto pela ausência dos pais e transferência do cuidado para os progenitores. Das quatro depoentes, Claudia foi quem se lembrou do fato com maior pesar.

Claudia: Mas assim... É tão ruim não ter uma mãe do lado. Porque assim, por mais, quantas vezes eu chorava e dizia “eu queria tanto minha mãe do lado”, porque se minha tia me batesse, eu dizia que quem tinha que tá me batendo era minha mãe. Se eu dissesse assim “tia, você não é minha mãe”, aí era que ela batia mais. Então, ela fez muita falta, demais. E quando a minha irmã dizia que eu era filha de uma chocadeira, nossa, eu queria morrer. Porque ela dizia “vai, você é filha de chocadeira”, e eu dizia “não, eu tenho mãe, o nome da minha mãe é Josefina”, ela dizia “não, você é filha de uma chocadeira, ela não te pôs no

mundo, não. Foi uma chocadeira que te chocou”. Até não teve muito tempo atrás, não, que ela me chamava de filha de chocadeira. Aí eu falei pra mãe uma vez “mãe, Fatima me chamava direto de filha de chocadeira”, ela perguntou “por quê?”, “não sei, ela dizia que não era filha sua”, ela disse “lógico que é”. Me dizia nome de chocadeira até umas hora. Mas é difícil, às vezes eu olho aqui pros meus filhos e falo assim “olha, tem uma mãe do lado e não dá valor”, eu queria tanto ter a minha pra mim abraçar, pra mim beijar, pra mim dar um bom dia, benção mãe, tá sempre ao lado. Hoje eles têm e não estão nem aí.

De todas as que cresceram longe dos pais, Elisa foi a única a relatar moradia em orfanato, devido à separação dos pais quando ela era ainda bebê e às dificuldades enfrentadas pela mãe ao ter que conciliar o cuidado solitário de quatro filhos pequenos, residir em uma zona pobre da cidade e trabalhar fora para prover o sustento da família.

Elisa: Porque minha mãe não tinha condições. Ou ela pagava aluguel, alguém pra cuidar da gente ou dava comida. Naquela época era tudo mais difícil, então ela teve que fazer uma escolha. Eu não sofri. Nos primeiros dias, sim, mas depois eu entendi que foi uma necessidade. Eu não sei como seria minha vida numa favela sem a minha mãe, minha mãe vindo só trabalhar. A gente morava na favela. Então, eu... tenho lembranças boas. No orfanato tive que aprender a sobreviver, a lei do mais forte, né?

Os históricos familiares de luta pela sobrevivência em condições de fragilidade e privação demonstram o enfrentamento vivenciado por cada uma delas e suas famílias por melhores condições de vida. As experiências da infância parecem estar atreladas às memórias de dificuldades que hoje foram atenuadas pela possibilidade de trabalho e de composição de uma nova família. Nesse sentido, a saída da casa dos pais marcou uma passagem importante, tendo sido ocasionada por diferentes motivos para cada depoente: relações conjugais, trabalho e migração.

Suzana engravidou e foi morar com o companheiro. Elisa alugou uma casa para morar com os filhos. Claudia se casou e foi morar com o marido em outra cidade do estado da Paraíba. Cilene aceitou a proposta de trabalho no circo e seguiu viajando com o grupo. Heloísa, Ana, Laura, Daniela e Claudia migraram para São Paulo, seja para trabalhar em empregos prometidos, seja para tentar a vida de um jeito novo.

II. Busca por melhores condições de vida: as várias faces da migração

Daniela: Na verdade eu vim mais para sonho. Pra conhecer São Paulo, pra tentar a vida também aqui. Ver se fazia um curso, alguma coisa. Mas depois os dias foram se passando, os anos foram passando e só quebrando a cabeça com problemas que eu mesma arrumava.

As seis depoentes que relataram a vivência da migração agregaram diferentes sentidos e significados para o deslocamento. A maior parte delas é de origem nordestina e teve como fator impulsionador da mudança a expectativa de encontrar, além de novas oportunidades de trabalho e estudo, uma transformação no estilo de vida consequente da vida na cidade grande.

Ana: Trabalhar. É sempre trabalho, que lá onde a gente mora não tem, né? Todo nordestino vem pra cá em busca de trabalho.

Claudia: Aí apareceu a tia do pai deles e queria que eu... perguntou se tinha alguém que era “de maior” que queria vir pra São Paulo, aí eu falei “ah, eu vou”. Meu pai falou, “ah, minha filha, não vai não”. Aí falei “aí, pai, eu vou porque eu tenho que tentar uma vida melhor lá fora, porque aqui ó... eu vou morrer trabalhando em casa de família, ganhando uma merreca e vou terminar arrumando um rapaz que eu tenho que trabalhar na roça junto com ele pra sustentar porque eu quero ter meus filhos. Então, quem sabe lá em São Paulo eu arrumo uma pessoa melhor ou...”. “Ah, vou-me embora pra São Paulo, porque lá quem sabe eu estudo”. Aí vim.

Apesar dos sonhos e das expectativas, as depoentes lembraram-se do sentimento despertado na chegada a São Paulo. O medo da violência e o primeiro contato com uma favela foram os fatores de maior destaque nos depoimentos.

Ana: Ah, muito louco porque, assim, eu vim direto pra uma favela, coisa que eu nunca tinha conhecido, então achei diferente. De uma cidade do interior pra vim conhecer uma favela. Ai, foi horrível pra mim. Eu queria voltar no mesmo dia, mas depois fui acostumando e tô eu aqui.

Claudia: Tudo estranho. É, porque assim, cidade grande e, Carla, nunca eu tinha visto uma favela na minha vida. Nunca. Quando eu entrei eu digo “Meu Deus, que buraco é esse?” Então... Nunca tinha visto polícia, tiroteio e quando eu cheguei foi logo vendo aquilo, então pra mim foi muito estranho, cidade grande. Nos primeiros meses eu chorava. Chorava. Chorava de saudade porque na cidade que eu morava era diferente, por mais que era sofrido, mas era totalmente diferente daqui... Eu me sentava no batente e às vezes ia comer e dizia “Meu Deus, será que vou me acostumar nesse lugar tão grande, lugar estranho?” E assim foi indo...

Além do estranhamento despertado pela cidade grande, a saudade dos familiares e da cidade natal também foi evidenciada nos depoimentos.

Cilene: Acostumei... acostumei mesmo. E eu gosto daqui. Antigamente eu não gostava, eu falava “ai, eu odeio esse lugar”. Porque eu sentia muita falta da minha mãe... eu chorava. E eu não conhecia ninguém, então eu me trancava aqui e só chorava, só chorava, lembrando da minha mãe. E eu falava “poxa, eu queria conversar com a minha mãe, mas...”. Naquele tempo não existia nem celular quase, aí... eu falava por orelhão com ela, uma vez por semana, eu falava. Aí eu... sentia muita falta dela quando eu vim pra cá, eu sentia muita falta dela no começo, muita, mas depois eu me acostumei, porque a gente, todo mundo tem a sua vida, tem que tocar sua vida, né? Eu, infelizmente, não posso morar lá perto, tenho que tocar a minha. Tenho meus filhos, meu marido, tenho minha casa. Então tenho que ver tudo isso, né?

O sofrimento gerado pelo desenraizamento pôde ser percebido nos depoimentos acima. Estar longe da família, da cidade de origem e da cultura, foi motivo de padecimento e incerteza em relação à escolha de migrar. Ademais, o medo do desconhecido e dessa nova realidade pareceu, num primeiro momento, determinar e limitar as opções feitas pelas depoentes. Laura contou sobre a dificuldade que teve para estudar ao chegar a Paraisópolis e Claudia se lembrou de sua restrição ao espaço doméstico por conta do perigo e da violência. É possível imaginar que apesar do trabalho duro e das situações descritas de violação de direitos, cada depoente também pode ter conhecido dimensões de uma vida comunitária que tornava a cidade natal mais hospitaleira quando comparada com São Paulo.

Laura: (...) mas pra gente estudar era difícil, tinha que trabalhar e estudar a noite. Então não tinha tempo pra mais nada, não tinha nem rua onde eu passava. Aquele caminhozinho. E eu tinha medo. Tinha que chegar tarde em casa. Aí eu ia pra escola, mas na hora da volta eu ficava com medo. Aí o tempo foi passando, logo conheci o pai dos meus filhos, deixei a escola pra lá. Consegui estudar até a 5ª série.

Claudia: Na época que eu cheguei aqui, então a favela Nossa Senhora da Paz era uma favela muito perigosa. Muito mesmo! Então pra andar, você tem que andar cismada, era bem grande, enorme e eu andava com aquele medo. Nossa, nunca tinha visto. De repente é tiro, de repente era polícia com os bandidos e eu perguntava “o que é isso?”, porque na cidade pequena, interior você não vê essas coisas, mas agora dá pra ver, né? Porque mudou tudo. A bandidagem tá em geral, o tráfico tá em geral. Mas antigamente, eu vim saber o que era tráfico de drogas aqui em São Paulo, porque eu nunca tinha visto essas coisas na Paraíba. E se tinha era muito reservada. Quando eu cheguei aqui e vi eu dizia “que cheiro é esse?” e diziam “é os caras que estão usando drogas” e eu falava “credo, e aqui é assim?” Você não podia, não tinha espaço, no fim de semana se você pensa de sair, se queria sair era durante o dia porque a noite não dava de tão perigosa. Então eu tinha medo. Então eu estranhei muito. Nossa pra mim adaptar bem mesmo foi quando eu vim morar aqui na São Remo porque era mais tranquilo.

Além da mudança de casa e de cidade, as depoentes tiveram que se adaptar a dividir a residência com os familiares, amigos ou conhecidos que já estavam em São Paulo. Laura morava com a irmã mais velha e cuidava da sobrinha e da casa enquanto a irmã e o cunhado trabalhavam fora. Cláudia chegou com garantia de emprego na casa de uma conhecida e morou por lá até conhecer o companheiro com quem convive até o presente. Apenas após uma longa trajetória de esforço e empenho as mulheres conseguiram constituir a própria moradia que, em geral, estão fixadas até hoje. A maior parte delas reside em casas de alvenaria nas comunidades da Zona Oeste da cidade.

Daniela: Vim pra casa da minha irmã, Cidinha. Daí fiquei lá, trabalhei de empregada doméstica. A gente não se dava bem porque de final de semana eu gostava de ir pro salão, sair com as amiguinhas, se divertir, jogar bola... E daí a gente sempre tinha uma briguinha.

Cilene: Aí viemos, aí minha sogra recebeu eu bem, foi comigo no posto, que eu tava grávida, né? Me levou no posto, fiz os exames tudo, ela ficou supercontente. Nossa, eu quero tão bem ela, pena que não tenho mais ela. Tenho assim, só na memória, né? Mas ela era uma ótima sogra... Aí ela me deu um cômodo da casa dela, ela separou um cômodo, aí eu fiquei morando nesse cômodo, e eu tava grávida, a barriga foi crescendo. Aí meu marido com 15 dias que nós chegamos aqui, meu marido arranhou um emprego. Na Enterpa. Na antiga Enterpa.

Ana: Ai, foi difícil, fiquei morando na casa dos outros por um tempo. Depois arrumei um barraquinho e fiquei por um tempo. Mas não trabalhava porque não tinha com quem deixar ele³⁰ pra trabalhar. Aí meu marido trabalhava e ganhava um pouquinho de nada. Foi difícil.

Ao chegar a São Paulo foram relatadas diversas situações de inserção ou não inserção na escola e no trabalho, de início de novos relacionamentos e novas amizades, de fortalecimento ou afastamento de laços afetivos e de suporte, de luta por moradia e por acesso às políticas públicas, entre outras, que apresentam a experiência de migração de forma particular e única para cada depoente.

Ainda que Ana e Cilene tenham migrado junto aos companheiros, mostraram maiores dificuldades em relação à inserção no mercado de trabalho, já que Ana trouxe consigo o filho pequeno e Cilene estava gestante. Daniela, por sua vez, mudou-se para a casa da irmã mais velha, relatando facilidade em conseguir o primeiro trabalho, porém, maior dificuldade relacional com os familiares. Laura também morou com a irmã mais velha referindo até hoje um laço de suporte forte, porém, ao auxiliá-la nas tarefas domésticas e como babá da sobrinha, não conseguiu tempo para voltar a estudar. Heloísa morou inicialmente na casa de parentes, mas só definiu sua mudança para São Paulo após conhecer o marido e ter sua casa para morar. Por fim, Claudia, que apesar de ter migrado com a garantia de trabalhar como empregada doméstica brigou com a patroa ao iniciar o relacionamento com o namorado, com quem em pouco tempo teve o primeiro filho.

A despeito das inúmeras dificuldades relatadas e vividas pelas depoentes durante e pós-migração, as falas revelam a consideração que as condições experimentadas em São Paulo são melhores do que teriam sido na cidade natal e que as viagens para visita ou

³⁰ Referindo-se ao filho ainda bebê.

encontro com familiares provaram a impossibilidade de se adaptar novamente ao estilo de vida do local de origem.

Claudia: Hoje eu não tenho vontade de voltar pra Paraíba jamais. Não. Não. Pra mim, quando eu voltei pra minha cidade que fui pra lá, acho que viajei em 2009, eu que estranhei a cidade. Passei 24 dias lá, então nesses 24 dias não via a hora de voltar pra casa. Mas assim eu achei tão estranho, tão estranho, que eu falei “misericórdia, Helena,³¹ como é estranho!”, ela disse “por quê?”, eu digo “é totalmente diferente da cidade grande”. Então... Digo, a minha cidade de onde eu nasci mudou muito, muito mesmo. Tinha o quê? 16 anos que eu não ia lá, então eu saí faz 16 anos e mudou muito.

Apenas Laura apresentou o desejo de retornar e refazer a vida na Bahia, pois acredita que lá os problemas não seriam tantos como em São Paulo e a rede familiar poderia auxiliá-la em suas necessidades.

Laura: Eu sinto vontade até hoje. Eu sinto falta assim das minhas outras irmãs, de estar longe delas. O tempo vai passando e a gente envelhecendo uma longe da outra. Eu sinto muita falta.

Heloísa também diz que a preocupação com a mãe nunca cessou. O fato de estar longe e se sentir responsável pelo cuidado da genitora parecer ter grande peso e influência no cotidiano da depoente, que ainda hoje manda parte de seu salário para o Piauí.

Heloísa: Depois, foi passando o tempo, minha irmã morava aqui, outra veio pra cá também. Terminou que minha irmã ficou grávida, morava com o patrão. Minha mãe falou “olha, você tem que ir pra São Paulo”, eu falei “não vou, mãe, não vou pisar nesse lugar nunca, não é lugar pra mim”, e não queria mesmo, mas Deus sabe de todas as coisas, terminou eu vindo porque não tinha ninguém pra vir, foi aqui que eu consegui meu marido, foi aqui que eu vim passar um mês e tô até hoje. Só que ainda hoje minha mãe tá aqui na minha mente porque eu me preocupo. Nós, todos os filhos, os onze são irmãos, mas não é igual porque eu e uma que tá em Teresina que mora na casa dos outros, a gente é que mais se arreventa pra se preocupar. Por exemplo, eu trabalho meio período, ganho muito pouco e eu tenho que

³¹ Atual esposa de seu pai.

mandar, não é pagar porque eu não posso, tenho que mandar um pouco de dinheiro pra minha cunhada porque é minha cunhada que vai todo dia limpar a casa dela porque ela nem anda direito por causa do joelho e outras coisas mais. Não dá pra ela fazer comida e cuidar da casa. Pelo que ela passou, o que ela vive hoje que não tem saúde, então todo mês, nossa, um sufoco, tenho que mandar um pouco de dinheiro pra ela porque ela faz isso pra minha mãe. O caçula que tem problema na coluna mora com ela, mas é homem, homem não é como mulher. Só tem uma mulher lá que mora, uma irmã minha só. Essa podia fazer isso, eu não posso contar com ela, só Deus. Aí meu pai, depois que eu tô aqui, tornou a querer implicar com a minha mãe por causa que querem tomar a casa dela. E eu fui pra lá; fui pra lá porque Deus me preparou. Eu fui e a gente foi pra justiça mesmo. Acho que Deus não me... Eu não podia deixar minha mãe na rua.

Embora a constatação das diferenças torne a migração uma experiência única e singular para cada mulher, o sonho de mudar de vida e de encontrar novas chances, oportunidades e condições melhores apareceram como uma marca comum nas depoentes. De forma mais abrangente, pode-se dizer que os processos migratórios foram vividos de modos díspares, e, mesmo para aquelas depoentes que não viveram a troca de cidade, verifica-se a existência de passagens e mudanças importantes que as aproxima das depoentes migrantes. No caso de Elisa que viveu boa parte da infância e adolescência em um orfanato, o relato do encontro com a cidade contém passagens de ruptura biográfica próximas àquelas apresentadas pelas depoentes migrantes.

Elisa: Então, eles falaram, foi o que eles alegaram, pra gente que a gente ia ficar lá até os 18 anos e eu saí com 14. Eles alegaram que lá só podia ficar órfãos de pai e de mãe, e como eu tinha uma mãe... Eles ajudaram a alugar uma casa, deram todos os móveis e cesta básica durante um período pra ajudar minha mãe e aí saiu eu e minha irmã do orfanato. O que eu achei ruim, por mais que eles educam e tudo, eles escondem muita coisa. Não é falado da maldade do mundo, não é falado nada. Eu saí boba de lá. Por mais que eu... Uma criança boba e racista porque no começo eu era racista, eu era a mais branquinha do orfanato, então eu me sentia. Aí você chega no mundo, fora que lá é um orfanato kardecista e tinha muitas pessoas brancas, eu convivia com as pessoas mais brancas, pessoas bonitas, ricas. E eu não tinha esse negócio que é errado racismo e aí você chega aqui e vê um monte de negro e fala “meu Deus”. Eu vim direto pra favela, praticamente. Foi aí que eu tive que formar minha opinião tudo de novo. Segui umas bases da minha educação, mas me formar com base em

outras coisas, né? Nossa, foi muito estranho. Eu era muito protegida, nós. Eles não falavam de droga, tipo “o que é droga?”, eu não sabia. Maconha, assim, não era abertamente falado. Nem sexo, nem de nada, eles falavam por cima. Não é uma coisa que você chega no mundo e está exposto. Hoje em dia, minha filha sabe o que é tudo, coisa que com 14 anos eu era bobona.

Em todas as histórias, a vivência da maternidade marcou a ruptura com o vivido e o início de um novo ciclo, à procura por novos caminhos e oportunidades.

III. Tocando em frente: alegrias e tristezas do porvir

A apresentação dos depoimentos compilada nos itens I e II vislumbrou contextualizar a infância e a juventude das mulheres, demonstrando suas origens, a relação com cidade natal, a vivência da infância e da juventude e o processo de migração. Esses aspectos podem ser apontados como fundamentais para a compreensão do modo de vida atual das depoentes. Os acontecimentos pós-migração e, de maneira geral, que se deram durante a juventude e a vida adulta serão pauta do tópico III. A riqueza das narrativas e a extensão de acontecimentos e experiências em oposição ao objetivo desse estudo exigiu a necessidade de escolha por alguns temas que, semelhantes ou distintos, pareceram fundamentais para as histórias das mulheres e de suas famílias, mas que de maneira alguma esgotam a compreensão de suas trajetórias de vida.

Trata-se, por ora, de adentrar nesse novo ciclo referido por todas elas: o início da organização familiar e seus desdobramentos que as colocam até hoje diante de desafios cotidianos e complexos. O que se pretende apresentar é a formação da família como um passo relevante nas oito histórias e determinante das situações sequenciais. Pela grandeza e vastidão das memórias que podem ser reunidas no tópico III, os temas serão apontados em subitens ordenados pelo fluxo de acontecimento e não por importância.

A maternidade como traço de vida: o início da constituição familiar

Apesar das diversas dificuldades relatadas pelas depoentes, a força e a esperança para seguir foram aspectos sempre presentes e fortes. Para as oito mulheres, grande parte desta potência de vida pareceu estar relacionada à maternidade e ao desejo de prover aos filhos uma nova condição de vida, aquela almejada por elas inicialmente.

Claudia: (...) que eu tinha falado quando era criança, tinha 13 ou 14 anos que quando eu casasse eu ia fazer de tudo aquilo que minha mãe nunca pôde me dar, amor, carinho, lutar, batalhar pelos meus filhos. Então eu ia fazer isso, então é o que hoje eu tento fazer, porque é difícil, mas aquele amor, aquele carinho eu sempre dou pra eles, por mais que são rebeldes, mas eles são importantes pra mim. Todo dia agradeço a Deus por Deus ter me dado eles por mais que são rebeldes, mas essa juventude de hoje em dia porque, como é que fala? Tá mudando os tempos, então eles acham que são donos de si, mas como... mas é assim mesmo, mãe é pra tudo!

Todas as depoentes são mães. Daniela, Elisa, Suzana, Ana, Cilene e Heloísa viveram a primeira gestação durante a adolescência, antes mesmo de completar 20 anos de idade. A maior parte delas tem quatro filhos ou mais e já são avós. Acima, o trecho do depoimento de Claudia ilustra a intenção de todas as mulheres em relação aos filhos: dar a eles aquilo que não tiveram, em termos afetivos e materiais.

Ao chegar grávida em São Paulo, Cilene conta ter recebido toda atenção e cuidado da família do companheiro. Refere-se à sogra como uma figura importante para seu acolhimento e acompanhamento nesse período, assim como manifestado por Claudia. Já Daniela, enfrentou uma de suas dificuldades iniciais pós-migração ao vivenciar sua primeira gestação.

Carla: Você engravidou da sua filha mais velha e continuou morando na casa da sua irmã?

Daniela: Não, daí o cunhado dela já conhecia uma moça, casou com ela e daí eu continuei com ele, a gente saía junto. Fui morar no emprego, dormia no emprego e aí engravidei da minha filha mais velha e daí tive minha filha sozinha. (...) Quando eu falei que estava grávida, minha própria irmã chegou a falar que não era dele. Daí eu fui trabalhar na casa da menina pra ter um local pra dormir, até chegar a época de criar minha filha, né? E trabalhava lá. Depois que minha filha nasceu, aluguei uma casa, fui morar, fui trabalhar, pagar pra alguém olhar minha filha. Dormia no emprego e pagava pra alguém ficar com a criança e pegava a criança de final de semana, na semana devolvia. Fui trabalhando.

Daniela cuidou sozinha de sua primeira filha, pois sua gravidez marcou um momento de afastamento entre a irmã e ela. Mudou-se de casa e de bairro e precisou pagar para alguém cuidar do bebê durante a semana enquanto trabalhava para sustentar o aluguel da casa e a nova família. Já para Ana, a inserção no trabalho foi mais difícil, pois ao chegar com o filho pequeno de Pernambuco também se deparou com o problema de não ter ninguém que cuidasse dele.

Ana: Eu vim trabalhar acho que uns 10 anos depois. Porque eu tinha os meninos, é o Pedro e o Luciano tavam pequenos, não tinha com quem eu deixar e quando eles cresceram um pouquinho eu fui trabalhar. Aí fiquei 5 anos no mesmo serviço, na USP, e aí nasceu o bebê e eu não fui mais. Aí agora estou fazendo bico, tô procurando emprego, mas estou fazendo bico.

Por ter engravidado muito nova, Elisa conta que sua primeira filha foi criada por sua mãe enquanto ela trabalhava para auxiliar no sustento da família. Ana, Heloísa e Suzana relataram situações semelhantes. Ana engravidou de sua primeira filha aos 14 anos e na data de sua mudança para São Paulo, a criança ficou em Pernambuco com a bisavó que também havia criado Ana desde a infância. Já Suzana chegou a mudar-se para a casa do companheiro após engravidar de sua primeira filha, porém, após sofrer diversos episódios de violência doméstica, retornou para a casa dos pais com dois filhos, sendo sua mãe uma pessoa importante no cuidado deles para que Suzana pudesse trabalhar.

Suzana: Aí eu fui trabalhar pra poder cuidar dos meus filhos, né? Aí trabalhava, comia no serviço e meus filhos comiam na casa da minha mãe. Porque eu falei “ah! Não vou dar muita despesa, né?”. E eu só almoçava no serviço e não jantava, só bebia água com sal à noite, pra dormir, e comer, eles comiam, né?(...) Eu ajudava e comprava algumas roupinhas para eles, né? Que eu também não podia dar tudo e ficar sem, né? Mas mesmo assim eu falava: “ai, meus filhos já comem aqui, minha mãe já tem um monte de criança, não vou ficar dando despesa”.

Elisa: Então, eu era muito nova, né, e minha mãe era muito chata, é muito chata. Eu dava banho nela... A Ângela ela suava muito, então ela fedia. Podia ter acabado de dar banho nela, passava meia hora, ela estava suando já. Ela não tinha aquele cheirinho de bebê. Minha mãe chegava e falava “você deu banho na menina?”, “dei”, “não, não deu”, ia lá e

dava de novo. “Elisa, você deu comida?”, “dei”, “ah, mas ela quer comer”, mas criança é assim, ela comeu agora, mas se ela vê outra pessoa comendo, ela vai querer comer também. Falei “quer saber? Você cuida dela, não enche o saco”. E foi isso, eu nunca me meti na educação da minha filha. Minha mãe que falava, eu falava “mãe, tá errado”, ela falava “deixa assim” e não falava mais nada, entendeu? Nunca proibi a Ângela de nada, não tenho ela como minha filha, tenho ela como minha irmã brigada porque viemos a nos dar bem agora.

Para aquelas que não tinham pessoas próximas, familiares ou amigas que pudessem cuidar de seus bebês e filhos pequenos, a possibilidade de trabalhar foi descartada. No caso de Daniela, por ter se afastado da rede de suporte, foi necessário contratar o serviço de alguém que pudesse cuidar de sua filha. Para as outras mulheres, essa não foi uma opção. A falta de acesso à creche aparece como um elemento importante e condicionador das decisões tomadas pelas mulheres. A inserção da maior parte delas no trabalho só foi possível quando os filhos ingressaram na escola, mas ainda assim, eram necessários arranjos, conforme a história de Cilene.

Cilene: Teve uma época que o meu filho, Sandro, tinha 5 anos e estava na EMEI. Aí meu marido não arrumava serviço, aí eu era bem mais magra, né? Eu não era gorda assim. De uns tempos pra cá que eu engordei de repente, assim. Aí, conversando, eu conheci uma menina lá da Praça Arruda e falou assim “eu trabalho numa padaria lá embaixo e do lado tem uma farmácia e o homem tá precisando de uma moça pra limpar a farmácia, você quer ir lá?”, eu falei “quero, você me leva lá?”, “levo”. Aí eu falei “então vamos”. Aí eu fui, aí já fiquei trabalhando no mesmo dia. Só que naquela época, eu ganhava 6 cruzeiros por dia e ele dava a condução, eu sei que dava 10 no total. Aí eu falei “preciso, o senhor está precisando, eu também preciso. Então o senhor quer que eu começo? Já começo a trabalhar hoje”. Era uma farmácia que tinha ali no Rio Pequeno. Aí eu trabalhei lá. Aí, através desse homem, que eu esqueci o nome dele, só sei que ele era espírita, aí eu contei minha situação pra ele, falei pra ele “meu marido não tá achando serviço, tenho um filho, tal e tal, estamos passando dificuldade, tô morando junto com a minha sogra, tudo”, aí ele falou assim “vou arrumar um outro serviço pra você, você quer? Aqui no Maria Luisa”, falei “quero”. Aí ele ligou pra mulher e a mulher foi lá na farmácia conversar comigo, dona Silvia, uma patroa boa, ela fez um bolo pro meu filho de 5 anos, dava presente, aí... Nossa, um amor de pessoa. Aí comecei a trabalhar com ela. Era de segunda, fazia faxina pra ela, era uma casinha, sabe? Dois

andares, assim, no Maria Luiza. Aí eu limpava tudo, ela ponhava roupa pra lavar e eu só estendia e muito boa. Aí eu falei pra ela que eu pagava, eu tava ganhando 10 cruzeiros, naquele tempo. Mas eu pagava 5 pra minha sogra ficar com meu filho e por ele na escola. Aí ela falou “não, não tem necessidade. Traz ele. Traz ele que esse dinheiro sobra mais pra você”, aí eu falei “eu posso?”, ela falou “pode”. Aí eu levava ele, ela saía no carro, ela fazia doação, ela ajudava as pessoas, sabe? Inclusive, ela me ajudou muito. Aí ela fazia comida, aí a gente almoçava e o que sobrava, eles não tinham costume de jantar, eles tomavam chá com torrada de tarde, aí ela falava “você quer levar pra você?”, aí eu chegava já com a minha janta pronta. Nossa, foi uma santa mulher na minha vida!

O início da organização familiar e o nascimento dos filhos significaram, além de uma passagem para uma nova etapa da vida, seja assumindo o cuidado da criança ou procurando trabalho para sustentar a família; a renúncia do planejamento inicial feito para a chegada a São Paulo. Claudia, por exemplo, não retomou os estudos e logo teve que lidar com um novo arranjo para dar conta da função de mãe.

Claudia: Não, porque assim, eu não voltei a estudar, a procurar escola aqui nem nada. Aí me ajuntei com Beto quando eu tive o Maurício, que eles foram pra creche e eu fui trabalhar também pra ajudar. Então... aí em seguida um filho atrás do outro e tempo que era bom... já era. As meninas que falam “volta, Claudia”, eu digo “não, sei lá, não tenho mais cabeça pra estudar, não”. Tem uma colega que me incentiva muito “vamos! Vamos!”. Eu digo “ah, não sei, deixa o Alexandre crescer mais”, que ele é muito apegado a mim. Então quando ele estiver se virando, botando a comidinha dele, tudo, daí vai ser assim “oh, seu jantar tá aqui, mamãe vai pra escola”. Mas enquanto isso, ele tá pequeno, eu não deixo na mão dos outros, não, porque eles batem, têm muito ciúmes e batem. Então, minha rotina... tô esperando, deixa ele fazer 10 aninhos, tiver se virando igual os outros, eu volto, eu penso em voltar a estudar.

Para Elisa, Laura, Ana e Daniela que também tem filhos pequenos, a dificuldade de obter apoio e dividir a responsabilidade do cuidado com as crianças resulta na necessidade de criar estratégias novas a todo momento. Não obstante, para aquelas que os filhos estão atravessando a adolescência, a preocupação e a dedicação parecem se manter e até mesmo aumentar, já que os conflitos relacionais entre pais e filhos foram apontados como problemas complexos enfrentados pelas famílias.

Suzana: E...Era muito complicado mas agora está pior. Agora tá muito pior. Hoje em dia os filhos da gente eles não quer fazer o que a gente fazia antigamente. Se eu peço: “ô Tatiana, vai buscar o Felipe”, “aí, eu não tenho filho”, ah! não é meu filho”, né? Então é complicado. E antigamente, não, você tinha que fazer o que a mãe mandava... A educação é a mesma que eu tive eu dou pros meus filhos, só que assim, a geração é muito difícil, né? Os adolescentes são muito difícil!

Uma das maiores preocupações com os adolescentes é a educação escolar. As depoentes disseram não ter enfrentado problemas como falta de vagas para matricular os filhos em escolas públicas, no entanto, conforme o crescimento das crianças e jovens o desinteresse pela escola aumenta e se apresenta como um infortúnio diário e complicado para lidar, já que acreditam que a educação escolar é um dos fatores que podem contribuir para a tão almejada melhora na qualidade de vida dos filhos. Constantemente os relatos apresentam uma reflexão entre as condições que elas tinham no passado em oposição ao que tentam oferecer aos filhos, frisando a importância que conferem à formação escolar e à educação de base fornecida pela família.

Laura: Assim, eu gostaria muito que eles tivessem, assim, um entendimento, porque parece que um entendimento de que eles procurassem melhorar assim, de ter a mente mais madura, da responsabilidade de escola. Entendeu? Se dedicar mais pra escola. Porque eu falei assim, “filho, hoje as coisas tá muito difícil sem estudo”. Porque você vê, cada dia é tecno... é computador... É, tem que saber mesmo mexer, né? Eu falei, “se você não estuda, as coisas complica pro seu lado”. Tudo que às vezes faz falta em mim, mas hoje me importo, tô com o que? Quase 50 anos, então pra mim, eu sinto falta, mas não tanto quanto eles vão sentir se eles não procurar estudar, né Carla? Então eu falo, ó, aí eu me dedico pra querer ajudar eles pra ver se eles procuram se dedicar mais pra escola. Os dois mais velhos são meio... já não têm aquele desejo, aquela vontade, sabe? Precisa de uns empurrãozinhos. Mas tá indo. Tá estudando, então tá indo.

Claudia ressaltou como a maior dificuldade atual da família a questão da educação. Seu filho de 14 anos, Adriano, tem apresentado desinteresse crescente pela escola e no ano passado obteve mais de trezentas faltas, fazendo com que a família elaborasse um meio de acompanhamento específico do jovem na escola. Para ela, o assunto parece conter certa ambiguidade, pois ao mesmo tempo em que atribui à formação escolar a possibilidade de

melhores condições de trabalho e de vida, enfrenta a dificuldade de encontrar na escola um local do encontro com outros jovens e com modos de vida diferentes.

Claudia: Olha, até às vezes eu falo isso, fico me perguntando o que fazer pra mudar porque a gente quer mudar de todo jeito. Semana retrasada o pai dele deu um celular, nós compramos um celular pra ele pra ver se muda. Piorou foi mais. O maior erro do pai dele foi esse. Maurício ganhou celular porque fez aniversário e passou de ano, entendeu? Então ... esse foi o motivo que ganhou o dele. Do Adriano foi pra tentar melhorar... e deu tudo ao contrário. Vai pra escola, esquece de fazer lição, só ouve funk, essas músicas pesadas, da onde estraga os adolescentes, é onde estraga muito, porque é muito palavrão, fala muito em coisas que... nem aqui a gente gosta por causa do Alexandre porque por mais que vá fazer 6 anos, mas ele é totalmente inocente. Aí fica escutando essas músicas pesadas, não gosto porque é dali que começa. Então é da onde... essas músicas influenciam muito. O pai dele deu o celular, ele baixou as músicas, só música dessas pesadas. Aí vai pra escola e fica lá jogando papel. Aí todo dia eu vou na escola. Não foi hoje porque ficou enrolando, comendo pão com queijo e mortadela, 6h45 não pode ir mais não, fechei a porta, tirei a chave, peguei a corda que tá aí e arrepiei. E ele tá aí. Porque ontem o pai dele foi, chegou lá e ele tava bagunçando. Aí eu digo que ele ia e quando fosse 9h eu ia. Até avisei pra diretora, todo dia estou indo, deixo o Alexandre aqui assistindo desenho e vou rapidinho, vou e venho. Mas ele não quer nada com a vida. Falei pra ele hoje “você tem dois caminhos pra você escolher, um é escola e ser alguém na vida ou é entrar no mundo da malandragem, da bandidagem aí. Se você entrar, pode esquecer que tem uma mãe. Pode esquecer. Porque seu pai nem sua mãe merece essa vida, são dois lutador, batalhador, seu pai sua pra caramba”.

Outra questão mencionada pelas depoentes foi o desejo de consumo dos adolescentes por itens da moda: celulares, roupas de marca, tênis, entre outros, que excedem o orçamento familiar e despertam nos pais medo de envolvimento dos filhos em situações de violência e risco ou com o tráfico de drogas para conseguirem. Na história de Suzana, o filho mais velho e um dos mais novos viveram a experiência tão temida por todas as famílias.

Suzana: E... foi muito difícil minha vida, hoje, não, hoje tá melhor. Assim, com todas as dificuldades, hoje a gente não tem, mas amanhã já tem e assim eu passo pros meus filhos. “Filho, hoje não tem, mas amanhã Deus vai preparar”. E é assim que acontece, né? Então procuro passar tudo pra eles, mas a cabecinha deles hoje é diferente, né? Por mais que eu teja educando do mesmo jeito que eduquei os três mais velhos, né? Os três mais velhos, o

Josias deu muito trabalho, ficou um ano e sete meses preso, né? Porque queria uma moto e eu não podia dar. Eu falei “filho”, “mãe eu vou roubar. Você não me dá a moto, eu vou roubar”. Eu falei: “filho, se você der sorte, você vai preso e se não der sorte, você vai morrer lá mesmo”. É a realidade da vida, né? Aí pegou, foi. Ele ouviu e foi roubar. Aí chegou lá, foi roubar lá na USP. Todos os dois que foi roubar na USP, chegou lá e ficou, que é ele e o Danilo, né? Aí, ele assinou o quê? Roubo a mão armada e corrupção de menores, ficou um ano sete meses preso. Mas aprendeu. Aí saiu, tirou acho que umas três motos no nome dele porque o cunhado dele trabalhava com moto, né? Ele conseguiu tirar as motos, aí vendeu, aí foi lá e tirou outra, depois vendeu, depois foi lá e tirou outra. E agora ele tem um carro. Eu falei: “precisava passar por isso?”. Precisava! Porque ele aprendeu! Porque nunca mais ele quis saber de ir pra lá.

As depoentes contam com bastante pesar sobre a impossibilidade de dar aos filhos aquilo que pedem. Por isso, na maior parte das famílias, as crianças e jovens se envolveram precocemente em situações de trabalho para adquirirem os produtos que queriam comprar, assim como algumas depoentes relataram durante a própria juventude.

Laura: Só na escola. A Deise às vezes faz uns bicos durante final de semana. Às vezes ela fala que é serviço chato, mas ela quer ter o dinheiro dela porque eu não posso dar tudo o que ela pede, né, Carla? Às vezes ela vai entregar folheto na rua... no farol, né? Ela fala que é humilhante, mas eu disse pra ela “não, filha, nenhum serviço é humilhante”. A coisa humilhante, o que humilha é a pessoa fazer outras coisas que não deve fazer que é roubar, se prostituir, essas coisas aí, é uma coisa feia. Mas trabalho, seja lá o que for não é humilhante. Não é? Eu acho isso.

Laura aponta que as dificuldades com a educação e o sustento dos filhos parecem ainda maiores por ter que enfrentá-las sozinha. Assim como para Daniela, não contar com o apoio do pai na educação dos filhos é um peso grande.

Laura: A dificuldade é assim na hora do... porque as crianças sentem falta do pai. Sentem falta do pai, às vezes precisam de um homem pra dizer assim “não, filho, não é assim”, ou se não “você não vai fazer, não é desse jeito”. Porque assim a mãe já... a mãe parece menos... parece que eles acostuma tanto com a mãe que perde aquele, sabe?

Daniela: É...Às vezes sente falta, né? Não tem alguém pra conversar, de fim de semana meus filhos saem... E sempre numa casa quando tem o pai dos filhos juntos, é diferente, as crianças é educada com mais... não é bem medo que eles tem... é uma segurança, entendeu? E a mãe só dando uma ordem e conversando com eles, parece que tá faltando ainda alguma coisa para as crianças. Então eles sentem falta do pai, sentem falta de um braço forte.

Nessas situações, o apoio dos filhos adultos parecer ser fundamental para Daniela e Suzana, que recebem tanto apoio financeiro quanto auxílio no enfrentamento dos problemas diários.

Suzana: A Camila sempre me ajudou, a mais velha, sempre me ajudou! Ela trabalhava não porque ela precisava, porque o marido dela tinha três casas de aluguel, ela recebia os dias de aluguel e ficava pra ela e pra cunhada dela, né? Então, ela não precisava trabalhar, mas ela queria trabalhar para me ajudar.

Cabe ressaltar a diferença percebida entre a relação estabelecida das mães com os filhos crianças e adolescentes e os filhos adultos, colocados como parceiros já responsáveis pela organização e cuidado da própria família. E mesmo nas histórias em que os filhos ainda não são adultos, a expectativa das depoentes para o plano futuro é a inserção deles em um trabalho, a continuidade da formação acadêmica e a responsabilização pela própria família.

Daniela: Trabalha, mas... eu já falei pra ele assim que o que eu quero é que ele trabalhe e tenha uma profissão, porque ele também precisa se manter e nem todo tempo eu vou estar com ele, né? Então... já tá maior, já tem que procurar um lugar pra morar, construir uma família também.

Relacionamentos conjugais

As diferenças e semelhanças entre as depoentes no tema dos relacionamentos conjugais parecem dividi-las em dois grupos: o primeiro com relacionamentos duradouros e estáveis, em que foi possível estabelecer laços de afeto e companheirismo, e outro com relacionamentos mais curtos e conflituosos, que resultaram na organização monoparental da

família e na sobrecarga feminina pela responsabilização do cuidado dos filhos, das tarefas domésticas e da administração geral do núcleo familiar.

Cilene, Heloísa, Ana e Claudia estão em relacionamentos antigos e duradouros. Das quatro, apenas Cilene teve uma única experiência amorosa e ressalta que o marido é um bom companheiro com quem pode contar.

Cilene: Porque eu não tenho o que reclamar do meu marido, que nem eu falei, né? Ele não me dá dor de cabeça, é um marido exemplar, muito bom pra mim, eu não tenho o que reclamar dele. Muito bom mesmo! Nunca ergueu a mão pra bater em mim, então... não tem vícios. Chega do serviço, não é desses homens que bebem, gastam dinheiro em bebida, chega bêbado, brigando. Não é assim.

Heloísa, Ana e Claudia, estão em uniões estáveis atualmente, mas tiveram experiências de relacionamentos mais curtos e conflituosos no passado. No caso de Heloísa e Ana, a relação foi com os pais de seus primeiros filhos, com quem não mantiveram contato.

Heloísa: Não, assim que eu fiquei grávida, ele... na verdade, ele era da minha cidade e morava no Pará, Tocantins, aquelas bandas. Eu era muito nova e ele muito rico. Olha, já viu velho com menina nova? Depois, teve uma época que eu fui descobrir que tinha um homem em outra cidade, ele tinha um comércio e acho que vendia café naquele comércio, aí o moço pediu café e ele deu e falou que o café tava quente. O moço que comprou falou que não queria aquele café porque tava frio e acho que jogou o café no rosto dele e ele matou aquele homem. Então, depois desse tempo, ele não podia ficar na minha cidade. Sei que depois ele morreu. Meu pai não queria, odiava ele. Mas depois... sabe, você descobrir tudo depois? Quando ele apareceu que a gente ficou se gostando, a família da pessoa que ele matou, mesmo em outra cidade, descobriu que ele tava ali. Aí ele foi pego de novo. Depois ele sumiu da cidade que tava preso e ele me comunicou que tinha que ir porque não tinha saída. E tinha outra amante que ele tava enrolado com ela. Isso é complicado demais.

As passagens anteriores da vida de Heloísa, Ana e Claudia as aproximam dos episódios adversos contados por Laura, Suzana, Elisa e Daniela, que atualmente estão solteiras. Laura teve um relacionamento mais longo, porém se separou ao engravidar do filho mais novo e até hoje vive só. Ela contou sobre a dificuldade que é cuidar da família sozinha,

mas lembrou com mais tristeza dos contratempos que passou ao lado do antigo companheiro em que as brigas desencadeadas pelo alcoolismo foram o motivo da separação.

Laura: Viver sem um marido, a mulher viver sem um homem, um chefe de casa, de família, né? É um pouquinho difícil, não é pra qualquer mulher, não! Mas nuns certos pontos... tem até aquele “antes só do que mal acompanhado”. Então é assim: ele, devido ser um homem que bebe... geralmente o homem que bebe não tem aquela responsabilidade de chegar e pegar seu pagamento e dizer “o pagamento vai ser pras contas, pra pagar as coisas que deve”, sabe? A metade do dinheiro pras pessoas que são viciadas nisso, é mais no bar. Então, faltava alguns gastos em casa e aquilo ali me deixava nervosa porque eu sabia que ele tinha e o dinheiro dele ficava no bar e aquilo ali começa a gerar as brigas. Entendeu?

O alcoolismo dos companheiros esteve presente em muitos relatos e, para Heloísa, foi motivo de insegurança e sacrifício conviver com a forma que o marido lidava com ela e com os filhos quando estava embriagado.

Heloísa: Falando em bebida, o meu também bebia demais, bebia de domingo a domingo. Eu não tinha... meus filhos não tiveram infância comigo, eles bebezinhos porque ele sempre trabalhando à noite. Você imagina uma pessoa com sono e invés de chegar em casa e dormir, ele ia pra rua beber. Chegava entre meio dia e meio dia e meia. Não sei se já ouviu falar, já conheceu um bêbado. Bêbado repete a mesma coisa quinhentas vezes. Tem bêbado que é calado, tem uns que dormem, tem uns que ficam violentos, tem uns que ninguém aguenta, falam, falam. Então, meus filhos pequenos não foram espancados por ele, graças a Deus, não. Mas ficava... ao invés de ir dormir, ia pra rua e chegava em casa e não dormia. Então, ele ficava a tarde todinha enchendo minha paciência, toda. Eu nem podia almoçar com ele. Sabe aquela coisa de todo dia a mesma coisa? Então, meus filhos não tiveram infância nessa parte porque era um bêbado enchendo o saco todo dia, todo dia. Tem mais de dois anos que ele não bebe mais, graças a Deus não deixa, não fuma mais. Agora, depois que deixou de beber, tá com pressão alta, tá colhendo o que ele plantou, comia sal demais, tudo era sal por causa da bebida.

Daniela teve mais de um companheiro e os motivos de separação foram, além das dificuldades advindas do alcoolismo, o relacionamento extraconjugal dos cônjuges com outras mulheres.

Daniela: Ele bebia, ele me maltratava... ele me humilhava. Às vezes... eu trabalhava e o meu dinheiro era pra casa e o dele era pra beber, gastar com a mulherada, às vezes ia embora pra Bahia e me deixava sem nada com as crianças passando fome. Eu tinha que me manter sozinha. Foi passando o tempo e cada caso que acontece serve de experiência, né? Como se fosse a lição e a gente fosse fazendo a lição pra ser aprovado ou reprovado. Fui aprendendo que não precisava mais dele. A maioria das vezes eu ficava com ele porque tinha dó. Ele bebia e eu achava que ele era fraco. Depois comecei a entender que quem gosta da gente é a gente mesmo e é ele que tem que fazer por ele, não eu. E separamos de uma vez.

Suzana também viveu o sofrimento de ter flagrado o último marido com outra mulher e da separação conjugal que causou uma ruptura na organização familiar prévia e resultou em uma série de dificuldades: cuidado com os filhos, de ordem financeira e muita tristeza pela perda do companheiro.

Suzana: Aí cheguei lá, a primeira pessoa que eu vi foi ele com uma camisa laranja. Bem laranja, ainda. Eu bati o olho, era ele. Cheguei lá, ele tava sentado aqui e a mulher sentada escondida, tinha uma pilastra, assim, a mulher tava aqui. Nossa, quando eu vi aquilo, fiquei cega! E o Felipe perto, né? O Felipe era bem pequeno, oito pra nove anos. Porque já faz o que? Já vai fazer 6 anos que a gente tá separado. E aí eu fui pra cima dele, aí eu peguei o copo de cerveja que ele tava bebendo, taquei na cara dele, ele me bateu, eu bati nele. Nossa... Arranquei até sangue dele naquele dia. Sabe? Porque eu não, não admito ser traída, sabe? Eu nunca, eu falei pra ele, eu nunca fiz isso, então não faça comigo pra não... né? E eu peguei! Nossa, aquele dia acabou comigo! Eu bati nele pra caramba, ele ainda me bateu, fui na USP fazer... porque eu tava com dor de cabeça. E o Felipe gritava, o Felipe gritava! Aí peguei uma garrafa pra atacar nele, tudo. Mas aí o cara tomou a garrafa de mim porque eu ia fazer besteira, né? Eu falei pra ele: "o dia que eu pegar, eu vou rasgar a sua cara pra você lembrar o que você fez". Porque já era a segunda vez que ele já tinha me traído, né? Porque ele me traiu quando, né? Já não era a primeira vez. Aí agora de novo! Eu falei pra ele: "o dia que você me trair de novo, meu filho, eu vou acabar com a sua vida!" né? E ele achou que não ia fazer nada. Nossa, mas aquele dia foi fogo! Eu falei: "você espera aí que eu vou voltar!". Aí fui levar o Felipe pra casa, cheguei lá, besta, né? "Ô, Josias, me dá o revolver aí!". O Josias? "o quê?", "Aonde?". Aí o Josias ainda foi atrás dele, tudo, né? Mas não achou ele. Aí... foi o dia que a gente desistiu, né? Um do outro. Porque olha... eu falei: "ah, não!". Aí logo depois que nós, que aconteceu a separação, tal, as crianças, né? Chorava muito

querendo o pai e o Felipe falava: "ah, você mandou meu pai embora". Eu falei: "filho, você queria que a mãe arrumasse outro homem e trouxesse aqui pra casa?". "Não, não!". Foi isso que aconteceu, seu pai fez a escolha dele, né? Nossa, mas foi difícil pra explicar pra eles. E como, viu? Foi muito! Porque pra mim, assim, eu só tinha ele, ele pra mim era tudo! Né? Porque desde quando conheci ele me ajudou bastante, não vou falar que ele sempre foi ruim, porque não... né? Ele sempre me ajudou, cuidou dos meus filhos, então, quer dizer, eu amava ele muito, muito, muito. Agora que eu já nem ligo mais, mas eu amava ele muito. Dediquei minha vida inteira a ele. Catorze anos!

Elisa é a depoente mais nova e contou que sua maior dificuldade nos relacionamentos conjugais foi a dependência de substâncias psicoativas dos companheiros. Tanto o pai de sua filha mais velha quanto o pai da mais nova eram usuários de drogas, o que causou em Elisa grande desconfiança e hesitação em confiar a eles o cuidado das meninas.

Elisa: É, tinha o negócio da droga, ele usava droga. Era usuário de droga. Aí eu engravidei e falei "meu Deus, e agora? Grávida e ele usa droga", falei "quem não quer sou eu". Aí a gente foi morar em Cotia, eu, minha mãe e meus irmãos e eu não dei endereço pra ele, então eu fugi. Daí passou uns 3 anos e eu fui lá falar pra ele que eu tinha uma filha e fiquei sabendo que ele tinha morrido. Que ele tinha se matado, aliás. Mas hoje em dia, minha filha conhece a família do pai, eles aceitam ela como filha dele, mas ela não tem o sobrenome dele (...) Com 2 anos a minha filha ficou doente, a Adriana. Aí eu engravidei da Adriana e o pai dela veio morar comigo. Ele me ajudava a cuidar dela, mas não trabalhava e era usuário de drogas. Então, era alguém que eu não podia confiar porque era usuário de drogas e várias vezes ele saiu vendendo tudo dentro de casa e várias vezes, quando ela ficou doente, eu tive que voltar pra ele porque ele era o único que cuidava bem dela. Eu ficava numa sinuca de bico, falei "e agora?", me separava dele e a menina ficava doente, colocava ele dentro de casa pra ele cuidar dela. Tinha que ficar no hospital internada, eu não podia parar de trabalhar porque se eu parar de trabalhar, meus filhos vão comer o que? Era só eu. Era difícil, várias vezes eu voltava pra ele, mas graças a Deus ela sarou da doença dela.

Afora os problemas com alcoolismo e de infidelidade, os relatos de violência física e psicológica foram manifestados nos relatos de Suzana, Laura, Daniela e Heloísa.

Suzana: Aí lá ele não... ele trabalhava, mas não comprava comida, né? Aí depois eu fiquei grávida do Josias também, aí eu peguei e abandonei a casa e fui morar pra casa da minha mãe. Porque ele queria me bater, não dava comida pra mim nem pras crianças.

Nas relações conflituosas, o final da história resultou na organização da família monoparental chefiada pelas mulheres, ocasionando a necessidade de enfrentar como principal referência as responsabilidades com os filhos e com a casa. Com isso, a consideração das depoentes que vivem só sobre ter ou não outro companheiro pareceu ambígua e incerta, pois de um lado se observa a marca negativa da vida em casal trazida pelo sofrimento e pelas dificuldades vivenciadas nas relações anteriores, e por outro, a vontade de encontrar um novo companheiro para dividir a vida.

Suzana: Não, o pai da Amanda é o segundo casamento. Que também não deu certo... Nenhum deu! Foi o primeiro não deu certo, o segundo não deu certo, o terceiro piorou! Mas estou aqui, né? Deus me põe de pé, porque se olha... tanta coisa que eu já passei na minha vida! Só Deus pra me por de pé, viu? (...) Então, pra mim, a separação foi uma decepção muito grande! E depois disso aí eu nunca mais quis saber de homem. Apareceu um aí, mas... quando veio com umas conversinhas fiada falei “opa!”. Aí ele viu que eu não sou boba, né? Ele falou: “o quê? Não vou nem tentar!”. Dei o telefone pra ligar pra mim e me ligou uma vez só, falei: “ah! Você é casado?”, “não”, eu falei: “mas então como te dei o telefone, você tava interessado em mim, e só ligou uma vez pra mim?”. Aí eu vi já que... né? Era furada! Eu falei “não caio mais!”. Não, já cai bastante. Agora não caio mais, não. Na lábia de homem? Imagina! Caio não! E assim, eu nunca me dei oportunidade, né? Também... eu não acredito mais em homem. Você acaba a confiança, você não acredita mais. E outra, você já sabe que o que ele tá falando é ali pra você: “ah, meu amor...”, mas lá na frente ele fala a mesma coisa pra outra. Entendeu? Na minha cabeça, né?

Elisa, por exemplo, não pretende se casar novamente e refletiu sobre sua condição atual de chefe de família.

Elisa: Ah, tenho uns “peguetes”, as pessoas que eu fico já faz um tempo, mas sem compromisso sério. Então, eu sou uma pessoa muito chata, não gosto de compromisso, não gosto de alguém “que horas você vai? Que horas você vem? Chegou que horas?”, não gosto. Sou eu, meus filhos, eu faço comida na hora que eu quero, quando eu quero, do jeito que eu

quero, o que eu quero. Não deixo eles passarem fome, mas eu falo “compra um lanche, compra um pão”. Não deixo eles passarem fome, tem vezes que eu vou lá, que nem hoje, eu quero comer sopa, passo no mercado, compro as coisas e faço. Se amanhã eu não quiser, compro uma pizza. Eu não tenho esse compromisso. O que eu vejo com as minhas vizinhas, elas têm marido, mas o marido não deixa elas trabalhar, não tá melhor do que eu. Se eu quiser comprar um tênis legal, eu vou lá e compro. Elas não podem, dependem do marido, sabe? Não andam bonitas, nem nada, o marido morre de ciúmes e passa a madrugada inteira na rua, a maioria não trabalha. Eu não sinto falta nenhuma de ter marido. Em relação a elas que eu vejo. Seu marido está aí, mas você é feliz? Não, eu sou e sou solteira. Eu pelo menos penso assim... Peguei trauma. É pelo histórico, né? O primeiro pai da minha filha e o último usavam droga. Não podia confiar, não podia comprar um tênis melhor que eles vendiam, não podia comprar um nada a mais. Não é vida, são pessoas que você não pode contar, não trabalham, se você ficar doente, e aí? Se é pra me ferrar, me ferro sozinha, eu e meus filhos. Me ferrar e sustentar outra pessoa? Não dá certo. E é isso. Os outros aconteceram por acidente, a gente não estava junto, ficamos e aconteceu, engravidei. Mas o pai da minha filha ajudava, mas morreu cedo, quando ela tinha 1 ano e pouco. Sempre fui mais eu, mesmo. Vejo pelo histórico das minhas amigas, não querem trabalhar, querem ficar na rua a madrugada inteira e as mulheres em casa, querem ir pro “pancadão” e as mulheres em casa. Tô muito bem do jeito que eu tô!

Daniela e Suzana discursaram sobre a falta que sentem em dividir a vida com um companheiro, porém, não o fazem pela oposição explícita dos filhos acerca de um novo relacionamento das mães.

Daniela: Pra conversar, pra dividir os problemas, entendeu? No dia-a-dia, tem dia que a gente tá legal, tem dia que não, que quer se encostar em alguém, né? Tem dia que... aí fica difícil.

Suzana: Nunca namorei outro homem, nunca saí com outro homem. Não tenho porque os filhos não deixa! Os filhos não deixa! Eu até tento procurar, né? Mas meus filhos não deixa, ninguém quer. Tem, o Felipe mesmo: "ah, mãe, se a senhora arrumar um namorado, nós mata". "O seu pai pode arrumar uma mulher, por que que eu não posso arrumar?"

Organização familiar: as famílias monoparentais e a relação entre pais e filhos

Os relatos e apontamentos do item anterior fazem notar a especificidade da dinâmica existente nas famílias de organização monoparental que dispõem de apenas um adulto para dar conta das responsabilidades da casa e da família. Na história dessas mulheres percebe-se a dedicação intensa e quase exclusiva da organização diária da mulher para atender as necessidades dos filhos.

Tanto nas histórias de organização monoparental quanto nas situações em que os casais se mantêm unidos, a relação entre pais e filhos ganhou notoriedade nos depoimentos, pois, apesar das mães relatarem por vezes interações conflituosas com os filhos, principalmente no que tange à diferença de projetos e expectativas entre o adulto cuidador e o jovem, a relação cotidiana entre os homens pais e seus filhos pareceu distanciada, de pouca aproximação e troca e reforçando a ideia do homem provedor e da mulher chefe da casa e responsável pela lida diária e pelas questões que envolvem contato e aproximação com os filhos.

Inicialmente, cabe destacar a dificuldade que as depoentes relataram ao assumir a posição de chefe de família devido ao acúmulo de tarefas a serem cumpridas de forma solitária.

Laura: Ah, sim. Às vezes eu preciso. Às vezes eu tô estressada, nervosa devido aos meus filhos, porque tô fazendo a função de duas pessoas, do pai e da mãe, então tem hora que eu me sinto cansada. Hoje eu estou bem, mas um tempinho atrás eu tava muito nervosa. Por desobediência, né? Dos filhos não querer obedecer, então tava passando um momento difícil.

Um dos infortúnios mencionados pelas depoentes foi a questão financeira e a insuficiência de apenas uma fonte de renda para suprir as necessidades cotidianas.

Elisa: Sim porque eu sou a chefe da família e tenho que bancar a casa, não deixar faltar nada. Uma casa não é só arroz, feijão, mistura e Danone. Vai tudo, da pasta de dente, sabonete, tudo. Gás, tudo, é uma conta alta. Eu falo pros meus filhos, não posso, vai pra escola, estuda, evita ao máximo fazer bagunça porque eu não posso perder um dia de serviço. Um dia de serviço é 100, 120 reais que é um dinheiro alto que faz falta no dia a dia. Então, é difícil, porque mesmo que eu pagar alguém, eles não obedecem. O Carlos agora está com 15,

já se vira, mas antigamente era difícil arranjar alguém pra cuidar, ir na escola em reunião porque não dá.

No trecho abaixo, Daniela e Elisa relatam o que aconteceu após a separação da maioria das depoentes, o pai das crianças se afastou da família e parou de contribuir financeiramente.

Daniela: Não, não... E nenhum teve filhos. Quer dizer, só o pai da Isabel, a mais velha, que depois casou com essa mocinha que eu falei, né? E os outros não. Mas também nenhum me ajudou, nenhum colaborou a dar uma pensão pra cuidar deles, nada, era só eu.

Elisa: Não, nós namorava quando eu engravidei... não, minto. Ficamos namorando um ano, nos separamos, depois de 1 ano voltamos a ficar juntos e foi quando eu engravidei. A gente não estava junto e não ficamos juntos. Hoje em dia ele sabe que o filho é dele, o Carlos conhece o pai dele, eles se falam, mas ele não ajuda em nada e também nunca fui atrás.

Daniela e Suzana narraram situações específicas com os filhos que se relacionam diretamente à separação dos pais. Ambas alegam que as dificuldades de relacionamento, educacionais e de comportamento dos filhos estão vinculadas ao processo de separação do casal e ao afastamento do pai, ressaltando o comportamento do homem com a nova família e os filhos da companheira atual. Ademais, outra similaridade no depoimento das duas é a afirmação de que filho é pra vida toda e um(a) companheiro(a) não.

Daniela: Tá difícil, viu? Porque nessa separação complicou o Ricardo, né? Acho que é isso. Ele briga pra ficar com o Ricardo lá e depois não explica a situação pro Ricardo, que tem que estudar, tem que ser alguém. Não pega bem, porque criança a gente tem que segurar a rédea, senão, se soltar vai embora né? Então... aí ele não explica as coisas pro Ricardo. Acho que na época que ele estudou não valorizou o estudo e acha que agora não mudou, continua da mesma forma. Porque o Ricardo ficou uma pessoa muito assim... nem sei como explicar. Quando o José bebia, era mais com o Ricardo que ia falar as coisas. Aí ele começava a xingar o Ricardo, falar que o Ricardo ele não era filho dele... Daí, eu acho que essas coisas assim deve ter mexido um pouco com ele. Ele fala que tem dó do pai dele. Porque o pai dele bebe, esses dias já teve doente, ainda tá. Tem uns seis meses que ele tá doente, deu uma enfermidade na mão dele, que comeu toda a carne, quase amputou a mão. Foi preciso eu, que estava meio brigada com ele por causa da guarda, conversar com ele pra ir na irmã dele

fazer curativo e levar no médico. A cirurgia dele ficou seis mil reais. Foi na mão direita, esse dedo aqui já estava mostrando o osso. Daí teve que emendar um dedo no outro, tirar um pedacinho de carne pra fazer enxerto. Tá pra fazer outra cirurgia. Aí como ele bebe, o Ricardo fala que tem dó dele. E agora eu vejo que ele faz mais coisa lá pra essa mulher que está com ele hoje do que pros filhos dele. Então... se um pai não procura fazer as melhoras pros filhos, então acho que pra mim... Um filho é um laço pra sempre. Mulher não, mulher tem hoje aqui, amanhã ali, e daí vai. Filho, não. Filho é um laço que a gente nunca pode cortar ou separar.

Suzana: Não, antes do Ari, ele não tinha problema nenhum, o Felipe! O Felipe ficou assim com todos os problemas que aconteceu entre eu e o pai dele. Ele era meu braço direito, ele ficava comigo direto! Era o mais apegado a mim, então ele via tudo, entendeu? Ele via as brigas, ele via tudo. Então a mente dele bagunçou tudo. Aí depois que o pai foi embora, ele ficou assim. Ele não era assim, não. Ele era bem bonzinho! Entendeu? Todos eles são bons, só que assim, devido a acontecer esse separamento aí, eles tinham tudo e de repente tiraram tudo deles, que era o pai, que eles gostavam, o pai sumiu, arrumou outra mulher com um monte de filhos também. Passava lá com sacolas e sacolas e meus filhos olhando, né? Porque ele tava cuidando dos outros filhos da mulher e deles não. Então foi muita, muita coisa junto, por isso que eles estão assim, sabe? Muita, muita, uma coisa atrás da outra, né? E o Danilo tá de mal com o pai porque o pai queria ficar com a mulher que ele arrumou e comigo, né? Como ele sabia que eu gostava dele, ele ia lá em casa, me enrolava e eu ficava com ele, aí depois ele, dois, três dias saía e ia atrás da outra. Era assim. Aí o Danilo falou "mãe, o pai não largou daquela mulher não, ele tá com ela sim", entendeu? Aí o pai dele ficou com raiva e bateu nele. Aí eu falei pra ele "se for pra você vir aqui e bater no meu filho, não põe mais a mão nele, porque você tá errado, você procurou isso, então ele tá certo". Ele: "ah, você prefere...". Eu prefiro meus filhos! Entre você e meus filhos, eu prefiro meus filhos, né? Aí fiquei com meus filhos. Até hoje ele fala "é, você que escolheu seus filhos", com certeza, filho é pra toda vida, homem você arruma em qualquer lugar. Agora filho não. E aí é assim.

Após a separação do casal, foi comum no relato das depoentes o distanciamento entre pais e filhos e a insistência da mãe tanto para que os filhos se aproximem do pai, como na história de Laura e Elisa, quanto para os pais estarem presentes nos deveres diários, como apontado por Suzana.

Elisa: Então, eu levei a Adriana, ela ficou um ano sem ver o pai dela e eu levei faz um mês pra ver ele, que ele estava numa mini cracolândia. Só que não é um ambiente legal, né? E eu deixei meu telefone com ele pra falar com ela, é o mesmo, e ele não ligou até hoje. Meu, eu não vou ficar correndo atrás porque o ambiente não é legal, mas ela sentiu muita falta dele porque ele cuidava muito bem dela. O Carlos não, não tem muita proximidade. Se eles se encontram, se cumprimentam, mas não tem aquele carinho assim. Mas o Carlos é tranquilo. Quer dizer, não sei, pra mim não fala.

Laura: Tiveram contato sim, a Débora de vez em quando liga pro pai porque eu falei "liga, filha, fala com seu pai". Porque o que passou, passou, a gente que viva o presente, então a gente tem que perdoar a pessoa por mais que esteja errada, merece o perdão. Falei "você liga pro seu pai, dá feliz dia dos pais".

Suzana: E... e depois disso o Felipe começou a andar dentro de carro, roubar, catar carro dos outros, né? Aí foi que... eu tive que entrar com... Eu ligava pro pai dele "vem aqui, vem aqui", porque eu não ia resolver sozinha, porque eu não posso resolver as coisas sozinha, né? Aí foi que o pai dele entrou na história de novo pra poder ajudar ele. Eu falei "se você não tomar conta do seu filho, ele vai morrer, porque se a polícia não matar ele, os outros vai matar", né? Aí o pai dele entrou na história de novo, mas é assim: vai lá um dia "o pai vai cuidar de você", aí no outro dia vai bêbado e começa a xingar. Aí o pessoal do Conselho vão amanhã lá atrás dele de novo pra ver o que que ele vai fazer. Se ele vai levar o menino pra morar com ele ou se não eles vão ter que arrumar clínica pro menino. Clínica, não, FEBEM, mesmo. Porque eles falaram clínica pra não apavorar a gente, mas eu sei que meu filho não vai ficar numa clínica, vai por é lá na FEBEM.

Mesmo vivendo junto com o pai de seus filhos, Claudia enfrenta a dificuldade relacional existente entre pai e filhos, alegando que considera o companheiro um bom pai, porém os filhos não gostam de ser repreendidos por ele e sentem ciúmes do vínculo com o filho mais novo do casal.

Claudia: Passaram poucas e boas, mas ele é um bom pai pros meus filhos. Mas assim ele é um bom pai, só que os filhos não entendem, eles brigam muito, não entendem. Igual você viu, o Ivan não gosta dele, o Adriano também não muito. Ele pergunta "por quê?", porque tudo o que eles querem, de tudo, não passam mal, comem bem, "ai mãe, no fim de semana quero

comer isso”, eu dou um jeito, sabe? E ele também “ai, hoje vocês tem que comer alguma coisa diferente”, entendeu? Ele está ali, ele senta, ele dá conselho, ele conversa, mas nenhum quer entender o lado. Ele fala “não tem nada, não. Eu vou entregar tudo na mão de Deus, o que eu tô passando hoje eles vão passar também, porque eles vão ser pai. O mesmo tapa que um me deu no rosto, eles vão levar também dos filhos.” Eu não sei... olha, eu não sei, porque eles não gostam que o pai corrige. Todos eles acham...e... no meio dessa jogada todinha tem o Alexandre. Porque assim o Alexandre é o queridinho, o Alexandre tem tudo. É, porque o Alexandre é o mais novo. Eu falo “gente, da mesma forma que eu amo o Alexandre, eu amo vocês, não tem diferença nenhuma”. Mas acham que o Alexandre é o queridinho do papai e o queridinho da mamãe. É porque ele é pequenininho, ele... olha igual, uma coisa que os outros nunca fizeram e ele faz, ele se acorda é “bom dia mamãe, bom dia papai”. Ele sobe lá em cima e dá bom dia pra tartaruga, dá bom dia pra cachorra, dá bom dia pros gatos. Se eu tiver doente, deitada ele vem e passa a mão, ela fica... me abraça, me beija e fala “não fica assim, mamãe, a senhora vai ficar boa, viu? tá dodói, mas vai ficar boa”. Então, assim ele cativa coisa que os outros nunca fizeram. Tanto quando ele esperneia que quer alguma coisa, eu me viro e dou “tome”, “eu quero isso”, “tome”, por isso eles ficam chateados, mas eu falo “não, pra vocês não falta pão, vocês têm isso, têm aquilo”. “Se tá precisando de uma roupa, o pai de vocês vai no shopping e compra, coisa que ele não compra pra mim, compra pra vocês. O que mais vocês querem mais da vida?”... Aí fica aquele ciúmes, sabe? Nessa parte.

Por fim, diante do desafio de algumas das depoentes de se depararem como as únicas responsáveis pelo cuidado da casa e dos filhos pode ser destacado o orgulho de terem conseguido seguir em frente sem abandonar ou delegar a responsabilidade dos filhos a outro, bem como de tê-los educado e formado de acordo com os preceitos morais adequados para cada uma.

Daniela: Nenhum. Estudaram até oitava, sétima, quinta. Agora é que eles estão vendo que o estudo está fazendo falta, mas só que eu falo que agora é com eles, porque quando eles eram menores eu corria atrás e eles não quiseram. Agora vocês que têm que fazer a parte de vocês. Eu oriento, explico, e na vida a gente tem que estudar, ser honesto, o que é dos outros a gente tem que ver e fingir que não vê. Agora, o que é nosso, tem que cuidar e brigar pelo que é nosso... Com a graça de Deus Pai e glória do Senhor eu tenho nove filhos, não pegam nada de ninguém, não usam droga, não são traficantes, não viraram ladrão. Criei só eu e Deus,

mas estão todos aí, que... essa é a vantagem de morar numa comunidade e meus filhos não fazem essas coisas já é um privilégio muito grande, né?

Rede de suporte

Quando questionadas sobre a rede de suporte, as depoentes frisaram a dificuldade experimentada nos momentos de necessidade de apoio e quase todas responderam que não tem a quem recorrer. Apenas após um exercício de aprofundamento da memória foi possível lembrar pessoas que ofereceram e oferecem auxílio quando preciso. Contudo, cabe destacar que uma das circunstâncias percebidas nesse relato de inexistência, foi a substituição das relações de troca e solidariedade por relações mediadas pelo dinheiro. Outro fator importante foi a escassez e a fragilidade dos laços relacionais e de suporte. Parte das depoentes relatou obter auxílio dos membros da família: filhos mais velhos, irmãos, cunhadas, sogros, entre outros. Ademais, algumas depoentes mencionaram poder contar com amigas da vizinhança ou da igreja.

Ana: Difícil. Ninguém, a gente tem que se virar. Já catei papelão, já peguei meus filhos pra catar papelão, fazer bico... Os meninos, o Pedro trabalhou muito novo, tanto que eu fui parar lá no CRAS aquela época porque meu filho tava trabalhando na feira pra ajudar porque nessa época a renda era dele e do meu marido, porque o Josué era novinho e eu não podia trabalhar. Então, não tenho pra quem pedir, não. Hoje a gente tá trabalhando, a gente tá se sustentando, tá dando pra comer assim, o suficiente, do nosso jeito. Mas assim, hoje a gente... Já peguei ajuda na igreja, já tive que pegar cesta básica. Hoje já não preciso mais, porque como tô fazendo esses bicos já dá pra mim comprar, né? Mas a igreja me ajudou, a igreja católica com cesta básica. E na época que a firma faliu, esse aí foi apertado, a gente quase fica sem comer, mas aí os alunos da USP fizeram campanha de cesta básica e foi disso que a gente sobreviveu.

Suzana relatou obter suporte dos irmãos e da filha mais velha e, Daniela, apesar de mencionar grande dificuldade em receber ajuda de pessoas próximas ou de parentes, reforçou a importância da família quando esteve doente.

Daniela: É eu e Deus.... Eu tenho os filhos, converso com eles, mas cada um tem sua vida. Se eu precisar de ajuda pra ir no médico comigo, eles vão. Mas se quebra alguma coisa sou eu que pago o conserto. Se precisar de algo em casa a decisão é minha. Então, praticamente é eu e Deus. Eu sou a cabeça, a coluna da casa! Se eu faltar, a casa vai pro chão. Mas eu sou uma pessoa assim: eu gosto de todo mundo, eu sei que são minha família, mas eu sou mais assim no meu canto, entendeu? Não sou aquela pessoa que tá num final de semana na casa de uma irmã, outro final na casa da outra, não, eu sou reservada no meu local. Precizou de mim, eu ajudo, se eu precisar, eu vou buscar ajuda. Mas até agora é assim. Igual quando eu passei pela minha enfermidade, quando eu tive o câncer, eles me ajudaram, minha irmã e meu irmão. Me ajudaram financeiramente.

Suzana: Meu irmão, Daniel. O Daniel e o Luiz, né? O Luiz é o que tá doente. É, eu tenho 5 irmãos homens. Mas é eles dois, assim. E minha filha também, a mais velha. É, que tudo eu falo com ela, né?

Diferentemente de Suzana e Daniela, Claudia alegou ter muita dificuldade de contar com as irmãs, mas se contentou ao contar a história de amizade e afeto que mantém com uma pessoa da vizinhança, assim como Laura.

Claudia: Eu recorro pra uma grande amiga que ela é mais de que minha irmã. Raquel acho que é do Paraná. Paranaense, acho que é, ela não é paulista, não. A gente se conheceu na... quando eu estava grávida do Alexandre e ela da Iara, então é uma amizade de duas irmãs, que a gente se... nossa, tudo dela é eu, uma se apoia uma na outra. E todo dia ela me liga, ela trabalha lá no Anhangabaú, mas todo dia ela me liga. Já hoje mesmo ela me ligou “Claudia, tá tudo bem?” Quando não dá pra ela vir, às vezes eu ligo “Raquel tá em casa? Estou descendo aí pra gente conversar um pouco”. Então, nós duas se apoia uma na outra. Porque assim na verdade, a minha irmã não dá pra confiar, não. Então, eu prefiro confiar num estranho do que na própria família porque a família é ali, eles estão ali, estão te apoiando e quando você vira as costas mente, né? Da sua família! Estão te apoiando ali e quando vira as costas... então... E eu e ela não, nós é assim, uma se uma precisa uma da outra está ali, entendeu? Ela tem um carinho imenso por meus filhos, eu tenho um carinho imenso pelos dela, principalmente pela Iara. E assim a gente tem amizade sincera.

Laura: É, nós somos vizinhas desde o tempo que eu passei a morar lá. Então estamos lá até hoje, só que assim, devido ao tempo às vezes a gente fica um pouco distante porque não dá pra gente conversar. Mas nós somos vizinhas sim, se eu bater lá e disser que tô precisando de alguma coisa e ela puder me ajuda, eu tenho certeza que ela me ajuda. ... eu também admiro ela que criou 3 filhos sozinha. É uma mulher guerreira também.

Cilene também contou de forma positiva a experiência de se aproximar e conhecer as pessoas da vizinhança ao chegar a São Paulo e conferiu grande importância ao apoio fornecido pela vizinha quando adoeceu e seu filho mais novo ainda era bebê. O laço de amizade a apoio permanece até hoje e foi estendido aos filhos, sendo apontado como uma alternativa de suporte significativa.

Cilene: Eu fui conhecendo as pessoas. Tem uma mulher que mora aqui que eu conheço há muitos anos, a minha prima tem de pouco tempo, faz 3 anos que ela tá aqui. Tem a mãe da Lucia que foi minha vizinha que conheci quando eu cheguei, que quando eu precisei quando fiquei internada, as vezes que eu fiquei internada, que foi as várias vezes das minhas crises, quem... quando eu tive o Eduardo, que ele era bebê, ele tinha um mês e eu tive depressão pós-parto, então eu fiquei internada e quem cuidava do meu filhinho era a mãe dessa Lucia. Cuidava, dava de mama, ela deu de mama porque ela dava de mama pro filhinho dela também. Então, eu devo muito favor a ela, né? Gosto muito dela, da filha dela, quando ela me pede alguma coisa, a filha dela, né? Às vezes, eu não sei negar porque é uma pessoa que ajudou muito a gente, aí fica difícil a gente negar alguma coisa, né?

Para Elisa, a relação mais próxima de suporte também advém da vizinhança, no entanto, a ligação é mediada por trocas financeiras.

Elisa: Tem a mãe da minha amiga, né, é minha vizinha. E os vizinhos mais próximos. Meus filhos, graças a Deus, não ficam mais doentes. Então, geralmente eu não preciso. Quando eu saio à noite, eu pago a minha amiga para ficar com a Adriana. É isso. Sempre que eu quero viajar, eu viajo com eles. Minha vida é ótima hoje em dia. Meus filhos não ficam doentes, nem eu, então não preciso ficar incomodando ninguém nem pagando ninguém.

Além de amiga da vizinhança, a pessoa lembrada por Heloísa também é sua colega de igreja.

Heloísa: Pra Deus. Não tenho mais ninguém que me ajuda. Não, não tem porque, tipo assim, meu esposo ele é, pra casa, não deixa faltar as coisas nessa parte, mas em muitas partes tem só Deus, mesmo. Olha, pra falar a verdade, onde eu moro não tem ninguém parente meu que mora pra esses lados, ninguém. Agora, tem uma pessoa na minha igreja que é um amor de pessoa, não é porque é da igreja porque eu sei que tem pessoa da igreja que é pior que Lampião, mas essa é um amor. Às vezes a pessoa usa a bíblia pra mentir, pra roubar, pra ser falsa, enfim, tudo, mas essa pessoa é um amor de pessoa, ela sim porque hoje, mesmo você sendo vizinha nem todo mundo você pode deixar na sua casa, nem todo mundo porque tem muita coisa até com vizinho. Quando eu conheci meu marido, ele falou “eu não gosto de vizinho na minha casa nem de mulher minha na casa de vizinho” e antes de conhecer ele eu já era assim, nunca fui de ficar na casa de vizinho. Se você gosta do vizinho, não precisa ficar dentro da casa dele. Já aconteceu de mulher tomar o marido da outra. É verdade, tem acontecido muitas coisas absurdas! Então, essa pessoa, essa senhora é uma pessoa maravilhosa. Eu tenho quarenta e nove e ela vai fazer quarenta e oito ainda, ela tem sete filhos. Mas ela é um amor porque ela me dá muita força, ela me ajuda. Tanto que a gente é tão íntima, a gente trabalhava na feira, trabalhava vendendo pastel, enfim. Ela saiu porque ela estava ficando muito cansada, o marido dela bebe e não é fácil. Fica assistindo jogo até tarde, nem ir na feira buscar as coisas pertinho quer ir. Então, ela disse “não vou mais, eu me acabando e ele no bem bom”. Ela é uma vizinha que eu posso contar, se eu precisar de alguma coisa, eu pego com ela e se ela precisar, pega comigo. Tem pessoas que chegam pra você e se você tá meio caidinha, mas com umas palavras boas que você se sente bem, e ela é assim, sabe? O que eu preciso... Não só comigo, com todas as pessoas, até pessoas que precisam, estão na necessidade, ela ajuda.

De trocas solidárias às trocas econômicas

Daniela, Cilene e Elisa apresentaram a obtenção de ajuda condicionada pela oferta de dinheiro. A rede de suporte restrita e a mudança nas relações de troca e solidariedade foram evidenciadas nesses relatos como dificuldades atuais.

Cilene: Oh, vou falar a verdade, pra você. Aqui só funciona na base do dinheiro. Se você falar “vou te pagar 50”, que nem eu, dei 20, estou devendo 30, vou dar o dinheiro que eu receber. Se eu falar “eu pago você pra fazer faxina na minha casa”, faz, mas se não falar que eu pago, não faz... Então, é assim, tipo assim, só por interesse, né? Não pode contar. A outra eu não digo por que a outra tá grávida, né? A Irene. Tá grávida de 5 meses, aí então eu não tiro a razão dela de não ficar se esforçando muito, mas a minha prima só faz se pagar... Se eu não falar “eu pago”, ela não limpa. Ela pode ver a casa suja, ela não limpa! Às vezes recolhe assim uma roupa, se ver que vem chuva e eu não tô, ela recolhe uma roupa.

Para Daniela e Elisa que vivem em uma organização familiar monoparental, essa dificuldade pareceu ainda maior, pois na ausência de outro adulto para dividir as responsabilidades com a casa e com os filhos, a necessidade de pagar pela ajuda torna-se imperativa.

Daniela: Apesar que ajuda, ajuda mesmo, se eu tiver o dinheiro pra pagar eu tenho ajuda, se eu não tiver, eu não tenho ajuda. Eu mesmo que tenho que correr atrás. Financeiro, dinheiro. Porque hoje em dia tudo é dinheiro, né? Se você precisar que limpa uma casa, se você falar que eu dou dinheiro, vai aparecer um monte de gente. Se falar que tem uma coberta pra lavar e estou sem tempo, se você não tiver o dinheiro pra pagar, ninguém lava. Então... é tudo assim. Se quebrou alguma coisa sou eu que pago o conserto, se precisar de uma reforma, sou eu que faço, mando fazer a reforma, tudo sai do meu bolso.

Trabalho

O trabalho apareceu como uma questão central na história das depoentes. Considerando que são mulheres pobres, com baixa escolaridade e restritas a determinado espaço físico na cidade, decorrente da fixação em um bairro geralmente distante dos pólos dinâmicos da economia, do acesso a serviços e empregos, as opções de trabalho tornaram-se limitadas e precárias.

Ao longo dos primeiros tópicos foi possível verificar o histórico de trabalho infantil atrelado principalmente às tarefas domésticas, de costura, ao trabalho na feira e na roça. Ao se tornarem adultas e pela necessidade de sobreviver, muitas delas se viram abandonando o

sonho de uma profissão para atuar com as habilidades já desenvolvidas, como no caso de Laura.

Laura: Quando eu fui trabalhar como registrada, eu já ia fazer 19 anos. É, em casa de família. É, eu gosto. Não era bem aquilo o que eu queria, mas a gente tem que trabalhar feliz e tratar seu patrão direitinho. Ele não tem culpa de eu não ter estudado, então tem que trabalhar com amor. Antes eu tinha assim um desejo de ser enfermeira. Eu queria ser enfermeira, mas aí foi passando o tempo e eu vi que a enfermagem tinha que lidar com pacientes machucados. Então eu não tenho assim aquele... aquela.... coragem de encarar aquele paciente todo quebrado, sabe? Eles sofrendo ali, aí eu desisti.

A inserção no trabalho formal foi uma condição que apareceu pouco na história profissional das depoentes. Ana já teve vínculo empregatício, mas atualmente está desempregada e trabalhando informalmente como diarista, assim como Elisa. Laura e Heloísa estão inseridas formalmente no mercado de trabalho, uma como empregada doméstica e outra como ajudante de cozinha. Claudia, Daniela e Cilene são beneficiárias da Previdência Social por situações de adoecimento. Suzana parou de trabalhar para cuidar dos filhos mais novos e como renda, conta com a colaboração da filha mais velha e com os benefícios socioassistenciais, além de fazer "bicos" passando roupa para outras famílias.

De modo geral, as depoentes tiveram inúmeras experiências de trabalho e a maior parte delas foi em trabalhos precários que oferecem pouca ou nenhuma estabilidade e segurança de empregabilidade.

Elisa: Minha patroa começou a pagar meu INSS e desconta porque, por mim, eu não pago. Você acha, 90 reais, sendo que com 90 reais faltou o leite, eu vou comprar o leite, se faltou a mistura, vou lá comprar a mistura, não vou pagar o INSS. Ela falou “eu vou pagar porque você não vai pagar”. E eu vou na fé, na fé dos orixás. Graças a Deus eu não fico doente, então, não sei. Eu vivo na fé e é isso. Eu não fico, 10 anos que eu tô com a minha patroa e nunca fiquei doente, internada uma semana. Eu fico gripada, falo “tô meio gripada, posso ir amanhã?”, “amanhã eu já tô boa”, ou “posso ir de final de semana?”, “pode, tranquilo”. Entendeu? Então, é verdade, eu vivo da fé. Porque é só eu, por isso que eu não caso, tem pessoas que eu não vou poder contar. E se eu ficar doente? Será que a pessoa vai me sustentar, sustentar meus filhos? Não. Agora, se é eu, minhas patroas, se eu tô sozinha, elas vêem minha situação e falam “vou te ajudar”, elas falam “se precisar de alguma coisa, pode

ligar". Graças a Deus eu nunca preciso de nada. "Precisa de remédio? Não, tenho dinheiro pra comprar". Precisou pagar um taxi pra lá, agora eu tenho carro, mas antigamente eu nunca liguei pra elas reclamando, não sou vítima, não me faço de coitadinha. Elas sabem que se eu realmente precisar elas vão me ajudar, que realmente eu tô precisando, que não é qualquer coisinha que eu vou falar, "faltou o remédio da minha filha e é tanto, você pode comprar?", não, eu vou lá e compro. É isso.

Assim como Elisa, que conta com a colaboração das patroas para melhorar a sua condição de trabalho, tanto com a contribuição à Previdência Social, quanto em momentos em que precisa de dinheiro extra ou de troca de dias das atividades de trabalho por adoecimento, Cilene, Heloísa e Daniela também relataram relacionamentos de confiança e ajuda por parte dos patrões.

Heloísa: Pra ver que Deus é tão bom, eu moro na comunidade que chama Porto Seguro, vizinha de Paraisópolis e desde o começo a escola deles é particular porque Deus preparou uma pessoa pra pagar, minha patroa, minha ex-patroa que paga graças a Deus. E a gente não tinha casa, moradia, morava de aluguel e essa patroa minha comprou nossa casa. Minha patroa falou "não quero saber o preço, procura uma casa e traz aqui pra mim o preço", nossa, acho que eu nasci de novo de tanta alegria, foi Jesus que fez isso. Então, a gente comprou nossa casa lá, graças a Deus e foi começando.

Daniela: É, aí eu fiquei de aluguel. Ele foi embora pra Bahia e eu fiquei aqui em Paraisópolis. Pagava aluguel, trabalhava sempre em casa de família. Aí... Passou um tempo e a gente voltou, aí viajei com ele pra Bahia, fiquei uns dois meses lá. Voltei e consegui um emprego com a dona Rose, trabalhei um bom tempo lá... D. Rose foi uma patroa muito boa, foi ela que me ajudou a comprar minha casa, me emprestou o dinheiro pra comprar o terreno, depois me emprestou mais dinheiro para comprar o material. Fiz minha casinha e ... estou aí até hoje.

Essas relações de proximidade e solidariedade foram contadas apenas nas situações de trabalho em casas de família, que, mesmo sendo caracterizadas como condições informais e precárias na maior parte das vezes, se configuraram como possibilidade de apoio e colaboração para a concretização e manutenção de algumas necessidades básicas de vida das depoentes e suas famílias.

Elisa: É, eu comecei a trabalhar em casa de família. Eu nunca gostei de ser secretária, em salão de cabeleireiro, eu era meio bicho do mato, não falava com o público. Hoje em dia superei, falo com todo mundo, falo até demais, mas antigamente não, não falava nem oi pras pessoas. Eu sempre gostei de trabalhar sozinha. Mas da minha vida eu não reclamo porque as escolhas foram minhas. Pra uma pessoa que teve 4 filhos, eu não estudei, eu gosto da minha profissão, eu sou muito chata, gosto de trabalhar sozinha e ganho bem pra isso e faço meu horário. E outra, eu não gosto de compromisso. Se eu entrar numa firma, vou ter que acordar 6h30 da manhã pra entrar às 8h e sair às 17h. Pra mim é um horário enorme, eu não consigo. No meu serviço eu entro 9h ou 10h e saio 14h30, 15h, 16h, eu faço meu horário e sou só eu. Se eu fizer errado, fui eu, se fiz certo, fui eu, não tem fofoca. Eu gosto do que eu faço, tenho muitas amigas, amigas de todos os jeitos. De advogada até a mais favelada e me dou bem com todo mundo.

Contudo, ainda que tenham sido relatadas experiências positivas entre as depoentes e suas patroas, a lembrança de alguns episódios de humilhação revelou o sofrimento que as relações de trabalho e submissão podem gerar.

Heloísa: Minha irmã Joice, que tem 30 anos na casa dos outros, mesmo com todo sofrimento, esse ano de 2016 ela termina a faculdade, graças a Deus, mas com muito sofrimento. O patrão e a patroa dela, já sofreu tanto com eles. Sabe aquela patroa que não quer que você cresce? Não quer. E muita humilhação, muita coisa. É tanto que minha irmã fala assim, ela tem quarenta anos e é mais magra que você, se você olhar pra ela você não diz que ela tem essa idade. E ela fala assim “olha, eu tô terminando de me formar”, que é pra chefe de enfermagem, ela tá sempre estagiando, mas tem que adiantar as coisas na casa. Ela fala “eu não quero ninguém na minha vida, morrer trabalhando na casa dos outros e sendo humilhada, vai morar comigo pra ficar de olho em outras mulheres e depois de olho no que é meu depois de tantos anos de sofrimento, não quero!”. Eu sei que ela tem sofrido muito com essa família, muito. Tanto que a patroa falou assim que, Deus me perdoe, ninguém pode julgar ninguém, mas tenho certeza que ela quis dizer, disse “olha, tenho uma amiga que diz que empregada não tem nem que ter dente”, acredita? É muito forte. Minha irmã tem sofrido muito com eles, mas muitíssimo. Eu falo “você tá terminando a faculdade, Deus tá te ajudando, aguenta. Na hora certa Ele tira você daí”, eu mesma só faço orar. Toda vez que ela telefona ela fala, mas eu sei. Eu como cristã tenho só que orar, sabe. Na minha época não

tinha, mas hoje tem muito curso, tem tudo, só se a pessoa não quiser mesmo, hoje tem tudo mais fácil, mas como eu não estudei, agora não vou mais aprender, estudar, vou nada.

Claudia: A primeira empresa que eu entrei foi na Rodrigues, na época ela fazia Física³². Aí eu trabalhei um mês, né? Aí ela me mandou... não, trabalhei três meses, os três meses que eu juntei, aí ela me mandou embora. Porque naquela época, como eu tinha acabado de vir morar aqui, né? Então eu não tinha muito contato com ninguém, não tinha quem levasse o Maurício e a Andressa na creche, então todo dia eu entrava atrasada. Levantava cedo, ia na creche... eu entrava, naquela época, era às 7 horas, aí eu chegava e entrava 7:30, 7:40. Por mais que eu pagasse hora, mas a encarregada não entendia. Aí ela dizia “aí, Claudia, mas você tem que encontrar uma...”, eu dizia “é porque eu não conheço ninguém pra mim pagar, pra botar na perua”. Aí eles me mandaram embora na época. Aí eu peguei direitinho os direitos, tudo, aí eu juntei e paguei. Aí depois de um bom tempo, entrei em outra empresa, trabalhei quase cinco anos. Aí foi na época que ela me mandou, o Maurício tinha adoecido, aí eu peguei um atestado de uma semana, aí a firma não aceitou, falou que o funcionário era eu, não era ele. Aí eu fui lá até em Cajamar, aí a dona da empresa falou assim “olha, eu sei”, eu falei “olha, dona Dulce, o seguinte é esse, o menino tem 1 ano e pouco, não tem com quem eu deixo”, quase dois anos, era dois aninhos. A diferença dele pro Adriano é dois anos. E não tem com quem eu deixo, então ele tava internado, não podia deixar no hospital sozinho. E ela me disse “então, você não é minha funcionária mais” e eu estava grávida do outro. Aí eu fui explicar, né? Que eu tinha levado os papéis, tudo, já tinha feito até ultrassom, aí ela foi e falou assim “ah, mas eu não quero saber, que gravidez não é doença”, aí eu falei “tudo bem, dona Dulce, se pra senhora não é doença, mas pra justiça é”. Aí nisso eu coloquei, fiquei anos e anos, eles queriam me pagar uma merreca, meu advogado disse que eu tinha direito a indenização. Resumindo a história, a firma abriu falência, quando eu fui resolver, eu já tava trabalhando em outra empresa. Aí foi que o juiz liberou na época a conta nativa, depois veio fundo de garantia que deu 5 mil e pouco porque ficou muitos anos parado, então foi correndo juros. E o juiz liberou o seguro desemprego, eu trabalhando, mas ele me deu o direito. Mas só isso que eu consegui pegar até hoje.

As estratégias para o aumento da renda contaram com a inserção precoce dos filhos em trabalhos e com o auxílio de outros familiares. O trabalho dos filhos apareceu como

³² Empresa de limpeza do prédio da Física – USP.

alternativa não apenas nas ocasiões específicas de aquisição de produtos ou roupas para eles, mas também quando a renda do mês era insuficiente para garantir o sustento básico da família, assim como apresentado por Daniela que ia junto com os filhos trabalhar na feira.

Daniela: Teve um dia que o João ligou pra lá, me humilhou, aí minha patroa falou que era melhor eu escolher porque aquela vida não era vida pra mim. Eu precisava trabalhar, cuidar dos meus filhos. Além do João não me deixar dormir à noite, brigando, ainda atrapalhava meu serviço. Aí foi onde eu saí... Aí depois que eu separei dele já estava com a minha casinha, não precisava mais pagar aluguel, era minha, fui eu que comprei. Então... aí ficou melhor a situação. Mas quando ficava assim em casa, sem... faltando as coisas, eu levava as criança pra feira.

Para algumas mulheres, como Suzana, Daniela, Cilene e Laura, os irmãos e os sogros foram pessoas de referência que ofereceram ajuda financeira num momento de desemprego ou de insuficiência da renda.

Laura: É, muitas vezes a gente... às vezes quando eu mesma precisava, eu via que a coisa estava feia, fui umas duas ou três vezes na casa do meu sogro. Meu sogro era uma pessoa muito boa, sabe? Então ele falava pra mim que não era pra deixar isso acontecer, que se ele tivesse ele dividia. De dinheiro ou de alimentação, mesmo. Porque ele já tinha os problemas dele de saúde, já era uma pessoa de 85 anos.

Daniela, Claudia e Cilene contam, atualmente, com uma renda proveniente da Previdência Social por motivo de adoecimento. As três depoentes não relataram problemas para obterem tal direito, no entanto, no caso de Daniela há a necessidade de complementá-la com um trabalho informal como acompanhante de idosos.

Daniela: É, trabalhava por dia e tava morando com o José. Daí parei de trabalhar, aí meu irmão e minha irmã me ajudavam financeiramente e me dava todo mês um dinheirinho extra, para colaborar com alguma coisa, né? Em casa. Aí o José estava desempregado na época, só fazendo biquinhos... Aí... aí depois que fiz a cirurgia, que tava com um mês depois que tinha feito a cirurgia, aí fui correr atrás do benefício, aí recebo o BPC, de auxílio doença, né?

Carla: Atualmente você tem alguma atividade de trabalho?

Daniela: Praticamente estou ajudando uns senhores, mas assim, não é uma coisa fixa. É uma ajuda pra o meu custo de vida aumentar um pouquinho.

Já Claudia e Cilene contam também com a renda do companheiro para a manutenção da casa. O marido de Cilene é feirante, mas tem enfrentado grande dificuldade com uma doença nos membros inferiores. O marido de Claudia, por sua vez, trabalha como repositor em mercado atacadista. Nas duas histórias, os maridos fizeram planos de utilizar os direitos trabalhistas para melhorar a condição de moradia e de vida da família.

Cilene: Ele trabalhava lá no Carrefour de Osasco. Descarregava caminhão de melancia. Mas a firma mudou de lugar, pra longe e aí não dava pra ele ir e eles foram obrigados a mandar embora. E mandou. Só que foram no pau e aí demorou, demorou, demorou, pensava que não ia receber mais, mas até que saiu. E com o dinheiro a gente construiu aqui, compramos os móveis. E tem 10 mil na conta do Eduardo, mas esse dinheiro eu não penso em mexer, porque eu quero que quando ele tiver uns 15 anos ele possa fazer um curso, ele possa fazer alguma coisa útil, que seja útil pra ele, entendeu? Às vezes eu passo apuro mas não vou lá mexer, eu deixo que aquilo lá é pra ele, pra quando ele tiver uns 15, 16 anos e precisar, e ele usar, né?

De todas as depoentes, Suzana pareceu ser quem tem a situação financeira mais frágil, pois parou de trabalhar para cuidar dos filhos mais novos e se separou do companheiro que era o mantenedor da família. Atualmente conta com a pensão de aproximadamente trezentos reais e com o pequeno valor do "bico" que faz passando roupa para outras famílias. Ademais, sua filha mais velha a auxilia pagando algumas contas da casa. Tal restrição e dependência financeira foram contadas com sofrimento pela depoente, que precisa de diversos ajustes para conseguir dar conta de sustentar os três filhos adolescentes.

Suzana: Falta pagar 8 mil e pouco do apartamento. Porque quando eu tava com o pai dos meninos ele nunca pagou, né? Pagou uma ou duas prestação só, o resto... Como não tava no nome dele, ele nem se preocupou e como era só ele que trabalhava, né? Então... Ele: "ah! Não tá no meu nome também"... Então... Entendeu? Aí foi acumulando. E eu: "vamos pagar, Ari, vamos pagar!", que tá no meu nome, vai sujar meu nome. "Não, não suja não, eles quer receber, mas não suja, não". Eu mandava ele ir lá fazer acordo, mas ele não pagava, não adiantava, entendeu? Aí fui uma vez, fiz o acordo e ele não pagou, aí eu falei: "o que que adianta eu ir lá fazer acordo se você não vai pagar?" Então deixou assim mesmo, aí.... foi

isso que aconteceu, e eu tô fazendo isso: eu pago, aí sobra 100 real pra fazer a compra, né? Aí eu compro arroz, feijão, não dá pra comprar mistura porque você tem que comprar: arroz, feijão, açúcar, café, né? Só compro o necessário. Aí eu passo a roupa pra poder comprar mistura, entendeu?

Dos companheiros, apenas dois estão inseridos no mercado de trabalho formal, mas ainda assim apresentam situações precárias de emprego, como no caso de Beto, marido da Claudia, que recebe apenas o salário, sem contar com nenhum benefício trabalhista.

Claudia: Aí, eu conheci ele trabalhava ... é... fazendo entrega de frango, essas coisas. Então é o que eu lembro. Aí depois ele saiu, trabalhou um bom tempo, depois saiu e voltou de novo pro mesmo dono, depois saiu e entrou numa obra aqui na USP, aí ele foi, entrou aqui no Roldão e ficou um bom tempo. Trabalhar de repositor que paga mais. Só que é só o salário. Se você come lá dentro é descontado. Então você não tem uma cesta, não tem um ticket, não tem nada, é seco, entendeu? E nas outras empresas que entra, tem ticket refeição, cesta básica, tem é... tem vários benefícios. Então nem o salário família os meninos têm direito, porque eles não paga aí. E ele fala que quer trabalhar, pegar uma firma que tem direito, isso, isso. Ele falou que vai sair.

Moradia

A moradia também ganhou destaque nos depoimentos das mulheres. Em algumas situações, os laços de afeto e suporte estabelecidos a partir das relações de trabalho foram primordiais para a aquisição, reforma ou construção do local de moradia. Em outros casos, os familiares e as pessoas próximas atuaram como possibilitadores. A política pública de habitação se fez presente em algumas histórias.

Daniela e Heloísa contaram com a ajuda das patroas para comprar e construir a casa onde moram hoje. Cilene também contou com as relações de solidariedade, ao receber um cômodo de madeira comprado pela sogra e, aos poucos, o companheiro e ela reformaram e melhoraram as condições da casa que hoje é de alvenaria e tem três pavimentos.

Cilene: Aí nós tinha ido pro interior, pra Bilac, chegamos lá, não tinha serviço, minha sogra fez uma casa lá. Com o dinheiro da casa deu pra comprar um barraquinho caindo aos

pedaços aqui, aí voltamos. Aí ela deu um cômodo pra mim, um cômodo pra outra minha cunhada e um cômodo pra ela. Aí ele arrumou. Aí ele comprou guarda-roupa, comprou berço, comprou cama. Ela me deu fogão, bujão. Aí começamos. Aí... foi indo, foi indo, foi indo, aí tive o Sandro... Aí eu moro aqui há 27 anos, nesse mesmo lugarzinho. Não mudei daqui.

Elisa e Suzana compartilharam uma história parecida, quando com os filhos pequenos decidiram ocupar um espaço vazio para utilizar como moradia. No caso de Suzana, posteriormente, com o projeto de reurbanização, houve a troca do barraco por um apartamento popular. Elisa, no entanto, não teve a mesma possibilidade e se manteve morando em uma área de risco.

Suzana: Aí logo depois teve um rapaz lá que foi embora, abandonou o barraco dele, aí minha cunhada pegou o da frente. Pegou não, a prefeitura deu o da frente pra ela. Aí meu cunhado falou assim: “ah, Suzana, tem um barraco lá atrás que tá vazio”, né? “A mulher vai trazer outra pessoa, mas você... você conversa com ela, vai lá e conversa com ela”. Aí o que que eu fiz? Invadi o barraco e entrei. Aí invadi, entrei, arrumei uma cama, um fogãozinho de duas bocas, meu filho pulava tanto de alegria dentro do barraco! “Aí, agora nós vai ter uma casinha!”. Ele apanhava muito dos meus irmãos, porque era tudo pequeno, né? Aquele bando de criança pequena, brigava... E começou a pular de alegria e eu falei: “agora aqui vai ser nossa casa” e foi assim. A mulher veio e eu falei: “olha, senhora é que minha mãe me jogou pra fora”, até menti, né? “Minha mãe me pôs pra fora e eu tenho dois filhos e não tenho pra onde ir, aí meu cunhado me falou que tinha esse barraquinho e eu vim pra cá”. Ela: “não, tudo bem, pode ficar aí”, eu vou arrumar outro barraco pra essa outra família.

Elisa: Não, até a Juliana nascer eu morava com a minha mãe e depois eu fui pagar aluguel e aí eu ganhei um terreninho da prefeitura. Da prefeitura não, invadido e construí. Hoje eu moro na minha casa. É invadido, do lado do córrego, mas foi onde eu construí minha casa. Uma vez a prefeitura foi lá e falou que a gente tinha que sair porque era uma área invadida, mas aí juntou as famílias de lá. É uma demarcação, até tal casa podia, de lá pra cá não podia e nós avançamos, construímos 4 casas pra frente, mas nós falamos, se não for a gente, vão ser outras pessoas e é melhor a gente que já está. Aí meio que prometemos pra prefeitura que não íamos deixar ninguém construir na frente, tanto que ninguém ainda fez lá. Só que se

alguém chegar e começar a construir lá, a gente não pode falar nada. Vai falar o que? Não é seu, não é meu. Não tem como, mas até agora tá tranquilo.

Laura, apesar de morar em uma casa de alvenaria e em condições melhores, tem uma situação incerta. Assim que chegou a São Paulo foi morar com a irmã que era caseira dessa casa. Em determinado momento, a irmã mudou-se de cidade e Laura assumiu o posto de caseira, ou seja, cuida da preservação da casa em troca de moradia. No entanto, há alguns anos Laura tem se sentido ameaçada pelo proprietário que afirma querer vender o imóvel. Ela pretende ser inserida em algum programa habitacional.

Laura: Aquela história que eu contei, ela não conseguiu, a pessoa que foi lá ver não deu certo. Mas, assim, ela ainda continua com o desejo dela de vender. Ela quer vender, né? Mas assim, eu tô correndo, também, Carla. Eu tô pedindo a Deus que me dê uma direção pra eu conseguir minha casa própria tanto que eu preciso ver aqui na prefeitura como é que é, que eu fui na Caixa Econômica saber sobre o Minha Casa Minha Vida mas disseram que é aqui na prefeitura. E eu preciso, eu tô correndo atrás disso pra ver se eu conquisto isso, minha casa própria. Eu preciso da ajuda de vocês também pra ver se... se eu consigo... Só que minha sobrinha falou que pra conseguir Minha Casa Minha Vida, tem que ter um dinheiro guardado pra conseguir. Aí não sei.

Além de Suzana, Claudia e Ana também foram contempladas por programas habitacionais da Prefeitura da cidade de São Paulo. As duas fizeram parte de projetos de reurbanização e compraram as casas que moram hoje. Uma reside na comunidade de São Remo e a outra no Rio Pequeno, em casas de alvenaria com dois ou três pavimentos.

Ana: Eu trabalhava na USP. Então assim, eu morava no Jaguaré, aí a prefeitura tirou os barracos e deu indenização de 5 mil reais. Aí eu peguei, tive que trabalhar, juntar mais mil e comprei esse barraco por 6 mil. Então foi a prefeitura que deu a maior parte, a indenização de onde a gente morava, em cima do rio. Então aqui também é em cima do rio. A gente mora em área de risco, mas só tinha isso. É que área de risco que eles falam, é morar em cima do rio. Por exemplo, quando chove, a água fica entrando nas casas. Na minha não entrou ainda, nunca entrou. Na dos meus vizinhos já entra. Esse tipo de coisa.

Claudia: Curti a gravidez do Mauricio todinha na casa da minha sogra e quando o Mauricio tava com um mês de nascido, eu vim morar aqui na São Remo. Mudei aqui pra Avenida São

Remo. Minha sogra trocou, comprou um barraco grande, ela tinha bar, então eu vim morar pra tomar conta do bar. Aí quando foi a época a prefeitura liberou o dinheiro da gente e liberou o dinheiro dela, aí foi. Que era no dia que liberasse você tinha que procurar um lugar porque o carro, o trator vinha e derrubava. Aí a gente tava morando aqui e já tinha achado um barraco lá na época, aí foi que nós compremo aqui. Aí eu tive que trabalhar porque a Andressa pequena, o Mauricio também. Porque eu tinha, na época a prefeitura deu 2 mil e eu comprei aqui por 2500, então, eu peguei 500 reais emprestado pra pagar com mil de juros. Aí tinha, eu tinha que ralar, ralar, trabalhando, sabe? Eu comia ovo, eu pegava carcaça de frango e juntando dinheiro pra não pagar muitos juros, entendeu? Quando foi no decorrer de 3 meses eu dei o que? Dei 750, porque cada mês era 50, aí eu tinha que ir juntando. Aí a gente veio e compremo aqui, era bem pequenininho, era um barraco de madeira, aí veio morar minha cunhada com o marido, todo mundo aqui e tinha uma amiga minha que era a Lia, que a gente tinha se conhecido no sacolão do Jaguaré e veio todo mundo morar aqui. Aí depois ficou eu e Beto e as duas crianças. Assim, hoje, de tudo o que eu tenho, esse teto, eu agradeço a minha sogra porque eles que deram praticamente todo o dinheiro, pra gente de material, meu sogro construiu aqui, a gente não gastou com pedreiro, né? Então é assim, devo muito a eles porque se não fosse eles, eu ainda tava no barraco de madeira. Porque as condições não dá.

Religião

Todas as depoentes relataram pertencer a alguma religião. A maior parte delas é de vertente evangélica e mantém uma frequência assídua nos encontros religiosos. Em geral, as mulheres enfatizaram a importância da crença espiritual e do pertencimento à religião, reportando-se a Deus em vários momentos da entrevista e das trajetórias de vida.

Suzana: Todo dia. Quase todo dia. É, das 19h30 às 21h30. Porque eu tando na igreja, Deus tá cuidando dos meus filhos. Porque grandes livramentos Deus deu pros meus filhos, já! Pro Danilo, pro Felipe.

Daniela: A igreja eu vou dia de segunda, terça, sexta e domingo. Das 20h às 22h. De domingo é das 18h às 20h. Hoje mesmo a tarde, dia de quarta-feira, a Joana está louvando

na igreja. Ela só vai dia de quarta-feira a tarde e os outros dias da semana que eu vou a noite, ela e o Ricardo vão comigo.

Heloísa: Na verdade, às vezes eu fico um dia se não der pra ir, por exemplo quinta eu fui pra minha filha, fui fazer janta pra ela, passar muita roupa que tava acumulada, não deu tempo porque eu cheguei em casa mais de oito horas e eu não gosto de chegar assim, gosto de chegar sete, até sete e meia porque a gente vai orar, o culto termina nove e meia, nove e quarenta. Eu posso tá cansada, mas eu vou porque quando eu volto, eu volto renovada, volto até descansada. Eu vou que parece que não aguento nem chegar lá, mas quando eu volto até esqueci do cansaço. Então, eu me esforço porque Deus quer que a gente se esforce. Igual no trabalho, tenho meu trabalho e se me esforçar pra trabalhar, não tem como não receber. Deus também é a mesma coisa, a gente tem o dia todinho pra gente, tem que tirar um tempinho pra Ele.

As mulheres também atribuíram importância à função da igreja no cotidiano, relatando o fornecimento de auxílio em momentos de necessidade, as relações de amizade que foram constituídas nesse contexto e, de maneira mais ampla, a rede de suporte e referência estabelecida com essa instituição.

Cilene: Já me ajudou com cesta básica, já me ajudou bastante. Mas não é aquela cesta enorme, entendeu? É uma cesta com dois pacotes de arroz, dois óleos, dois de açúcar, dois pacotinhos pequenos de pó de café. Mas já ajuda.

Daniela: São como se fosse uma família, né? Porque estão lá na casa de Deus, estão para ajudar. Se a gente precisa de alguma coisa eles ajuda, se eles precisam de alguma coisa, a gente podendo, a gente também ajuda. Que eu precisei, só pra oração, mesmo. Mas às vezes, se Deus me dá possibilidade eu colaboro com alguém. Às vezes quando estou menos apertada que alguém tá precisando de alguma coisa aí eu ajudo com alimentos, mais alimentos, financeiro é muito difícil, mas quando precisa eles fazem uma reunião lá e aí colaboram.

Laura ressaltou o aspecto espiritual e o valor dos momentos de oração e reflexão que podem ser experimentados na igreja.

Laura: É um lugar que a gente recebe ajuda espiritualmente que às vezes a gente também tá fraca de espírito, de fortalecimento e é na casa do nosso pai que a gente encontra também consolo. Às vezes encontra uma irmã lá da igreja que também vai procurar ajudar, passa uma palavra de consolo, também e ali vai ajudando também, né Carla? Porque assim: onde tem dois, é melhor que um porque se um cair, o outro levanta. E um cai e não tem ninguém pra levantar. Mas é muito bom!

Apesar das referências diretas às graças de Deus em momentos distintos de todos os depoimentos, Elisa foi uma das depoentes que mais frisou a presença da crença e a atribuição aos orixás para os acontecimentos em sua vida.

Elisa: Apoio de fé, né? Acho que religião é maravilhosa, não te cobra nada das coisas do mundo, aceita todo mundo e não tem preconceito. Sei lá, eu tive várias provas que existe mesmo e que eles estão lado a lado comigo. São coisas inacreditáveis que acontecem que só por Deus e pelos orixás. Uma vez, estava desempregada, tinha que pagar um monte de dívidas e tinha comprado um perfume da Natura, só faltava o dinheiro da Natura. Falei “meu Deus, e agora? Como vou pagar a mulher?”. Na época eu recebia o Renda Mínima, fui no banco pegar o dinheiro e saiu 50 reais a mais, que era o dinheiro do perfume. Pra que prova maior que essa? Saiu só aquele dinheiro a mais. Eu conto pros outros e falam “até parece, aconteceu por acontecer”, pra mim não, foi uma coisa que eu pedi e aconteceu. Vai muito da fé, eu acredito.

Adoecimento

Daniela, Suzana e Cilene convivem com doenças severas que exigem cuidados regulares e contínuos. Daniela e Suzana foram diagnosticadas com câncer na bexiga e na mama, respectivamente, e atribuíram sofrimento intenso a esta condição. Ambas adjudicaram a Deus a melhora do quadro, e contaram sobre o acompanhamento em serviços de referência do Sistema Único de Saúde desde que a doença foi constatada.

Suzana: Tô, tô fazendo acompanhamento lá na Mooca. Vou lá acho que é em outubro ou setembro, eu vou lá fazer de novo, porque ela falou que tá com três centímetros. Mas graças a Deus já nem me preocupo mais porque sei que Deus já me curou, né? Mas eu fiquei mal.

Daniela: Na bexiga. Mas tive que tirar quatro órgãos: tirei a bexiga, o útero, o ovário e as trompas. Olha, por honra e glória do Senhor, foi até rápido! Foi, porque geralmente as pessoas falam assim que quando fazem quimioterapia fica mole, eu não senti nada disso. Eu ia fazer 16 sessões, mas... Deus foi tão maravilhoso que só fiz 6. Fiz duas vermelhas, que é a mais forte, e fiz quatro amarelas. Aí era para tomar seis meses de Glexane, duas por dia, porque eu criei um coágulo de sangue no pulmão, mas também Deus foi tão maravilhoso que eu nem cheguei a três meses, aí o médico parou. E daí agora só faço o complemento a cada seis meses.

Cilene, por sua vez, foi diagnosticada com Transtorno Afetivo Bipolar e contou as dificuldades vividas sobretudo nos primeiros anos de tratamento. Apesar de estar em acompanhamento regular e ter as crises controladas, Cilene cita o adoecimento como uma das maiores dificuldades que atravessou junto a família em períodos passados, especialmente por afetar diretamente o seu papel de mãe e a relação com os filhos.

Cilene: Era muito difícil, porque eu tinha as crises, aí eu saía puxando pau na rua, saía como louca, eu via bicho, eu... tacava pedra. E arrumava a bolsa e falava que ia embora... Ficava perturbada. Eu via bicho, via coisa que... Eu passava ali, alguém me chamava pra ir pro bar, eu ia tomar um copo de cerveja. E aquilo lá tudo se acarretava e eu ficava pior. Aí meu marido não aguentava e o que ele fazia? Ele ligava, o SAMU vinha, me buscava e me levava. Chegava lá amarrada, era injeção, era remédio. E o que eu mais sofria, era de ficar longe dos meus filhos. Aquilo me doía, de ficar longe dos meus filhos... Principalmente o Eduardo porque não pude ficar perto dele quando ele era bebê... Então... Acho que ele tem um pouco de ciúmes do irmão porque qualquer coisa ele fala “tudo pra você é o Sandro”, mas não é porque quis, que eu não pude ficar com ele, é porque não deu. Mas sei lá, ele não entende... Foi a maior dificuldade minha foi essa. Agora, graças a Deus, eu tô na glória! Eu tô bem, faço meus negócios de banco, tenho conta em banco, resolvo meus negócios, faço crediário, compro no cartão, faço isso, faço aquilo. Graças a Deus.

Daniela também atribuiu ao adoecimento uma de suas maiores dificuldades, apontando a preocupação em faltar para os filhos mais novos e com a gravidade da situação.

Daniela: Me sentir que sou útil para alguma coisa, né? Porque quando a gente passa por esses problemas que passei, já deixa a gente... tem hora que dá um branco assim que você

pensa, você se isola, você fica meio quietinha no seu canto... Então você fazendo algo dá a impressão que você é... dá impressão, não, na verdade você é útil pra alguma coisa então te dá mais ânimo pra viver. (...) Ai, tem hora que é difícil... tem hora que falo: "Ai, Senhor, eu não aceito, não" que não quero fazer outra cirurgia, não. Eu falo pra mim mesma que eu não vou fazer, mas estou na mão de Deus, né? Ele é que sabe. É difícil... porque daí você já pensa: "Caramba, ainda tem meus dois filhos pequenos que dependem de mim, mais uma cirurgia, e aí, como vai ser?"... Porque o problema não tá na cirurgia. Tá e não tá. O problema é na anestesia, né? Porque anestesia é uma coisa que você não pode fazer um teste antes de você tomar, tem que... e só Deus pra saber a reação, né? E é uma anestesia complicada. Uma cirurgia na cabeça é difícil, viu? Porque fica perto, mexe com a visão, mexe com o cérebro, mexe com o ouvido, com a boca, tudo. Aí é complicado, tem hora que por mais, mesmo que você não queira, dá assim...um pouco de medo.... E mesmo assim você fica perguntando, por que eu de novo? O que é que eu fiz? É... difícil.

Políticas públicas

As dificuldades na área da habitação, da educação, da saúde, da assistência social, da cultura e lazer foram amplamente apresentadas nos depoimentos, com maior ou menor consciência crítica das depoentes acerca da violação dos seus direitos, manifestando que as lacunas advindas do suporte social também não foram supridas pelo Estado, mesmo após uma longa história de necessidade de apoio pelos serviços públicos.

Uma das políticas públicas que pareceu ter sido mais efetiva nos depoimentos foi a política de habitação. Ana, Claudia, Daniela e Suzana foram contempladas com oportunidades de moradia em decorrência do Programa de Reurbanização de Favelas, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Habitação, cujo objetivo é transformar favelas e loteamentos irregulares em bairros propícios para moradia. Ainda assim, no caso de Suzana, a moradia apresenta-se como uma dificuldade pelo custo longitudinal e contínuo despendido.

Suzana: Eu já tinha feito o cadastro na favela. O pessoal da prefeitura passou e fez o cadastro, e eu já ia ganhar o apartamento de qualquer jeito. Aí fomos morar no apartamento. Mas muita dificuldade, falei: "meu Deus, como é que eu vou pagar o apartamento?". Mas Deus falou: "não, sou eu que tô te dando, eu vou te dar condições de você pagar", mas

mesmo assim tô devendo oito mil e pouco, né? Do apartamento. Aí me chamaram lá, aí eu fui lá e conversei: "moço, eu ganho 300 reais de pensão, tô desempregada, não tenho condições de pagar agora, assim que melhorar, eu venho aqui e a gente faz o acordo". Porque era para eu pagar uma velha e uma nova, e ia dar o que? Duzentos e pouco... eu ia comer o que? Né? Aí eu falei com ele, conversei e ele falou: "não, tá bom". Aí eu falei: "o que eu posso fazer é pagar os 57 que tá vindo agora, que é essas que tá vindo, as outras ficou pra trás". Aí eu tô fazendo isso: eu pago água, luz e o apartamento.

Laura, por sua vez, reside na condição de caseira na propriedade de um terceiro, a partir de uma relação de trabalho. Essa é uma preocupação atual da depoente que, apesar de estar se preparando para ingressar no Programa Minha Casa Minha Vida, tem enfrentado dificuldades para compreendê-lo e para acessá-lo. Em ambas histórias a questão financeira se configura como um obstáculo no acesso e utilização da política pública.

Já no campo da educação, a experiência relatada pelas depoentes pareceu mais exitosa, no que tange ao ingresso das crianças na educação básica, pois as mulheres avaliaram ter tido facilidade e agilidade na matrícula escolar. Ainda que ao longo da história, a maior parte delas não retornou aos estudos ou encontrou alguma dificuldade em se manter no trabalho por não ter quem cuidasse dos filhos, esses percalços não foram, em momento algum, atrelados à ausência de creches ou escolas próximas. Contrariamente, o que se vê no depoimento em relação à inserção nesses serviços é o contentamento das mulheres, que por terem conseguido acessá-los, não se permitem ao menos criticar o tempo de espera, mesmo mostrando-se inseguras e preocupadas com o que os filhos aprenderão e a vivência que terão na escola.

Suzana: Eles ficavam na creche. Tem uma creche lá... em baixo assim... perto do... onde a gente morava tinha uma creche e a Camila ficou ali e o Josias ficou lá atrás, na outra. Aí depois a Amanda também ficou na creche, todos eles iam para a creche porque eu precisava trabalhar, né? Aí eu chegava e depois eu pegava.

Laura: Olha, Carla, os meus filhos é assim... eu... eu me considero uma mulher vencedora, batalhadora... Não querendo ser melhor do que as outras! Mas assim, meus filhos cresceram mais na creche, ficaram na creche. Depois que chegaram na idade de 6 anos ficaram um

tempo na escola e aqui no Recanto Primavera ³³ e eu correndo, lidando com serviço e com meus filhos e procurando fazer as duas funções.

Claudia: Não, assim na creche eu fiz inscrição do Alexandre quando ele tava com 1 mês. Então foi chamado na faixa de quase 1 ano, foi uns 11 meses pra ele. Quando eu fui trabalhar ele tinha 10, depois de um mês, é nessa faixa, aí saiu a vaga dele que ele foi pra creche Maria Tereza. Aí depois ele ficou lá aí eles transferiram direto pra EMEI. Aí eu fui lá e fiz a matrícula, aí tem 2 aninhos que ele tá lá. Agora isso como agora mudou, que tem que entrar com 6 anos na escola, então esse é o último ano dele em EMEI.

Ana: Da creche? Não foi muito difícil, não. Eu fiz a inscrição e acho que em menos de 3 meses foi chamado. Não foi difícil.

Elisa: Todos eles eu consegui tudo, tanto da escola quanto da creche. Da Adriana demorou, mas não só eu, minha filha não é melhor que ninguém, ficou na fila de espera, mas entre o que o pessoal fala, não demorou tanto porque o pessoal entra depois de 9, 10 meses, 1 ano. Minha filha entrou com 9 e isso também porque virou o ano, como ela nasceu em maio, já era meio do ano. Ela nasceu em maio, era bebê, aquele ano ela não iria entrar. Então, tipo assim, foi fácil também, virou o ano e ela já conseguiu. Não posso reclamar.

Suzana relatou de forma clara e objetiva os problemas que a escola apresenta atualmente no trato com os estudantes, em especial, com os jovens e adolescentes, culminando na violação do direito à educação escolar.

Suzana: É. E a escola não entende, a escola quer saber que ela quer fazer, mas ela não quer fazer. Então, ela vai cabular com as meninas. Cabula. Agora, foi ontem. Ontem ela foi e era dia de física e ela não foi com o tênis e a mulher ligou lá pra mim: "Suzana, a Tatiana tá indo embora porque ela tá com cólica", mas é tudo mentira, era pra não fazer a educação física, "ela tá sentindo muita cólica e hoje é dia de educação física e ela não veio com tênis". Mas ela já não vai pra não fazer, entendeu? Aí ela veio embora ontem, mas hoje ela foi.

Laura abordou a questão da proximidade da escola dos filhos e o gasto que tem com a passagem de ônibus para que eles possam ir e voltar da escola. Mais uma vez o direito de

³³ Centro da Criança e do Adolescente.

estudar próximo ao local de moradia ou do transporte escolar gratuito foi violado, desencadeando a adoção de uma estratégia precária de trânsito pela cidade.

Laura: Não é perto, não. Porque eu pago vale transporte pros três. A Deise mais o Diego estuda lá no CIEJA do Butantã. Então usa o vale transporte, eu consegui fazer o bilhete escolar do Diego, agora. E o Leandro estuda aqui na escola do Adolfo Tripoli, que é na Vila Sônia, e a Débora consegue ir andando porque é lá no Paraisópolis. Fica puxado e às vezes o que acontece, eu falei assim, porque eu pagava perua pra trazer o Leandro da escola, mas aí eu vi que tava cansativo pra mim. Porque 110 reais só pro Leandro, fora os outros. Falei “não, Diego, tá puxado, vamos combinar uma coisa, vou tirar o Leandro da perua, vou tentar fazer o bilhete único escolar dele e assim, você leva ele na escola e eu vou buscar à tarde quando chegar do serviço.” Aí às vezes eu levo o Leandro a pé, ele não quer ir de ônibus, porque tem o bilhete escolar do Leandro. E assim às vezes eu aproveito o tempo do meu bilhete único do trabalho e vou e pego o Leandro na escola, entendeu? Aí melhorou um pouquinho. Ajudou, né? Quer dizer, nós, de 110, nós gasta 60, 70.

Na área da saúde as mulheres relataram a violação de direitos com maior percepção. Apesar da maior parte delas alegar não ter enfrentado problema para serem atendidas nas Unidades Básicas de Saúde de referência ou mesmo no Hospital Universitário da USP, muitos relatos revelam violações de direitos e dificuldades para resolver os problemas de saúde. Suzana, contou a dificuldade de iniciar o tratamento de saúde mental do filho, recebendo ajuda da coordenadora do Centro de Juventude para inseri-lo em um serviço-escola em outro município, o que ocasionou algumas dificuldades em relação ao deslocamento ao local de tratamento, fazendo com que Suzana reivindicasse por atendimento em um serviço próximo a sua residência.

Suzana: Era um hospital, uma clínica, clínica de faculdade não sei o que lá, os papéis estão lá em casa. Aí ela me levou lá. Ela falou “Suzana, vou conseguir uma consulta, você vai?”, falei “vou, mas como eu vou?”, ela falou “não, a gente vai te levar”. Ela me levou a primeira, me levou a segunda, me levou a terceira, aí chegou um tempo que eu falei “ó eu vou ver se eu consigo aqui mais perto pra ele, porque lá é muito longe”, né? Tá certo que a prefeitura pagava, mas toda vez eu ia ficar dependendo dela? Ela tem os compromissos, as coisas delas,

né? Aí foi que eu fui no postinho, pedi pra médica dele, falei "olha, eu preciso de uma psiquiatra, tal" e ela me encaminhou pra cá, né? Mas foi através da Ivana³⁴.

Os episódios de constrangimento e humilhação foram relacionados de forma contundente durante a utilização desta política pública. Suzana se lembrou de uma situação com o filho e Laura e Cilene, de fatos e cenas importantes experimentadas por elas.

Suzana: Não, porque a doutora não fala. O primeiro, o dia que eu fui pedir um diagnóstico pra ela, sabe o que ela falou pra mim? "Se você não parar seu filho, a polícia vai parar com um tiro". Foi isso que ela me respondeu. Aí eu fiquei assim, né? Eu falei "poxa, uma doutora falar uma coisa dessas pra mim?" "é, mãe, porque eu tenho um paciente que é igualzinho seu filho e... ele foi roubar ou tava dentro de um carro, não sei, e a polícia deu um tiro e ele ficou paraplégico", foi isso que ela me respondeu! Eu fiquei muito magoada naquele dia, fiquei triste, chateada, sabe? Porque eu falei assim: "eu sei que acontece isso, né?".

Laura: Isso, nós já estava se separando quando veio essa última gravidez que eu não queria. Só queria ter 2 filhos, na verdade. Mas às vezes a gente não tem dinheiro pra pagar e pelo governo, as coisas é mais demorada, então eu queria pagar mas não podia pagar a operação porque não tinha dinheiro, aí fui esperando, fui correndo, eles só queriam por DIU em mim, eu não queria colocar DIU, sabe? Aí o tempo foi passando, de repente veio a Débora.

Cilene: Depois eu engravidei do Eduardinho, aí eu fui num posto de saúde pra fazer exame, fiz exame, 3 exames de urina e dava negativo. A médica olhou pra minha cara com ar de deboche e falou assim "você está grávida só psicologicamente". Eu falei "tá bom", virei as costas, fui embora pra casa e nunca mais fui no médico. Passou o tempo e fui engordando, engordando, e eu comia e vomitava, comia e vomitava. Eu falei "eu tô grávida, eu vou catar todos os meus remédios, vou guardar e não vou tomar mais" quando eu tava de 3 meses. Aí amarrei numa sacolinha os remédios e guardei num baú no guarda-roupa e não tomei mais. Aí inteirou os 9 meses, aí meu outro filho viajou pra casa da vó dele numa sexta-feira, aí quando foi no sábado, meu marido ainda trabalhava nesse Carrefour lá em Osasco, aí ele saía de madrugada, 4h da manhã, aí ele saiu e eu fiquei deitada. Aí quando foi umas 8h da manhã, eu senti molhada, aí eu falei "ué, que estranho! eu não tenho urina solta", aí eu

³⁴ Coordenadora do Centro da Criança e do Adolescente que os filhos de Suzana frequentam.

levantei, peguei uma roupa, fui pro banheiro tomar banho, meu banheiro era lá fora ainda, que agora é aqui dentro. Aí fui, tomei banho, cacei meu cartão do posto, aí minha vizinha, ela não mora mais aqui, quem mora aqui é a filha dela, aí chamei ela e falei “neguinha, tá acontecendo isso e isso comigo”, ela falou “Cilene, tu tá grávida mesmo e tá pra ganhar neném!”. E eu não tinha um centavo, meu marido não tinha um centavo, como eu ia pra USP ou pra outro lugar? Aí passou, meu filho viajou na sexta, no sábado meu marido foi trabalhar e eu amanheci molhada, aí fui e tomei banho, me arrumei, falei com ela. Aí quando foi na terça-feira, eu esperei ainda até terça-feira! Aí quando foi na terça-feira eu falei “eu vou pegar o cartão e vou no posto, eles vão ter que me atender, que eu não tenho dinheiro pra ir pra outro lugar, eles vão ter que me atender!”. Aí fui e chamei a agente de saúde e falei “oh tá acontecendo isso e isso comigo e eu tenho que passar, se eu não passar e eu perder esse neném, se eu estiver grávida mesmo e perder esse neném, eu vou processar esse posto!”, aí ela ficou com medo, aí ela subiu lá e falou com o médico. Aí o médico “fala pra ela que só vou atender ela se ela estiver perdendo sangue”. Aí eu falei “eu não tô perdendo sangue, tô perdendo líquido”. Aí eu esperei ele atender todo mundo, subi e falei “eu vou subir e vou esperar, eu vou falar com esse médico”, subi e esperei ele atender todo mundo. Deu meio dia, 11h30 ele me atendeu. Aí ele falou “deita aí, mãe, pelo amor de Deus, fica deitada de lado, não fica de barriga pra cima, seu neném tá com pouco oxigênio lá dentro!”. Aí já desceu, chamou meus parentes, ligou pro Hospital Sara, pra ambulância, chegou a ambulância e eu fui lá ganhar meu filho e eles falaram que era psicológico. Graças a Deus mas ele não tem nenhum problema!

A previdência social também foi apontada nos depoimentos, sobretudo das mulheres atualmente beneficiárias. Daniela é beneficiária do Benefício de Prestação Continuada que, apesar de ser parte do quadro de benefícios da Assistência Social, o fundo monetário e o acompanhamento é realizado pela Previdência Social. A depoente não mencionou dificuldade para acessar o benefício e rapidamente passou a receber o valor delimitado.

Daniela: Vai fazer 5 anos em fevereiro que eu tive o câncer. Trabalhava por dia e tava morando com o José. Daí parei de trabalhar, aí meu irmão e minha irmã me ajudavam financeiramente e me dava todo mês um dinheirinho extra, para colaborar com alguma coisa, né? Em casa. Aí o José estava desempregado na época, só fazendo biquinhos... Aí... aí depois que fiz a cirurgia, que tava com um mês depois que tinha feito a cirurgia, aí fui correr atrás do benefício, aí recebo o BPC, de auxílio doença, né? Foi fácil. Eu já tinha conversado com a

assistente social do Hospital do Câncer, aqui na Dr. Arnaldo, tinha conversado com ela e ela já tinha me orientado, fui no INSS, levei todos os papeis. Na época que eu fui fazer, eu tava fazendo a quimioterapia, né? Então estava bastante abatida. Dei entrada num mês, no outro já recebi! Tenho o bilhete único que eu corri atrás também, né? O bilhete especial. Na época eu tinha pago uns três anos de INSS, só. Aí recebi o PIS. É, porque na verdade fazia anos que eu tinha esse PIS lá guardado e nunca tinha pego. E quando você não pega, o dinheiro fica pra alguém, não sei quem, fica perdido lá. Quando fiz a cirurgia, fui lá na Caixa e tinha na época uns duzentos e pouco.

Claudia não referiu problemas com a empresa contratante, mas teve que contratar um advogado para conseguir o acesso ao auxílio-doença e relatou constrangimento durante a consulta com o médico perito. O desrespeito e a humilhação apresentaram-se como violações do direito da depoente.

Claudia: Não, não. Até agora não, né? Porque assim por lei ainda sou funcionária dela, porque não deu baixa na carteira. Porque eu fiquei um ano sem receber do INSS e o médico não autorizava o meu direito, o benefício, aí eu arrumei um advogado e coloquei, entrei com ação e graças a Deus foi pouco tempo pra sair meus direitos, demorou 4 meses, foi rápido. Aí, mas isso aí não tinha nada a ver com a empresa, foi com o INSS. Então, o que que aconteceu? Eu fiquei... aí teve uma perícia agora em janeiro, não, teve uma em maio, não maio, foi em junho pra julho, tinha acabado de fazer essa cirurgia, foi na época que a USP entrou em greve, sabe? Então eu fiquei 15 dias com os pontos. Aí eu passei na perícia, aí o médico mandou eu aguardar em casa uma carta, eu falei “tomara que seja do meu benefício” porque eu fui ali na Paulista, não, na Paulista, não, no Anhangabaú num lugar lá que tem e a moça falou assim “olha, tem pedido de aposentadoria, seu CID dá direito”, falei “tomara Deus porque não aguento mais trabalhar”. Esse que eu passei, meu Deus, eu chorei porque estou com problema de depressão, né? Aí eu chorei. Tudo o que eu falava ele dizia assim “eu te perguntei?”, aí eu dizia “desculpa, doutor, tô falando por educação”, aí tudo o que ele perguntava eu respondia, né? Aí eu dizia ‘viu, doutor”, porque eu tinha passado com o doutor Silvio e ele perguntou assim “oh, Claudia, deixa eu perguntar uma coisa pra você: você vai fazer outra cirurgia?”, eu falei “olha, doutor Silvio, eu não sei porque eu não tive retorno, mas provavelmente eu vou ter. Eu não sei te dizer nem que sim nem que não, mas só no meu retorno. Porque nem consegui marcar porque o hospital tá em greve, se o senhor não estiver acreditando tá aqui o telefone e tem o site do hospital, pode entrar pro senhor ver que tá em greve mesmo”. Aí ele “não”. Aí quando eu passei com esse, eu tentei falar com ele, né?

Falei “olha, doutor” nem sei o nome do miserável, eu falei “o doutor Silvio quando eu passei com ele perguntou se eu ia fazer outra cirurgia, só que já tá marcada a minha cirurgia”, ele falou “eu te perguntei?”, eu falei “desculpa, tô falando por educação”. Aí tudo que eu falava ele dizia “te perguntei?” aí aquilo foi me dando um... comecei a chorar, eu falei “desculpa, tá doutor, que tô chorando porque tô com problema de depressão e não tomei meu antidepressivo”, “qual remédio você toma?” aí ele marcou lá, “pra dormir eu tomo dois, tomo Diazepan e outro e tomo Fluoxetina de dia pra acalmar o meu nervo”, aí ele foi e falou assim “olha, tá tudo bem”, aí eu falei “doutor, deixa eu perguntar uma coisa pro senhor, eu vou continuar recebendo meu benefício?”, porque é nosso direito perguntar, né, ele é perito. Aí ele falou assim “eu te perguntei alguma coisa? Essa resposta não posso te dar”. Aí eu “desculpa”. “Se daqui a trinta dias não chegar uma carta na sua casa, você vai no INSS e busca, vai pegar o seu resultado”, aí eu virei e falei assim “mas eu posso em qualquer agência, doutor?”, ele “qual é o lugar que você faz o tratamento?”, falei “aqui na vila Maria”, “então, tem que ser aqui”. Falei “obrigada e desculpa de novo”. Falei que “Nossa Senhora Aparecida te ilumine e te proteja e que Jesus siga seus caminhos”.

IV. A relação com os direitos socioassistenciais: o desencontro com a cidadania

Como visto no item anterior, a relação das depoentes com as políticas públicas apresenta lacunas e violações de direitos. As mulheres e suas famílias nem sempre reconhecem tais condições e acabam por desenvolver estratégias para lidar com a precariedade no acesso e utilização dos programas e das políticas. No campo da assistência social esse cenário não é diferente. A maioria das depoentes teve o primeiro contato com a política num cadastramento para benefícios e programas de transferência de renda realizados em algum serviço de referência do território, e algumas conheceram o CRAS após a abordagem do filho(a) em situação de trabalho infantil. A história evidencia a relação das mulheres com o CRAS restrita à participação no grupo coordenado pelo METUIA e a inclusão nos Programas de Transferência de Renda. Já com os filhos, a frequência nos Centros da Criança e do Adolescente e nos Centros da Juventude promoveram maior aproximação e contato com a política.

Algumas depoentes relataram serem usuárias da Política de Assistência Social bem antes do primeiro contato com o CRAS. Nesses casos o exercício da política pública se deu na

data da inclusão nos benefícios socioassistenciais e programas de transferência de renda, como no caso de Claudia, por exemplo. Em outras histórias, o contato e o exercício da política de Assistência Social ocorreu com a inserção das crianças e adolescentes da família nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, nomeados na cidade de São Paulo como CCA e CJ.

Laura: É, pra você ver que foi através do CJ que eu me deparei aqui com vocês, que a diretora do CJ disse “não, Laura, nós vamos procurar alguém pra te ajudar porque lá vai te ajudar porque tem assistente social, tem a psicóloga que vai acompanhando, que vai fazer acompanhamento com você”. Então eu vim.

Daniela, Suzana, Claudia e Ana tiveram o primeiro contato com o CRAS após abordagem dos filhos em situação de trabalho infantil.

Daniela: Na feira livre. Eu ia na feira da Consolação, uma feira que tinha aqui perto do hospital, eu ia numa feira no estádio e levava a criançada comigo. E foi numa dessas feiras do estádio que a prefeitura me viu levando as crianças e pegou meu nome e o nome das crianças, meus dados e foi quando eu conheci o CRAS. Faz uns quatro anos. Mais ou menos isso que conheço vocês.

Suzana: Aí depois que eu vim pra cá foi pela, agora que eu lembrei... Que eles pegaram o Danilo na feira trabalhando, na feira olhando carro, aí a mulher foi lá, aí foi que eu vim pra cá, aí fiquei aqui mesmo. Porque ela falou “não, tem um negócio de um tal de PETI lá”, e aí eu não recebia esse PETI e os meninos “ah mulher só enganou a senhora, eu vou trabalhar sim”, porque eles falou “a mulher enganou a senhora e a senhora não ganhou nada”. Eles falando: “mãe, cadê meu dinheiro?”, “que dinheiro, filho?” “não recebe, não?”, eu falei “não, Danilo, que...”, “mas aquela mulher falou a senhora ia receber se eu não tivesse trabalhando na feira, agora vou trabalhar, sim”. Que ele ganhava 50, 60 reais na feira, né? E ele juntava pra comprar as roupinhas dele, que ele queria sapato, roupa. E o pai só dá 300 reais, mas 300 reais não dá pra comprar nada, né? Então ele ia pra feira pra poder comprar as roupinhas dele. Aí então foi que eu consegui vim pra cá e fiquei. Aí tô até hoje.

Claudia: Não, foi assim, olha, eles pegaram o Adriano trabalhando na feira, entendeu? Aqui de sábado. Aí pegaram todos os dados, aí eu fui chamada pela assistente social e ela me perguntou se eu tava explorando ele, aí eu falei “não, eu tô dormindo e ele se levanta e vai

pra feira". Isso era no sábado. Pegaram ele trabalhando, olhando os carros. Então o que que acontece? Aí ela me chamou, foi na época que eu recebia só a Renda Mínima, aí ela disse "você vai ter que fazer um curso", aí fiz Bolsa Família, aí eu falei "ah, tudo bem" aí comecei a participar.

A dificuldade das mulheres e suas famílias para conseguir orientações acerca do funcionamento e da matrícula nos serviços acarretaram e ainda se constituem como barreiras concretas de acesso aos CCAs e CJs. Tal problema foi revelado nos depoimentos de Daniela e Suzana. Ademais, a escassez de vagas mencionada por uma dessas mulheres, atinge atualmente Elisa, que apesar de reconhecer que a filha está próxima da idade recomendada para inscrição no CCA, demonstrou incerteza em relação à possibilidade de acesso ao serviço durante seu período de trabalho.

Daniela: Porque ainda não consegui vaga. Não procurei também. Tem artesanato pra eles fazer, tem futebol também, tem computação. Tem o Einstein também que tem aquele programa que as criançada vão pra lá. Eu tenho que me informar melhor. Se a gente for lá tentar conseguir uma vaga, eu creio que consegue.

Suzana: Não, nenhum deles três ia. Aí eu vim aqui na prefeitura porque eu já tinha feito várias inscrições desde quando eu tava com o pai deles. Eu ia lá, fazia inscrição, mas nunca chamavam. Passava gente na minha frente, mas por quê? Porque eu não ficava em cima, né? Não ia nas reuniões, não sabia... E passava um monte de gente que conseguia e eu não. Aí eu vim aqui. Aqui não, lá na prefeitura aí falei "olha, eu preciso de uma demanda, porque eu quero trabalhar e eu tenho 3 crianças e preciso por no CJ e lá tem vaga e eu quero uma demanda!", aí fui lá, ela me deu e no outro dia eles tavam lá, começou.

Carla: Demanda é o que?

Suzana: É uma.... um... Uma demanda é assim: é um papel que eles me dá e eu vou lá e consigo a vaga. É tipo assim, eles manda lá, entendeu? É uma demanda. Aí eu falei "eu preciso de uma demanda pra por meus filhos no CJ" e aí, no outro dia, eles começaram. Só que assim, nenhum dos três aproveitaram, né? Porque Tatiana ia e não gostava porque o negócio dela é rua, ela gosta de rua.

Elisa: Meus filhos todos ficaram na creche e da creche foi pro CJ e pro EMEI e pro CJ. A Adriana tá na idade de frequentar o CJ agora, esse ano ela não frequenta porque ela tem 6

anos, mas ano que vem eu já posso fazer a matrícula dela que... ah, sei lá, eu consigo. Acontece alguma coisa lá que eu consigo, alguma coisa que a gente não entende direito, mas eu consigo. Eu não me preocupo, se eu não conseguir, também, tenho que me virar pra pagar alguém pra cuidar dela no período maior de escola.

Os filhos de Suzana, Cilene e Claudia frequentam atualmente o CCA e o CJ. Já os filhos de Heloísa que recebem auxílio de sua ex-patroa para estudarem em escola particular, não frequentam regularmente o CCA nem o CJ, no entanto, tiveram oportunidade de participar de um projeto específico de capacitação e formação para o trabalho dentro do CCA que a mãe trabalha.

Heloísa: Meus filhos eu pus lá, mas não por muito tempo, pra fazer o curso Rumo ao Trabalho porque eles pediram e gostaram muito dos meus filhos. Deus é tão maravilhoso que eles fizeram o curso e passaram, teve a formatura, arrumei eles bonitinhos, fui também pra formatura, eles passaram que é Rumo ao Trabalho, que pra trabalhar tinha que ser quatro horas, Jovem Aprendiz, não pode ser mais do que isso. Estão com diploma em casa, a Lia já entregou uns currículos porque precisa trabalhar que tá pesado em casa. Por que tá pesado em casa? Porque eu preciso ajudar minha mãe, entendeu? Então, eles fizeram o curso, minha patroa ficou muito feliz, a Lia ficou pra... O Rodolfo tinha treze ainda, fez quatorze agora, o chefe deixou o Rodolfo fazer porque tem que fazer o curso com pelo menos quatorze, mas mesmo assim eles encaixaram os dois, graças a Deus. Aí, eles passaram os dois e a Lia pegou, eles colocaram pra estagiar na Nota Fiscal Paulista, e a Lia, mesmo sem experiência, ela fez mil e quatrocentas Nota Fiscal Paulista, ela conseguiu. Então, minha patroa ficou muito, muito feliz, ela nunca tinha feito, ela conseguiu muito rápido porque tem a quantidade que eles querem de nota fiscal prontinha. Ela entrava às duas até as oito. Lá dentro mesmo, que tem essa parte que tem tudo pro jovem. Tem jovem que vai direto pro trabalho. A Lia, mesmo, foi no Mambo, mas lá só pode entrar com dezesseis, mas eu falei pra ela “tenha calma porque na hora certa você vai ter seu trabalho, se Deus quiser”.

Os benefícios socioassistenciais e os programas de transferência de renda aparecem com frequência no relato das depoentes. Os beneficiários variam entre as mulheres – Renda Mínima e Programa Bolsa Família - e os jovens, inclusos no Ação Jovem.

Laura: Eu procuro não pedir porque o Jorge ele pega... como eu falei pra você, tá na hora de trabalhar porque você não vai viver com 80 reais a vida inteira. Então ele pega o Ação Jovem dele, a Deise também pega o Ação Jovem dela, mas a Deise é uma menina esperta, de fim de semana ela vai trabalhar, como eu te falei, né? Então ela consegue comprar mais coisa que ele.

Suzana: Recebia, recebia 190, quase 200 reais de Renda Mínima. Mas como o Felipe começou a aparecer com esse problema, ele faltava muito, não é que ele faltava, ele ia pra escola mas eu tinha que ir lá buscar, então as outra professoras marcavam falta pra ele, então eu perdi, entendeu? Então eu perdi. Aí ela falou "você vai ter direito só depois de dois anos". Aí fui fazendo cadastro, cadastro, cadastro, vinha aqui e fazia, vinha aqui e ia fazendo e agora eu consegui receber de novo.

A instabilidade acerca do recebimento do valor referente aos programas de transferência de renda também foi uma constante no depoimento das mulheres. Várias delas apresentam dificuldades para entender os critérios de inclusão e recebimento e não parecem receber informações suficientes capazes de sanar as dúvidas. Ademais, mencionaram a falta que faz deixar de receber o valor referido.

Elisa: Recebo o Bolsa Família. Ah, ajuda. Se bem que assim, é dinheiro que você não pode contar. Conta, mas não conta. Se meu filho falta, daí eles não dão, se falta muito na escola eles não dão. Aí falam “tem que resolver, vai no CRAS resolver pra atualizar”, aí fica 1 ou 2 meses sem receber e volta. Ou eles cortam do nada, bloqueiam e depois de um tempo vai lá, faz o cadastro novo e eles mandam de novo.

Daniela: Não, na época...deixa eu ver... eu recebia o Bolsa Família. Na verdade, eu parei de receber o Bolsa Família porque as crianças estavam sem querer ir pra escola e aí depois eu comecei a receber o BPC e não podia mais, porque teria que ter um salário a menos. (...) Eu mesma fiz a inscrição, porque eles passaram fazendo cadastro na porta. Na porta de casa. Aí eu fiz ... aí depois eu fui refazer de novo e não consegui mais.

Cilene: Porque eu fui na prefeitura e eu vi lá as mulheres falando de Bolsa Família, falei “que isso, todo mundo recebe bolsa familia e eu não posso?”. Aí eu acho injusto, não comigo, com ele, eu tenho dó dele, né? Ele falava “mãe, mas se eu tivesse esse dinheiro, eu

fazia isso, fazia aquilo”. Aí eu fico com dó dele. Porque eu tenho o meu, mas o meu às vezes não dá pra tirar 50 reais e dar pra ele, entendeu? Aí... aí depois teve aquela reunião, né? Tinha aquelas reunião e me puseram no meio pra participar da reunião dizendo que o menino ia receber o dinheiro. Aí um belo dia eu vou lá, acabou as reuniões, eu vou lá e a moça falou “não, porque a senhora recebe esse dinheiro e dividido em 3 não tem direito”. E eu falei “ah, meu Deus do céu!”.

Claudia: Esse benefício que era o Renda Mínima eu já pegava, pegava o Renda Mínima, pegava o Bolsa Família. O Bolsa Família teve uma época que eles cortaram porque achou que eu, desempregada, que eu recebia mais 2 salários mínimos. Eu não consegui comprovar porque tava eu e Beto, mas ele tava trabalhando e eu tava desempregada, nem com a carteira eu consegui comprovar aí fiquei só com o Renda Mínima. Foi na época da Marta³⁵, quando a Marta ela se candidatou pra prefeita e ganhou. O Lula junto com ela fez esse projeto do Bolsa Família, do auxílio gás, um monte de projeto, então eu fui beneficiada pelo Renda Mínima. Quem fez o cadastro do Bolsa Família na época passaram. Do Bolsa Família foi. E o Renda Mínima, não. A gente foi na escola, me lembro como se fosse hoje, no Rio Pequeno, que a gente foi fazer e eu tava até grávida do Adriano. Grávida não, acho que ele era bebezinho, alguma coisa assim. Aí demorou muito, chegou o cartão do Renda Mínima, depois fizemos na porta o Bolsa Família e eu comecei a receber aquele lá, o Renda Cidadã também. Aí agora só estou com o Renda Cidadã e o Bolsa Família. Tô recebendo porque eu fiz o cadastro ano passado, não, esse ano, foi no comecinho aqui no Circo Escola. Mas se eu não tivesse tirado o pai deles, eu não tinha conseguido receber o salário. Então, eu excluí ele aí como eles pediram o documento dos outros dois mais velhos e não estavam em casa, que na verdade o Mauricio não tava morando aqui comigo, estava morando na casa da Maria, então o que eu fiz? Eu tive que excluir dois e aí abaixou.

Heloísa: Não, daqui é assim, o Bolsa Família, eu não sei se é por causa que o... Da escola de meus filhos. Eu sempre tenho vindo aqui e sai lá na máquina que as crianças faltaram na escola desde novembro, dezembro, não, desde outubro. Nossa, Carla, você acredita no que eu tô falando pra você, não acredita? Eu tô imaginando sabe o que? Que a escola deles é particular e pensa que eu sou rica? Eu já falei que não sou rica. Mas quem sabe vê que a escola é Morumbi e pensa que eu sou Morumbi, eu não sou, sou da favela, entendeu? Só pode

³⁵ Marta Suplicy.

ser, Carla. Meus filhos só faltam se estiverem doentes porque se mandar doente, eles manda devolver pra casa ou se não tem escola, mas faltar assim eles não faltam.

As depoentes enfatizaram a importância do valor do benefício no orçamento familiar.

Claudia: Ajuda, ajuda pra caramba. Porque assim eu fiz acordo na Eletropaulo e então eu pago com esse dinheiro. Dá pra mim comprar Danone essas coisas pra eles, e bolacha. Dá pra pagar o... que é 32 que eu pago o benefício da energia e pago, dá pra comprar as coisinhas pra eles, entendeu? Aí me ajuda pra caramba, se não fosse isso.

Sobre o atendimento que receberam/recebem no CRAS e a relação com o serviço, as depoentes destacaram principalmente a experiência com o grupo coordenado pela equipe de terapia ocupacional, do qual são ou foram participantes ativas. O período longitudinal do grupo e o formato de acompanhamento individual e familiar que se praticava concomitantemente foi apontado como um dos motivos para compreender a marca deixada em algumas depoentes.

Laura: Mudou bastante, me ajudou bastante porque vocês me ajudaram a arrumar curso pro Diego, pra Deise. Também teve um tempo que eles perderam a vaga na escola por falta, foi vocês que me ajudaram a correr atrás, a conquistar a escola de volta. Então, vocês me ajudaram muito.

Daniela: O CRAS me ajudou bastante porque às vezes quando estou com um problema, sem saber pra onde eu vou buscar ajuda, aí no grupo eu consigo conversar com a Léa³⁶, com você mesma, e vocês me orientam o que eu posso fazer, com quem a gente deve conversar. Sem contar que fazendo esse curso, a gente tem uma renda que a gente consegue em casa mesmo ganhar um dinheirinho extra. Aprender a fazer mais coisa além daquilo que a gente sabe, ou trocar, né? Assim eu sei algo, eu explico pra outra e aprendo novas coisas. Muito bom! Aí... às vezes, como eu mesmo quando eu tenho problema com o Ricardo na escola, foi comigo pra conversar lá no Conselho Tutelar, entendeu? Então, ajudou bastante.

³⁶ Docente do Curso de Terapia Ocupacional pertencente ao Departamento de Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Uma das coordenadoras do grupo socioassistencial.

Suzana: Ah, ajudou bastante! Ajudou muito. Porque na época que eu vim pra cá, eu tava desorientada, desorientada. Tinha acabado de separar, a cabeça tava aqui, né? Não sabia nem o que eu fazia. Aí cheguei aqui e comecei a fazer o grupo, fui abrindo a minha mente, fui... passeava, tinha um monte de coisa legal e falei "não, é aqui mesmo que eu vou, né? me empenhar". Aí fui. E assim fui levantando meu astral e até hoje tô assim, né? Mas foi muito bom, o Sinhazinha³⁷ também me ajudou bastante.

Os trechos selecionados a respeito da trajetória de vida das depoentes pretendem disparar, como pontos iniciais, uma reflexão mais alongada, aprofundada e dialogada com autores e estudiosos da área e com a pesquisadora. Trata-se de um momento de dedicação para leitura do material produzido nos encontros, os quais depoentes e pesquisadora puderam se aproximar da problemática e se sensibilizar para as próximas discussões.

³⁷ Centro da Criança e do Adolescente.

7. Discussão

Uma lembrança é diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, seria uma imagem fugidia. O sentimento também precisa acompanhá-la para que não seja uma repetição do estado antigo mas uma reaparição. (BOSI, 1979, p.39)

Ao longo dos depoimentos e dos itens apresentados, as depoentes narraram as dificuldades vividas em distintas fases da vida sob diferentes ângulos. Ao trilharem junto com a pesquisadora estas memórias, as mulheres puderam expressar claramente as questões e situações cujo enfrentamento exigiu ou ainda exige delas e de suas famílias maior empenho e mobilização, contando tanto com o auxílio da rede de suporte quanto com as políticas públicas, ou mesmo, em alguns casos mais problemáticos, sem contar com ninguém. Tais relatos revelam, de certa maneira, as várias facetas do que pode ser compreendido como condição de vulnerabilidade. Nesse sentido, este último capítulo será dedicado a uma análise mais detalhada de alguns pontos nos quais os depoimentos foram agrupados com o objetivo de aprofundar a discussão sobre as dificuldades apresentadas pelas mulheres e suas famílias. Não se trata de esgotar as leituras e interpretações possíveis sobre todas as dificuldades relatadas nos depoimentos, mas de refletir sobre pontos que parecem fundamentais para a compreensão da história e da condição de vida das mulheres e de suas famílias.

Nesta etapa da interpretação almeja-se, portanto, estabelecer um diálogo entre os pontos-de-vista das depoentes, da pesquisadora e dos autores e estudiosos do tema. Como afirma Gonçalves Filho (2005, p.18), o trabalho de interpretação envolve “confrontar a lembrança e a discussão do depoente com nossa própria lembrança e discussão do fenômeno, confrontando-as também com autores eventualmente devotados ao assunto”, pois assim “estaremos todos autorizados, cada qual de sua perspectiva, para a interrogação e significação de um fenômeno que implicará a comunicação de uma perspectiva com as demais”.

Os depoimentos marcaram dificuldades experimentadas ao longo da vida das mulheres, indicando uma trajetória que resultou no modo de vida atual das depoentes e de suas famílias. A tônica dos relatos destacou as preocupações atreladas ao papel de mãe e à luta cotidiana que enfrentam para educar, orientar, sustentar e estar junto aos filhos, principalmente daqueles que se encontram na fase da infância e da adolescência.

Suzana afirmou a dificuldade enfrentada por ela e pelos filhos em decorrência da separação conjugal e da consequente organização monoparental. Evidenciou o sofrimento

gerado pela separação e a sobrecarga que tem experimentado no cuidado de três filhos adolescentes que demandam intensivamente apoio e atenção. Claudia e Laura ressaltaram as dificuldades com os filhos, frisando o desinteresse deles em frequentar a escola e estudar, estimando a importância da formação escolar para a almejada mudança na qualidade de vida dos filhos.

Daniela e Cilene lembraram-se dos episódios de adoecimento, nos quais Daniela enfatizou não só os sentimentos de dúvida e aflição experimentados após o diagnóstico como também o medo da morte vivido por toda a família. Ela ressaltou a preocupação em faltar para os filhos, deixando-os desamparados. Cilene também incluiu o filho ao relatar seu período mais crítico de crises e descompensação da doença. Lembrar-se da fala do filho e do tratamento psiquiátrico foi um momento de muita emoção durante o depoimento. Além disso, Cilene destacou o cumprimento de pena prisional atualmente vivida pelo filho mais velho e o sofrimento dela e de toda a família em decorrência deste fato.

Claudia apontou a dificuldade relacional com os filhos que parecem não dar valor à oportunidade de estudo e formação ofertada pelos pais, demonstrando certo desinteresse por projetos de vida melhores e pela expectativa depositada pelos genitores após tanto esforço para a educação dos filhos. Do mesmo modo, as amizades dos filhos e o uso de drogas apareceram como preocupações constantes e difíceis de lidar, tanto para Claudia quanto para Elisa e Heloísa, gerando desconfiança e maior distanciamento e conflito na relação entre pais, mães e filhos.

Ana se lembrou do período de desemprego do marido acarretando dificuldades para toda a família, tais como: fome, trabalho precoce dos filhos e muita precariedade para sobreviver. Pontuou a busca pela inserção em um trabalho formal, com estabilidade e melhores condições de trabalho, como uma possibilidade de alcançar melhorias para os filhos e para a família de forma geral.

Apesar das histórias evidenciarem uma série de enfrentamentos, dificuldades e problemas experimentados pelas depoentes desde a infância, sendo alguns deles já vividos pelas gerações anteriores, o desenrolar dos depoimentos demonstrou que as preocupações e dificuldades atuais parecem mais complexas do que as passadas, mesmo aparentando compor uma espécie de ciclo contínuo e de repetição entre as histórias. Para Ecléa Bosi (1979, p.17):

Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a

identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista.

Assim, o fato das depoentes ocuparem hoje o papel de mães e de referência no núcleo familiar (principalmente em relação ao suporte financeiro e à formação dos filhos), pode ser considerado como um aspecto que influencia a sobrecarga atrelada às dificuldades atuais em relação às antigas. Há, atualmente, na experiência relatada pelas mulheres, a atribuição ao cuidado, orientação e educação dos filhos, gerando um nível de responsabilização maior no período atual do que durante a infância. Como afirma Sarti (2011), apesar das inúmeras mudanças que a concepção de família tem vivido nas últimas décadas, esse grupo ainda se depara com modelos e definições cristalizados que são socialmente instituídos e colocam a família como objeto de profundas idealizações.

Outro ponto defendido pela antropóloga é a prevalência dos padrões patriarcais em que se baseiam as famílias pobres, segundo o estudo realizado por ela em 1994 com famílias da periferia da cidade de São Paulo. Esses padrões constituem um universo simbólico que é construído com referência nas experiências passadas dos membros da família. Como consequência, os valores tradicionais e educacionais aprendidos pelos pais e mães durante a infância e a juventude, configuram a base e os princípios a serem transmitidos para os filhos (SARTI, 2011). Tais considerações parecem pertinentes e presentes nas experiências das depoentes.

E...Era muito complicado mas agora está pior. Agora tá muito pior. Hoje em dia os filhos da gente eles não quer fazer o que a gente fazia antigamente. Então é complicado. E antigamente, não, você tinha que fazer o que a mãe mandava... A educação é a mesma que eu tive eu dou pros meus filhos, só que assim, a geração é muito difícil, né? Os adolescentes é muito difícil! (Depoimento Suzana).

Além da presença dos valores e tradições familiares e dos acontecimentos da infância, os depoimentos remetem-se fortemente à casa materna e seus objetos de ligação ao passado da família, bem como à cidade de origem, como espaços de pertencimento. De acordo com Bosi (1979), estes podem ser compreendidos como experiências de enraizamento que garantem às depoentes a memória de aspectos positivos e promotores de uma vivência integrativa.

As lembranças do grupo doméstico persistem matizadas em cada um de seus membros e constituem uma memória ao mesmo tempo una e diferenciada. Trocando opiniões, dialogando sobre tudo, suas lembranças guardam vínculos difíceis de separar. Os vínculos podem persistir mesmo quando se desagregou o núcleo onde sua história teve origem. Esse enraizamento num solo comum transcende o sentimento individual. (BOSI, 1979, p.344)

O enraizamento, assim como proposto por Simone Weil, abrange a ideia de existência e participação do sujeito no mundo, a partir de raízes determinadas e fortes (BOSI, 1979).

O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana e uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. (BOSI, 2004, p.175)

O enraizamento está, então, apoiado na participação consistente do homem em grupos que vinculam o presente ao passado e transmitem oralmente a memória dos acontecimentos dos mais velhos para os mais jovens, conservando assim, as informações da história e da raiz, ao mesmo tempo em que promove as aberturas para o futuro. "Conservam abertura para iniciativas, abertura para a recriação do que é dado e transmitido" (GONÇALVES FILHO, 1998, p.62).

Ao interpretar as histórias e os acontecimentos da infância e do passado das depoentes à luz da noção de enraizamento, é possível constatar as lembranças alegres, os vínculos de afeto e de suporte, a relação com a escola, com a família e com as atividades cotidianas, como traços de pertencimento a um grupo, a uma casa, a uma cidade e a um modo de vida. Até mesmo a lembrança das dificuldades, tal como a necessidade de iniciar precocemente as atividades de trabalho a fim de colaborar com a renda familiar, resultando não apenas no prejuízo do aprendizado ou abandono escolar, mas na responsabilização precoce advinda da divisão de tarefas com os adultos, parece compreendida e significada em um contexto de pertencimento em uma comunidade e em uma cultura que atribui valor e sentido à experiência.

No entanto, os deslocamentos advindos da migração e da vida moderna, dificultam o enraizamento num dado espaço, numa comunidade. Para Bosi, a mobilidade das famílias pobres e migrantes "impede a sedimentação do passado" (1979, p.362), já que a casa, os objetos e o local de origem são deixados para trás nessa busca por uma oportunidade de vida melhor. Para a autora, o desenraizamento se configura como "um dos mais cruéis exercícios da opressão econômica sobre o sujeito: a espoliação das lembranças" (BOSI, 1979, p.362) e assim, "a mais perigosa doença que atinge a cultura" (BOSI, 2004, p.178).

Ainda que, de acordo com o estudo desenvolvido por Sarti (2011), a migração de famílias nortistas e nordestinas para São Paulo tenha se configurado como um crescimento de oportunidades associado às possibilidades do meio urbano, tais oportunidades consistiram em

uma "melhoria relativa", ao considerar os limites da recessão econômica agravada desde o início dos anos 80.

Se hoje a população das periferias urbanas conta com água, luz, esgoto e asfalto em um número cada vez maior de casas e ruas, também afetam esses moradores, como a todo pobre urbano, o desemprego e a diminuição do valor real dos salários, com a consequente diminuição da renda familiar – o que obriga a incorporação de mães e filhos à força de trabalho em momentos não desejados, sacrificando os cuidados maternos e contrariando, assim, valores que lhes são caros -, além das constantes ameaças de violência que pairam sobre seu cotidiano. (SARTI, 2011, p.32)

O impedimento da participação igualitária e o prejuízo da liberdade, da pluralidade e do vínculo com o passado são circunstâncias do desenraizamento (GONÇALVES FILHO, 1998). Assim, as histórias de vida das depoentes podem ser compreendidas como histórias de luta contra o desenraizamento e os momentos de ruptura com o passado e com a própria biografia, tanto para as mulheres migrantes quanto para as nascidas em São Paulo, pois o que se acentua nesta discussão é a forma de não participação e inserção comunitária e política. As depoentes contam com saudades as passagens vividas que versam sobre uma inserção e proteção familiar e comunitária.

Para Sarti (2011), neste processo de saída do seu lugar de origem, os pobres e migrantes conseguem se fixar num novo local de vida com o apoio da escassa rede familiar ou de suporte e de solidariedade, baseada num padrão tradicional de relações e nutrindo-se da promessa de mudança de vida. "Assim, funda-se a ambiguidade que marca os pobres urbanos, revelando uma identidade social híbrida, mesclada em sistemas de valores distintos, que não foram por eles elaborados, mas que são próprios da complexidade do meio urbano onde se integram" (SARTI, 2011, p.51).

Acostumei... acostumei mesmo. E eu gosto daqui. Antigamente eu não gostava, eu falava "ai, eu odeio esse lugar". Porque eu sentia muita falta da minha mãe... eu chorava. E eu não conhecia ninguém, então eu me trancava aqui e só chorava, só chorava, lembrando da minha mãe. E eu falava "poxa, eu queria conversar com a minha mãe, mas...". Naquele tempo não existia nem celular quase, aí... eu falava por orelhão com ela, uma vez por semana, eu falava. Aí eu... sentia muita falta dela quando eu vim pra cá, eu sentia muita falta dela no começo, muita, mas depois eu me acostumei, porque a gente, todo mundo tem a sua vida, tem que tocar sua vida, né? Eu, infelizmente, não posso morar lá perto, tenho que tocar a minha. Tenho meus filhos, meu marido, tenho minha casa. Então tenho que ver tudo isso, né?
(Depoimento Cilene)

Apesar de terem se acostumado e aprendido a viver nesse novo espaço que exigiu e ainda exige esforço contínuo das depoentes para a incorporação de novos padrões de comportamento, conforme a fala de Cilene, a discussão em torno do trabalho dos filhos

crianças e adolescentes pode ser tomada como exemplo para ilustração de um dos sintomas do desenraizamento urbano, elucidando a diferença entre as gerações e os significados dos acontecimentos.

Em geral, o trabalho se configura como um ponto importante na história das depoentes e de suas famílias. Todas elas se vincularam ao CRAS Butantã a partir das experiências de trabalho precoce dos filhos. As discussões e reflexões realizadas durante o acompanhamento das mulheres em abordagem grupal e os depoimentos acerca do trabalho dos filhos retrataram o trabalho como uma atividade importante no interior da família, relacionada à vivência das depoentes durante a infância. Portanto, a experiência de trabalho dos filhos carrega para as depoentes o significado de responsabilização, disciplinarização e formação de caráter, assim como lhes foi passado, e não tanto como uma urgência financeira e carência material das famílias.

De acordo com o estudo desenvolvido por Lima e Almeida (2010), no estado de São Paulo, com comparação geracional com pais, mães e filhos sobre o trabalho infantil, a inserção de crianças e adolescentes no trabalho está atrelada aos fatores de natureza cultural e ideológica, e das regras morais e de socialização do grupo familiar.

Primeiramente, cabe destacar que à noção de trabalho foram atribuídos inúmeros significados, sendo o principal relacionado à ideia de ajuda. Enquanto para a geração mais velha a ajuda foi definida como atividades desenvolvidas dentro ou fora do espaço doméstico e diferenciada do trabalho devido à troca financeira, de roupa ou de alimentos que este oferece, para a geração mais nova, a concepção de ajuda esteve relacionada à intensidade do esforço, podendo se tornar objeto de negociação. As tarefas domésticas, por exemplo, foram tidas como "obrigação" para as meninas, mas como possibilidade de negociação para os meninos. Para esta geração, a concepção de trabalho esteve mais atrelada aos "bicos" que resultem em compensação financeira capaz de suprir algum desejo de consumo. Assim, o trabalho foi percebido como motivação individual oportuna, pouco relacionada a exigência dos pais e a necessidade de ajuda na renda familiar. Este fato marca uma profunda diferença não só entre o significado do trabalho entre a geração mais velha e a mais nova, mas entre o papel da criança e do adolescente no seio familiar (LIMA e ALMEIDA, 2010).

Em relação à escolarização, tanto as crianças quanto os adultos do estudo, parecem priorizar a participação escolar da geração mais nova, largamente relacionada à falta de estudos referida pela geração de pais e mães. Assim como as depoentes, a geração mais velha do estudo de Lima e Almeida (2010) referiu não poupar esforços para garantir a escolarização de seus filhos. No entanto, os valores atribuídos à disciplina do trabalho pareceram

indispensáveis para a geração de pais e mães, pois foram listados aprendizados de competências e habilidades, além do senso de responsabilidade desenvolvido pelo trabalho precoce da geração mais velha (LIMA e ALMEIDA, 2010).

Apesar de contar sobre problemas financeiros e renda insuficiente para atender todas as demandas da família, as depoentes atribuem ao trabalho dos filhos o significado pertencente à memória e à vivência delas durante a infância. Entretanto, no contexto atual de legislação sobre o trabalho de crianças e adolescentes e no meio urbano, a motivação do trabalho parece contraditória à passagem dos valores e tradições familiares. A experiência de desenraizamento urbano desconfigura o significado original dessa prática exercida pelas depoentes e se apresenta de forma incompatível com os códigos compartilhados no novo espaço de vida, oferecendo mais riscos do que inserção e proteção comunitária.

Parece pertinente dizer que as depoentes enfrentam as dificuldades ligadas às mudanças de padrões cotidianamente, já que os filhos nascidos e criados em São Paulo constituem uma geração crescida em um novo espaço de inserção da família, com diferentes parâmetros de comportamento e de participação.

Bosi (2004) discute que, "se a migração e o trabalho operário são desenraizantes, o desemprego é um desenraizamento de segundo grau" (p.178). O desemprego prolongado mina a possibilidade de projetar planos futuros para si e para os seus, amarga as relações familiares e arruína a coragem e a resistência. Desse modo, à luz da noção de desenraizamento como impedimento de vínculo em relação ao passado e ao futuro, traduzido tanto na não transmissão da memória e da tradição familiar e comunitária quanto na impossibilidade de previsão do futuro decorrente da participação política e comunitária desigual, poder-se-ia supor que os filhos das depoentes vivem um desenraizamento de segundo grau. Isto é, há uma carência da inserção familiar e comunitária, há perda da proteção comunitária e há vivência do sentimento de saudades daquilo que não viveram. "Entre os mais fortes motivos desenraizadores está a separação entre a formação pessoal, biográfica mesmo e a natureza da tarefa, entre a vida no trabalho e a vida familiar, de vizinhança e cidadania" (BOSI, 2004, p.181).

No texto "Família: cotidiano e luta pela sobrevivência", de Jerusa Vieira Gomes, publicado pela primeira vez em 1995 e reeditado em 2006, a autora descreve sua pesquisa em uma comunidade da periferia de São Paulo e apresenta percepções semelhantes às condições abordadas pelas depoentes. Sobre a condição dos filhos, a autora faz uma importante contribuição e reflexão:

(...) se os pais migrantes se sentem bem-sucedidos com os níveis de vida e de trabalho derivados de seu estabelecimento na metrópole – porque comparam o ontem com o hoje –, os filhos, produtos dessa cidade, não importa se dos seus setores marginalizados, conhecem a riqueza, o estilo e a qualidade de vida que ela proporciona a outros, aos melhor aquinhoados. Assim, resistir às imposições de uma vida tão desumana quanto a que lhes é destinada torna-se algo bem mais difícil, bem mais complicado. E nós não temos a menor possibilidade de avaliar, com algum grau de segurança, quais serão as consequências disso a médio e a longo prazo. (GOMES, 2006b, p.71)

Nesse contexto, a preocupação com os filhos aparece como centro dos depoimentos e da vida das depoentes, pois o esforço exigido para o desenvolvimento dessa tarefa é árduo e pouco amparado pelas instituições e políticas públicas de referência, já que a educação, a assistência social, a saúde, a cultura e o lazer parecem não dar conta de preparar e educar as crianças e os jovens para a participação na vida adulta. O que se verifica é um empenho copioso dessas mulheres na tarefa de mães, numa condição bastante desfavorável.

Para Sarti (2011), “a expectativa de melhorar de vida está relacionada à condição de migrante” (p.31). Para a população participante do estudo realizado pela antropóloga, a ampliação da possibilidade de consumo e a aquisição da casa própria – ainda que em condições precárias de moradia - foram apontadas como melhoria de vida. Contudo, a dificuldade encontrada na cidade para estudar pareceu desencorajar os participantes do estudo para projetar ascensão social por meio da educação, ao mesmo tempo em que depositaram nos filhos essa esperança. Tanto as dificuldades enfrentadas em São Paulo quanto as expectativas não concretizadas envolvidas na migração, compõem o contexto que levou alguns entrevistados à idealização do passado e despertou o desejo de retorno à cidade natal.

Segundo a autora, após se assentarem e se estruturarem na cidade como moradores, “os migrantes enfrentam, como qualquer nativo da cidade, o problema de serem pobres. Sua origem, embora marque sua existência, passa a ser secundária, porque o que conta agora é o que a cidade lhes oferece” (SARTI, 2011, p.34). Nesse contexto, a condição de pobreza relacionada à cidadania, tende a ser compreendida como ausência de direitos e parece atingir todas as depoentes e suas famílias.

A Deise às vezes faz uns bicos durante final de semana. Às vezes ela fala que é serviço chato, mas ela quer ter o dinheiro dela porque eu não posso dar tudo o que ela pede, né, Carla? Às vezes ela vai entregar folheto na rua... no farol, né? Ela fala que é humilhante, mas eu disse pra ela "não, filha, nenhum serviço é humilhante". A coisa humilhante, o que humilha é a pessoa fazer outras coisas que não deve fazer que é roubar, se prostituir, essas coisas aí, é uma coisa feia. Mas trabalho, seja lá o que for não é humilhante. Não é? Eu acho isso. (Depoimento Laura)

A humilhação sentida por Deise, por Laura e pelas outras depoentes e familiares pode ser interpretada à luz da noção proposta por José Moura Gonçalves Filho. Compreendido como um fenômeno que atinge os pobres e outros grupos sociais marcados por uma experiência de dominação política, a humilhação social se revela também como efeito de desenraizamento (GONÇALVES FILHO, 2007).

A humilhação social é, ao mesmo tempo, um fenômeno psicológico e político. Decorrente da desigualdade de classes, da dominação e da naturalização de papéis sociais, a humilhação social se manifesta por meio do impedimento da fala e da ação de um sujeito ou de um grupo. Atinge os cidadãos pobres devido ao seu caráter excludente e expulsivo e provoca o sentimento de invisibilidade e de exclusão dos espaços públicos e coletivos (GONÇALVES FILHO, 1998).

Ao fenômeno da humilhação social, cada pessoa e cada grupo têm sua maneira singular de sofrer e reagir. A angústia, entretanto, atinge o destinatário e resulta em marcas na memória, nos gestos e na linguagem do oprimido (GONÇALVES FILHO, 1998, 2005, 2007).

Aí quando eu passei com esse, eu tentei falar com ele, né? Falei “olha, doutor” nem sei o nome do miserável, eu falei “o doutor Silvio quando eu passei com ele perguntou se eu ia fazer outra cirurgia, só que já tá marcada a minha cirurgia”, ele falou “eu te perguntei?”, eu falei “desculpa, tô falando por educação”. Aí tudo que eu falava ele dizia “te perguntei?” aí aquilo foi me dando um... comecei a chorar, eu falei “desculpa, tá doutor, que tô chorando porque tô com problema de depressão e não tomei meu antidepressivo”. (Depoimento Claudia)

Acosta, Vitale e Carvalho (2010) num estudo com famílias beneficiárias de um programa de transferência de renda do estado de São Paulo, apontam que os grupos familiares apresentam

(...) precário acesso e usufruto de bens e serviços das políticas públicas e da cidade; não possuem oportunidades nem poder. Acrescem a isso a baixa escolaridade e o baixíssimo acesso a informações e trocas culturais. Nesse caldo, as desigualdades se nutrem aprisionando os empobrecidos num processo perverso de apartheid e exclusão, quase sem movimento perceptível. Essas mesmas condições de vida dos pobres também reforçam a predominância de programas compensatórios, num país impregnado pela cultura tutelar e de compadrio. (p.158).

Uma das questões pontuadas pelas pesquisadoras é a necessidade de diferenciar uma família da outra em seu perfil, faixa etária, composição e modo de se relacionar com a sociedade e com o universo dos direitos. Com a realização da pesquisa de acompanhamento avaliativo de Políticas Municipais de Renda Mínima, identificaram ao menos três perfis: 1) as famílias que lutam pela inclusão social usufruindo, ainda que de forma precária, dos espaços e

serviços públicos disponíveis, e reagindo satisfatoriamente às oportunidades e estímulos apresentados na busca pela inclusão e pelo exercício da cidadania. Nesses casos, os programas de transferência de renda pareceram apoios fundamentais nos momentos de maior vulnerabilidade, entendidos como a presença de filhos pequenos, separação do casal e adoecimento na família, por exemplo. No entanto, não respondem a sua maior demanda geralmente relacionada ao investimento na qualidade de vida para organização da casa e dos projetos dos filhos; 2) as famílias jovens e monoparentais, com filhos pequenos e em maior grau de vulnerabilidade. Para essas, a atenção dispensada deve ser maior e diferenciada, pois é necessário investir em seu projeto de futuro. Nesses casos, a transferência de renda deve ser longitudinal e concomitante a outras propostas e modalidades de acompanhamento; 3) por fim, foram identificadas famílias com longo histórico de instabilidade afetiva e ocupacional, que parecem contar e reconhecer como apoio apenas o núcleo familiar. Para essas, a cidadania parece não existir como valor e à integração à esfera pública tampouco. A proteção e o apoio assistencial parecem o único caminho para uma cidadania protegida e não conquistada, como para as famílias do primeiro grupo. Nesses casos, é essencial a criação de serviços de apoio e acompanhamento intensivos.

O olhar e a proposta de Acosta, Vitale e Carvalho (2010) parecem de grande importância para fundamentar uma discussão crítica acerca da necessidade de perceber e legitimar os aspectos subjetivos das famílias usuárias da política de assistência social. Essa preocupação também esteve presente ao longo deste estudo e da leitura e interpretação dos depoimentos. É imprescindível para o acompanhamento e o trabalho com as mulheres e suas famílias o reconhecimento das singularidades e da história familiar. No entanto, a condição de vulnerabilidade se mostra ambígua, pois ao mesmo tempo em que permite oferecer a essas famílias alguma modalidade de apoio também as coloca numa posição estigmatizada de usuárias e dependentes das políticas públicas, como apontado por Castel (1997).

No caso das depoentes, à medida que a condição de vulnerabilidade possibilitou o acesso a espaços de apoio e enfretamento de questões complexas, contribuindo para o fortalecimento familiar, também as destituiu do lugar de sujeito, enquadrando-as no papel de vulnerável, ou seja, daquele que necessita de cuidados, de carente e de receptor. Verifica-se, então, um movimento de achatamento das pessoas e suas subjetividades, em números e em objetos visados pelas ações do Estado. Parece pertinente retomar a noção de reificação proposta por Lukács, que, segundo Michel Löwy (1990, p.73),

[...] insiste no fato de que, na sociedade capitalista, nenhuma forma de relação entre os homens escapa à submissão, à forma reificada da objetividade, que transforma cada característica ou qualidade humana em "coisa", ou então em mercadoria. [...] A subjetividade se fecha numa pura interioridade imponente e abstrata.

Com isso, pode-se propor como resposta para o segundo objetivo desse estudo "verificar se a concepção de vulnerabilidade social proposta pela Política Nacional de Assistência Social é condizente com as problemáticas apresentadas pelas famílias usuárias do SUAS" a confirmação dessa suposição.

Sim, a concepção proposta pela PNAS é condizente com as problemáticas apresentadas, mas parece não dar conta da subjetividade e formação de cada grupo familiar a fim de apoiá-lo em suas necessidades específicas e assim promover uma mudança efetiva. A grande questão talvez seja a uniformização causada pela identidade vulnerável que coloca a todas no mesmo ponto de partida e de chegada.

Quanto a isso, Gonçalves Filho apresenta considerações importantes ao sugerir modos de enfrentamento à experiência de humilhação social. Inicialmente, é necessário considerar dois pontos fundamentais do fenômeno: em primeiro lugar, é importante destacar a reação das pessoas aos golpes de rebaixamento, o que significa que não existem os "dominados" nem a "dominação", mas sim experiências de dominação, noção esta que permite compreender a importância da não cristalização de pessoas e grupos em posições de inferioridade; em seguida, é fundamental ressaltar que o início da dominação é política e pressupõe desigualdade. Deste modo, apenas a condição de igualdade política é capaz de suprimir a dominação. Assim como a experiência de humilhação social só pode ser vivida na relação com o(s) outro(s), é também na relação com o(s) outro(s), com a comunidade e com a cidade que se alcança a participação social dos diversos que se reúnem para enfrentar a humilhação (GONÇALVES FILHO, 2004).

Como as políticas públicas poderiam, então, apoiar algo indispensável para a cidadania fomentando encontros legítimos entre cidadãos?

Apenas reunidos como cidadãos, juntos e conscientes é que os humilhados poderão denunciar e enfrentar a humilhação social. A cidadania, entretanto, ultrapassa reivindicações econômicas e constrói práticas comunitárias e horizontais de participação, partindo de uma consciência fraterna, sem ranços autoritários ou maniqueístas (GONÇALVES FILHO, 2004).

Então, mesmo os problemas econômicos transfiguram-se em problemas políticos, bastando que sejam enfrentados pelo cidadão como problemas da cidade, problemas do outro, e não como problemas privativos, problemas meus, de minha casa e de meus

agregados. A cidadania participa destas relações homem a homem capazes de “elevar” as preocupações com a vida. (GONÇALVES FILHO, 2005, p.43)

Neste sentido, apoiando-se nas ideias de Gonçalves Filho, defende-se que apenas o exercício da cidadania impulsiona a participação como forma de existência na comunidade e a prática contínua de igualdade na transposição dos obstáculos da vivência comunitária, fortalecendo assim a colaboração, a rede de suporte, o sentimento de igualdade e de amizade política. A elaboração individual e a ação coletiva proporcionam a constituição do poder entendido como "a capacidade coletiva de alteração do mundo formada a partir da troca de iniciativas e opiniões" (GONÇALVES FILHO, 2007, p.23).

Referências Bibliográficas³⁸

ALMEIDA, M. C. et al. Processos e práticas de formalização da Terapia Ocupacional na Assistência Social: alguns marcos e desafios. **Cad. Ter .Ocup. UFSCar**, São Carlos, v. 20, n. 1, p. 33-41, 2012.

ARAÚJO, M. E. **A atuação do psicólogo no CRAS e o enfrentamento da situação de vulnerabilidade social**. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014. 295f.

BARROS, R., CAMARGO, J. M. e MENDONÇA, R. **Pobreza, estrutura familiar e trabalho**. O trabalho no Brasil no limiar do século XXI. São Paulo: LTR, p. 138- 168, 1995.

BOSI, E. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. T. A. Queiroz. São Paulo, 1979.

_____. **O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social**. 2 ed. Ateliê Editorial. 219 p. 2004.

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >. Acesso em: 25 ago. 2014.

_____. **Lei Orgânica Municipal de São Paulo**, 1990. Disponível em < <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/educacao/cme/LOM.pdf> >. Acesso em 25 ago. 2014.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069**, de 13 de julho de 1990b. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm >. Acesso em 18 jun.2014.

_____. **Decreto nº 12, de 18 de janeiro de 1991**. Aprova o Estatuto da Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA) e dá outras providências. Disponível em < <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/114002/decreto-12-91>>. Acesso em: 25 ago. 2014.

_____. Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social, nº 8.742**, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras

³⁸ De acordo com a Associação de Normas Técnicas. NBR 6023.

providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 dez. 1993. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm>. Acesso em: 09 jan. 2014.

_____. Presidência da República. **Uma estratégia de desenvolvimento social**. Brasília. 1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/publica.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

_____. **Lei nº10.836, de 9 de Janeiro de 2004c**. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm>. Acesso em: 18 fev. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica - SUAS**. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

_____. **Decreto nº6.135, de 26 de junho de 2007**. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm>. Acesso em: 25 set. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **CAPACITASUAS – SUAS: Configurando os Eixos de Mudança**. V.1. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2008.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**: texto da resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília, DF: Diário Oficial da União em 25 de Novembro de 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: gestão do programa de erradicação do trabalho infantil no SUAS**. Brasília, DF, 2010. 156p.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Resolução nº 17**, de 20 de junho de 2011. Ratificar a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social –NOB-RH/SUAS e Reconhecer as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília,

DF, 21 jun. 2011. Seção 1. Disponível em: <<http://www.sedest.df.gov.br/sites/300/382/00002355.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2014.

_____. **Lei nº12.435, de 6 de Julho de 2011b**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm>. Acesso em: 16 jun. 2014.

_____. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Secretaria Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Brasília, 2011c.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. – Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011d.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Define procedimentos para a gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, revoga a Portaria nº 376, de 16 de outubro de 2008, e dá outras providências. **Portaria nº177, de 16 de junho de 2011e**. Disponível em: < <http://www.mds.gov.br/acesso-a-informacao/legislacao/bolsafamilia/portarias/2011/Portaria%20no%20177%20-%20MDS%20%20de%20%2016%20de%20junho%20de%202011.pdf> >. Acesso em 13 out.2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Altera a Portaria nº 177, de 16 de junho de 2011, para prever a publicação de instruções normativas que fixem procedimentos a serem observados nos casos de exclusão de cadastros e mudança de domicílios pelas famílias beneficiárias. **Portaria nº274, de 10 de outubro de 2011f**. Disponível em: < <http://www.mds.gov.br/acesso-a-informacao/legislacao/bolsafamilia/portarias/2011/Portaria%20de%20Alteracao%20da%20Portaria%20n%20177-2011%20-%20Preve%20procedimento%20Exclusao%20Mudanca%20v6%20e%20v7%20-%2026out2011.pdf> >. Acesso em 13 out.2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica - SUAS**. 2ed. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2012.

CARVALHO, M. C. B. O lugar da família na política social. In: CARVALHO, M.C.B. (Org.). **A Família Contemporânea em Debate**. 7ed. São Paulo: Cortez. 2006. Cap.1. p.15-22.

_____. Famílias e políticas públicas. In: ACOSTA, A. R. e VITALE, M. A. F. (Orgs.). **Família: Redes, Laços e Políticas Públicas**. 5ed. São Paulo: Cortez. 2010. p.267- 276.

_____, M. C. B. A priorização da família na agenda da política social. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.). **Família brasileira**, a base de tudo. 10ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2011. Cap. 6, p.93-108.

CARVALHO, I. M. M; ALMEIDA, P. H. Família e Proteção Social. **São Paulo em Perspectiva**, v.17, n.2, p.109-122, 2003.

CASTANHO, M. A. B. A Família nas Constituições Brasileiras. **Rev. ARGUMENTA – UENP**, Jacarezinho. v.17. p.181 – 204. 2012.

CASTEL, R. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a "desfiliação". **Revista Caderno CRH**. v.10, n.26. 1997.

COSTA, A. C. G. A família como questão social no Brasil. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.). **Família brasileira**, a base de tudo. 10ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2011. Cap.1, p.19-25.

COUTO, B. R. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?**. 4ed. São Paulo: Cortez. 2010.

DRAIBE, S. M. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. **Tempo Social – USP**. p.63-101. nov. 2003.

_____. Estado de Bem-Estar, Desenvolvimento Econômico e Cidadania: algumas lições da literatura contemporânea. In: HOCHMAN, G., ARRETCHE, M. e MARQUES, E. (Orgs.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

ESPING-ANDERSEN, G. **Social foundations of posindustrial economies**. New York: Oxford, 1999.

FERREIRA, M. P.; DINI, N. P.; FERREIRA, S. P. Espaços e dimensões da pobreza nos municípios do Estado de São Paulo: Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 1, p. 5-17, 2006.

FREITAS, R. C. M. O governo Lula e a proteção social no Brasil: desafios e perspectivas. **Rev. Katál**. Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 65-74. jan./jun. 2007.

GOLDANI, A. M. Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.19, n.1. jan./jun. 2002.

GOMES, F. G. Conflito social e *welfare state*: Estado e desenvolvimento social no Brasil. **RAP**, Rio de Janeiro, v.40, n.2, p. 201-36. Mar./Abr. 2006.

GONÇALVES FILHO, J. M. Problemas de método em Psicologia Social: algumas notas sobre a humilhação política e o pesquisador participante. In: BOCK, A.M.B. (org.). **Psicologia e o Compromisso Social**. 2ªed. São Paulo: Cortez. 2005. p.1-46.

_____. A invisibilidade pública (prefácio). In: COSTA, F. B. da. *Homens invisíveis – relatos de uma humilhação social*. São Paulo: Globo, 2004.

_____. Humilhação social: um problema político em psicologia. **Revista Psicologia USP**. São Paulo. v.9, n.2, p.11-67, 1998.

_____. Humilhação social: humilhação política. In: SOUZA, B. de P. (Org). **Orientação à queixa escolar**. 2ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2007.

KOWARICK, L. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. **Rev. Novos Estudos** - CEBRAP, n.63, p.9-30. jul. 2002.

_____. **Viver em risco**: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Editora 34. 2009. 320p.

LEWIS, J. Gender and the Development of Welfare Regimes. **Journal of European Social Policy**. v.2. p.159-173. 1992.

LIMA, A. C. de; ALMEIDA, A. M. F. Permanências e mutações na definição intergeracional do trabalho infantil. **Revista Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 111, p. 347-369, abr.-jun. 2010.

MARQUES, L. A Matricialidade Sociofamiliar do SUAS: diálogo entre possibilidades e limites. In: **III Simpósio Gênero e Políticas Públicas**, Londrina, 2014. Anais... Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT2_Luciana%20Marques.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2014.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 10ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, **Cadastro Único**. Disponível em: < <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico>>. Acesso em: 05 mai. 2015.

MIOTO, R. C. T; CAMPOS, M. S.; LIMA, T. C. S. Quem Cobre as Insuficiências das Políticas Públicas?: contribuição ao debate sobre o papel da família na provisão de bem-estar social. **R. Pol. Públ.**, v.10, n.1, p. 165 – 183, jan./ jun. 2006.

ORLOFF, A. S. Gender and the Welfare State. **Annual Review of Sociology**. v.22. p.51-70. 1996.

PATTO, M. H. S. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. **Rev. Estudos Avançados**, v.13, n.35, p.167-198. 1999.

PAUGAM, S. O Enfraquecimento e a Ruptura dos Vínculos Sociais: Uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In: Sawaia, B. (org.). **As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 2ed. Vozes: Petrópolis, 2001. p.67-86.

PEREIRA, P. A. P. **Política social: temas & questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (Orgs.). **Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos**. 6ed. São Paulo: Cortez, 2010. Parte I - Cap.1, p.25-42.

QUINONERO, C. G. et al. Princípios e diretrizes da Assistência Social: da LOAS à NOB SUAS. **O Social em Questão**. v.18, n.30, p.47-70. 2013.

RIBEIRO, E. M. As várias abordagens da família no cenário do Programa/Estratégia de Saúde da Família (PSF). **Rev Latino-am Enfermagem**. v.12, n.4. p.658-64. Jul./ago. 2004.

SAINSBURY, D. Gender and Social-Democratic Welfare State. In: _____. Gender and Welfare State Regimes. Oxford: Oxford Univ. Press. 1999.

SÃO PAULO. **Plano da Assistência Social da Cidade de São Paulo - PLASp 2002/2003**. Prefeitura de São Paulo: Secretaria Municipal de Assistência Social. São Paulo. 2002/2003.

_____. **Plano Plurianual de Assistência Social 2002/2005**. Prefeitura de São Paulo: Secretaria Municipal de Assistência Social. São Paulo. 2002/2005.

_____. **Plano de Assistência Social da Cidade de São Paulo - PLAS 2006.** Prefeitura de São Paulo: Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social. São Paulo. 2006.

_____. **Ação Família – Viver em Comunidade.** Prefeitura de São Paulo: Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social. São Paulo. 2006b.

_____. **Plano de Assistência Social da Cidade de São Paulo - PLAS 2009-2012.** Prefeitura de São Paulo: Secretaria Municipal de Assistência Social. São Paulo. 2010.

_____. **Rede Socioassistencial SMADS – Dezembro/2013.** Prefeitura de São Paulo: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. 2013. Disponível em < http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/arquivos/Cops/Monitoramento/6.pdf> Acesso em 12 Set. 2014.

_____. **Análise e Caracterização de Vazios Socioassistenciais.** Prefeitura de São Paulo: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Coordenadoria de Observatório de Políticas Sociais. 2013b. Disponível em: < http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/arquivos/Cops/Pesquisa/2013_vazios_socioassistenciais.pdf >. Acesso em: 16.mai.2014.

_____. **Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS 2010.** Prefeitura de São Paulo: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. 2013c. Disponível em < http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/o3_1400688004.pdf > Acesso em 12 Set. 2015.

_____. **X Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo.** In: X Conferência Municipal de Assistência Social da Cidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Anais... São Paulo: Secretaria Municipal de Assistência Social, 2014. Disponível em < http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/comas/Resolu%C3%A7%C3%B5es/pg_0076.pdf > Acesso em: 25 ago. 2014.

_____. **Plano Municipal de Assistência Social - PLAS 2014-2017.** Prefeitura de São Paulo: Secretaria Municipal de Assistência Social. São Paulo. 2014-2017.

SARTI, C. A. **A Família como espelho:** um estudo sobre a moral dos pobres. 7ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SPOSATI, A. O. Horizontes da e para a Política de Assistência Social no Brasil: elementos para discussão. In: BIASOTO JR., G. E SILVA, L. A. P. (Orgs.). **Políticas públicas em questão.** São Paulo: FUNDAP, 2011. P.148-168.

_____. **A política de assistência social na cidade de São Paulo**. 2ed. São Paulo: Instituto Polis/PUC – SP, 2002. (Observatório dos Direitos do Cidadão: acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo, v.1).

SPOSATI, A. O. et al. **Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras**: uma questão em análise. 11ed. São Paulo: Cortez, 2010.

STECHI, T. O. O Programa Bolsa Família a partir do território: o trabalho social com as famílias beneficiárias. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v.16, n.1, p.167-192, jul./dez. 2013.

TEIXEIRA, S. M. Família no Sistema Único de Assistência Social: estratégia de enfrentamento das vulnerabilidades ou reforço da divisão de responsabilidades sociais?. In: **IV Jornada Internacional de Políticas Públicas** - “Neoliberalismo e Lutas Sociais: perspectivas para as Políticas Públicas”, 4, São Luís/Maranhão, 2009. Anais... São Luís/Maranhão: Universidade Federal do Maranhão, 2009b.

_____. Trabalho Interdisciplinar nos CRAS: um novo enfoque e trato à pobreza? **Textos & Contextos**, v.9, n.2, p.286-297, 2010.

_____. Trabalho social com famílias na Política de Assistência Social: elementos para sua reconstrução em bases críticas. **Serv. Soc. Rev.** Londrina, v.13, n.1, p. 4-23, jul/dez. 2010b.

YAZBEK, M. C. **Assistência social na cidade de São Paulo**: a (difícil) construção do direito. São Paulo: Instituto Polis/PUC – SP, 2004. (Observatório dos Direitos do Cidadão: acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo, 22).

ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidada a participar como voluntária em uma pesquisa. Após ser esclarecida sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine as duas vias deste documento. Uma delas é sua e a outra da pesquisadora responsável. Em caso de recusa você não será penalizada de forma alguma.

DADOS SOBRE A PESQUISA

1. TÍTULO: “Famílias e assistência: identificando concepções”

2. PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Professor Doutor Bernardo Parodi Svartman

CARGO/FUNÇÃO: Docente do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo - IPUSP

UNIDADE DO IPUSP: Departamento de Psicologia Social e do Trabalho

PESQUISADOR EXECUTANTE: Carla Regina Silva Soares

CARGO/FUNÇÃO: Mestranda do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo - IPUSP

UNIDADE DO IPUSP: Pós Graduação do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho

O objetivo desse estudo é compreender como as usuárias do Sistema Único de Assistência Social entendem as dificuldades e a condição social de sua família. Para tanto, estou entrevistando oito mulheres que aceitem voluntariamente contar-me a história de sua família e as dificuldades vividas.

A entrevista será realizada pela pesquisadora em local privado e horário previamente agendado, e o conteúdo será gravado para posterior transcrição e análise dos dados. O áudio da entrevista permanecerá guardado com a pesquisadora e somente ela e você terão acesso ao conteúdo.

São garantidos o sigilo das informações, o anonimato dos participantes, bem como a possibilidade de deixar de participar deste estudo a qualquer momento, mesmo após ter assinado o termo, ou seja, você poderá retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma ou prejuízo à você. A sua participação é voluntária e a entrevista pode ser interrompida a qualquer momento.

Se, após a concessão da entrevista, em algum momento, desejar que os dados não devam mais ser utilizados, você poderá contatar a pesquisadora, com a certeza da destruição da gravação e da transcrição.

A participante tem o direito de ser mantida atualizada sobre as etapas e os resultados da pesquisa, bem como de receber a cópia escrita da entrevista para corrigi-la e assim consentir a utilização.

A participação no estudo não acarretará despesas pessoais para a participante. Para o caso de despesas eventuais, estas serão de responsabilidade do pesquisador. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação.

Não são esperados desconfortos e riscos para os participantes da pesquisa. Não há benefício direto para o participante. Em todas as etapas do estudo, você terá acesso aos responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. O principal investigador é o Professor Doutor Bernardo Parodi Svartman e a pesquisadora executante é a mestrande Carla Regina Silva Soares, que podem ser encontrados no endereço Avenida Professor Mello Moraes, 171 - Instituto de Psicologia - bloco A - 1º andar – sala 133 - Cidade Universitária – Butantã – CEP 05508-030 – São Paulo - SP – Brasil – telefone (11) 3091- 4184 – email: carla-soares@usp.br .

Os resultados obtidos serão divulgados em eventos e publicações científicas. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo - CEPH-IPUSP- Avenida Professor Mello Moraes, 1721 - bloco G- 2º andar – sala 27 – CEP 05508-030 – Cidade Universitária – São Paulo/SP – e-mail: ceph.ip@usp.br – telefone (11) 30914182.

Pesquisador Responsável
Prof. Dr. Bernardo Parodi Svartman
Departamento de Psicologia Social e do Trabalho
Instituto de Psicologia da USP

Pesquisador Executor
Carla Regina Silva Soares
Aluna regular da Pós-graduação
Departamento de Psicologia Social e do Trabalho
Instituto de Psicologia da USP

Eu,, abaixo assinado, concordo em participar do estudo “Famílias e assistência: identificando concepções”, como participante. Fui devidamente informada e esclarecida sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos e os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação, pela pesquisadora Carla Regina Silva Soares.

Local e data:.....

Assinatura: